FEST – Filemom Escola Superior de Teologia
“Formando Obreiros Aprovados”

HISTÓRIA DA IGREJA

INTRODUÇÃO:

O panorama que se nos apresenta no cenário religioso moderno seja talvez uma das muitas razões que nos levou a fazer um acurado e profundo estudo da
Igreja do Novo Testamento, assim como o seu posterior desenvolvimento histórico. Portanto são dois assuntos de importância:

(1) A forma e modelo da Igreja do Novo Testamento e... (2) Seu posterior desenvolvimento dentro da história.
E nesse estudo histórico comprovamos, com surpresa, que já a partir do segundo século a grande maioria da Igreja trilhou o caminho da apostasia. Era, sem
lugar a dúvidas, as palavras do apóstolo Paulo que estavam tendo seu cumprimento: “Eu sei que, depois da minha partida, entre vós penetrarão lobos vorazes, que não pouparão o rebanho. E que, dentre vos mesmos, se levantarão homens falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles”. Atos 20:29-30.

Todo historiador que procura pesquisar os primeiros 500 anos da Igreja concorda com o fato de que realmente aconteceu esse lamentável quadro de apostasia e desvio da verdade.

Estes eventos históricos devem ser sucessivamente colocados diante do povo honesto, para que Deus, de alguma maneira, através do ensino desses tristes fatos possa mover o coração de alguns para corrigir os desvios, endireitar as veredas e se esforçar na restauração.

Uma lembrança que a Bíblia insiste em fazer: "Lembra-te dos dias da antigüidade, atenta para os anos de muitas gerações: pergunta a teu pai e ele te informará, aos teus anciãos e eles te dirão" - Deuteronômio 32:7. Devemos voltar ao passado para examinar acuradamente os fatos e assim comprovar como eram os acontecimentos reais, e aprender com os apóstolos como era a Igreja que Jesus fundou.

Um longo e exaustivo trabalho poderia ser apresentado usando o grande acervo de documentos em nossos arquivos, mas isso seria cansativo e erudito demais. Um trabalho, quem sabe, de uma tese posterior. O propósito, portanto, desta disciplina é outro, é apresentar, uma síntese, um resumo dos fatos principais, retendo as idéias básicas. Tendo em vista apresentar de forma clara os fatos como eles são, sem procurar encobrir a verdade por mais dura e triste
que seja.
O plano e estrutura desta disciplina:

O plano desta disciplina é fácil de se ver. Ele é dividido em três partes, cada uma desenvolvendo um tema determinado e específico, o que facilita o estudo individual ou em grupo. Pensamos fazer assim, pois, é importante o estudo e a compreensão de uma parte para logo em seguida passar para a segunda parte.

Acreditamos ser a Bíblia a autêntica Palavra de Deus, a qual foi escrita para nosso conhecimento e aperfeiçoamento na fé, conforme afirmam as seguintes passagens:

“Na verdade fez Jesus diante dos discípulos muitos outros sinais que não estão escritos neste livro. Estes, porém, foram registrados para que creiais que
Jesus é o Cristo, o Filho de Deus, e para que, crendo tenhais vida em seu nome”. João 20:30-31. “Fiel é a Palavra e digna de inteira aceitação”. 1ª Timóteo 4:9.
A mensagem de Deus está completa na Bíblia e nos fornece todo o necessário para nossa vida e salvação. Não precisamos de qualquer revelação ou nova doutrina, senão unicamente as diretrizes de Cristo e dos apóstolos.

Algumas considerações que são importantes em relação com a Igreja. Em primeiro lugar faremos uma breve resenha do Império Romano, pois foi neste cenário histórico que a Igreja se desenvolveu, estudamos alguma coisa também das leis e processos da legislação romana para compreender melhor o julgamento ao qual Jesus foi submetido e as razões pelas quais a igreja foi perseguida pelo Império.

1. 0 que conhecemos hoje como "Cristianismo" ou religião cristã começou com Cristo entre os anos 25 e 30 da nossa era, dentro dos limites do Império
Romano. Este foi um dos maiores impérios que o mundo tem conhecido em toda a sua história.

2. O Império Romano abrangia quase a totalidade do mundo conhecido e habitado. Nessa época Tibério César era o seu imperador.

3. Quanto à religião o Império Romano era pagão. Tinha uma religião politeísta, isto é, de muitos deuses. Alguns eram deuses que representavam as forças da natureza e outros deuses eram imaginários. Havia muitos devotos e adoradores desses deuses. Não era simplesmente uma religião do povo,
mas também do Império. Era uma religião oficial. Estabelecida pela lei e protegida pelo governo.

Apresentamos a seguir uma síntese do Império Romano, para um panorama bíblico que fornece dados históricos e culturais para compreender o ambiente
em que se desenvolveu a Igreja.

IMPÉRIO ROMANO
(27 a.C. a 476 d.C.)

Depois de um século de lutas civis, o mundo romano estava desejoso de paz. Octavius Augustus se encontrou na situação daquele que detém o poder absoluto num imenso império com suas províncias pacificadas e em cuja capital a aristocracia se encontrava exausta e debilitada. O Senado não estava em condições de opor-se aos desejos do general, detentor do poder militar. A habilidade de Augustus - nome adotado por Octavius em 27 a.C. - consistiu em conciliar a tradição República de Roma com a de monarquia divinizada dos povos orientais do império. Conhecedor do ódio ancestral dos romanos à instituição monárquica, assumiu o título de imperador, por meio do qual adquiriu o Imperium, poder moral que em Roma se atribuía não ao rei, mas ao general vitorioso. Sob a aparência de um retorno ao passado, Augustus orientou as instituições do estado romano em sentido oposto ao republicano. A burocracia se multiplicou, de forma que os senadores se tornaram insuficientes para garantir o desempenho de todos os cargos de responsabilidade. Isso facilitou o ingresso da classe dos cavaleiros na alta administração do império. Os novos administradores deviam tudo ao imperador e contribuíam para fortalecer seu poder. Pouco a pouco, o Senado - até então domínio exclusivo das antigas e grandes famílias romanas - passou a admitir italianos e, mais tarde, representantes de todas as províncias. A cidadania romana ampliou-se lentamente e somente em 212 d.C. o imperador Marcus Aurelius Antoninus, dito Caracalla, reconheceu todos os súditos do império. O longo período durante o qual Augustus foi senhor dos destinos de Roma, entre 27 a.C. e 14 d.C., caracterizou-se pela paz interna (Pax Romana), pela consolidação das instituições imperiais e pelo desenvolvimento econômico. As fronteiras européias foram fixadas no Reno e no Danúbio, completou-se a dominação das regiões montanhosas dos Alpes e da Península Ibérica e empreendeu-se a conquista da Mauritânia.

Imperador Octavius Augustus.

O maior problema, porém, que permaneceu sem solução definitiva, foi o da sucessão no poder. Nunca existiu uma ordem sucessória bem definida, nem dinástica nem eletiva. Depois de Augustus, se revezaram no poder diversos membros de sua família. A história salientou as misérias pessoais e a instabilidade

da maior parte dos imperadores da Dinastia Julius-Claudio como Caius Julius Caesar Germanicus, Calígula, imperador de 37 a 41 d.C., e Nero, de 54 a 68 d.C. É
provável que tenha havido exagero, pois as fontes históricas que chegaram aos tempos modernos são de autores que se opuseram de frente a tais imperadores. Mas se a corrupção e a desordem reinavam nos palácios romanos, o império, solidamente organizado, parecia em nada se ressentir. O sistema econômico funcionava com eficácia, registrava-se uma paz relativa em quase todas as províncias e além das fronteiras não existiam inimigos capazes de enfrentar o poderio de Roma. Na Europa, Ásia e África, as cidades, bases administrativas do império, cresciam e se tornavam cada vez mais cultas e prósperas. As diferenças culturais e sociais entre as cidades e as zonas rurais que as cercavam eram enormes, mas nunca houve uma tentativa de diminuí-las.
Ao primitivo panteão romano juntaram-se centenas de deuses e, na religião como no vestuário e em outras manifestações culturais, difundiram-se modismos Egípcios e Sírios. A partir de suas origens obscuras na Judéia, o cristianismo foi-se aos poucos propagando por todo o império, principalmente entre as classes baixas dos núcleos urbanos. Em alguns momentos, o rígido Monoteísmo de Judeus e cristãos se chocou com as conveniências políticas, ao opor-se à divinização, mais ritual que efetiva, do imperador. Registraram-se então perseguições, apesar da ampla tolerância religiosa de uma sociedade que não acreditava verdadeiramente em nada. O império romano só começou a ser rígido e intolerante em matéria religiosa depois que adotou o cristianismo como religião oficial, já no século IV. O século II, conhecido como o Século dos Antoninus, foi considerado pela historiografia tradicional como aquele em que o Império Romano chegou a seu apogeu. De fato, a população, o comércio e o poder do império se encontravam em seu ponto máximo, mas começavam a perceber-se sinais de que o sistema estava à beira do esgotamento. A última grande conquista territorial foi a Dácia e na época de Trajanus (98-117 d.C.) teve
início um breve domínio sobre a Mesopotâmia e a Armênia. Depois dessa época, o império não teve mais forças para anexar novos territórios.
A da causa da decadência de Roma. Apesar da paz interna e da criação de um grande mercado comercial, a partir do século II não se registrou nenhum desenvolvimento econômico e provavelmente também nenhum crescimento populacional. A Itália continuava a registrar uma queda em sua densidade demográfica, com a emigração de seus habitantes para Roma ou para as longínquas províncias do Oriente e do Ocidente. A agricultura e a indústria se tornavam mais prósperas quanto mais se afastavam da capital. No fim do século II, começou a registrar-se a decadência. Havia um número cada vez menor
de homens para integrar os exércitos, a ausência de guerras de conquista deixou desprovido o mercado de escravos e o sistema econômico, baseado no trabalho da mão-de-obra escrava, começou a experimentar crises em conseqüência de sua falta, já que os agricultores e artesãos livres haviam quase desaparecido da região ocidental do império. Nas fronteiras, os povos bárbaros exerciam uma pressão crescente, na

tentativa de penetrar nos territórios do império. Mas se terminaram por consegui-lo, isso não se deveu a sua força e sim à extrema debilidade de Roma. O século III viu acentuar-se o aspecto Militar
dos Imperadores, que acabou por eclipsar todos os demais. Registraram-se diversos períodos de anarquia militar, no transcurso dos quais vários imperadores lutaram entre si devido à divisão do poder e dos territórios. As fronteiras orientais, com a Péseia, e as do norte, com os povos germânicos, tinham sua segurança ameaçada. Bretanha, Dácia e parte da Germânia foram abandonadas ante a impossibilidade das autoridades romanas de garantir sua defesa. Cresceu o banditismo no interior, enquanto as cidades, empobrecidas, começavam a fortificar-se, devido à necessidade de defender-se de uma zona rural
que já não lhes pertencia. O intercâmbio de mercadorias decaiu e as rotas terrestres e marítimas ficaram abandonadas. Um acelerado declínio da população ocorreu a partir do ano 252 d.C., em conseqüência da peste que grassou em Roma. Os imperadores Aurelianus, regente de 270 a 275 d.C., e Diocletianus, de
284 a 305 d.C., conseguiram apenas conter a crise. Com grande energia, o último tentou reorganizar o império, dividindo-o em duas partes, cada uma das
quais foi governada por um Augusto, que associou seu governo a um Caesar (César), destinado a ser o seu sucessor. Mas o sistema da Tetrarquia não deu resultados. Com a abdicação de Diocletianus, teve início uma nova guerra civil. Constantino I favoreceu o cristianismo, que gradativamente passou a ser adotado como religião oficial. O desgaste do mundo romano era tal que a antiga divisão administrativa se transformou em divisão política a partir de Theodosius, imperador de 379 a 395 d.C. O último a exercer sua autoridade sobre todo o império. Este adotou a Ortodoxia Católica como religião oficial, obrigatória para todos os súditos, pelo edito de 380 d.C. Theodosius I conseguiu preservar a integridade imperial tanto ante a ameaça dos bárbaros quanto contra as usurpações. No entanto, sancionou a futura separação entre o Oriente e o Ocidente do império ao entregar o governo de Roma a seu filho Honorius, e o de Constantinopla, no Oriente, ao primogênito, Arcadius. A parte oriental conservou uma maior vitalidade demográfica e econômica, enquanto
que o império ocidental, no qual diversos povos bárbaros efetuavam incursões, umas vezes como atacantes outras como aliados, se decompôs com rapidez.
O rei godo Alarico saqueou Roma no ano 410 d.C. As forças imperiais, somadas às dos aliados bárbaros, conseguiram, entretanto uma última vitória ao derrotar Átila nos Campos Catalaúnicos, em 451 d.C. O último imperador do Ocidente foi Romulus Augustus, deposto por Odoacrus no ano 476d.C., data que
mais tarde viria a ser vista como a do fim da antigüidade. O império oriental prolongou sua existência, com diversas vicissitudes, durante um milênio, até a conquista de Constantinopla pelos Turcos, em 1453.



AS DINASTIAS E OS IMPERADORES DE ROMA



DINASTIA DOS JULIUS E CLAUDIUS (27 a.C. a 68 d.C.)



DINASTIA DOS FLAVIUS E ANTONINUS
(68 a 193 d.C.)



DINASTIA DOS SEVERUS (193 a 235 d.C.)



IMPERADORES MILITARES E USURPADORES (235 a 284 d.C.)



TETRARQUIA (284 a 307 d.C.)



CASA DE CONSTANTINUS I O GRANDE
(307 a 392 d.C.)

CASA DE THEODOSIUS I E FIM DO IMPÉRIO (392 a 476 d.C.)

DIREITO ROMANO: "AÇÕES DA LEI"

INTRODUÇÃO.

Três períodos abrangeram a história do processo civil romano, compreendendo cada um seu sistema processual típico:

1º. Processo das ações da lei.

2º. Processo formulário.

3º. Processo extraordinário.

Essa delimitação é apenas convencional, pois apesar das três fases específicas e distintas, em momentos de mudança, coexistiram dois sistemas processuais diferentes até que o mais antigo caísse em desuso.

Em nosso estudo abordaremos o sistema das ações da lei, utilizado no direito pré-clássico. Porém, antes disso, a fim de um melhor entendimento da matéria, faz-se necessário o conhecimento de alguns conceitos e da evolução histórica do processo civil romano.

PROCESSO CIVIL ROMANO.
O Processo civil romano (Jus actionum) era o conjunto de regras que o cidadão romano deveria seguir para realizar seu direito.

Para os romanos o vocábulo Jus encerrava, também, o sentido que os modernos emprestam a direito subjetivo, ou seja, faculdade ou poder permitido e garantido pelo direito positivo. O direito subjetivo é tutelado pela ação (actio) que, no sentido restrito que ainda hoje lhe atribuem, nada mais é do que atividade processual mediante a qual o particular procura concretizar a defesa dos direitos, pondo em movimento o aparelho judiciário do Estado. Para isso executa uma série de atos jurídicos ordenados, o processo.
Direito e ação eram conceitos estritamente conexos no sistema jurídico romano. O romano concebia e enunciava o direito mais sob o aspecto processual que material. Durante toda a época clássica, o direito romano era mais um sistema de actiones e de meios processuais do que de direitos subjetivos. Hoje, temos
um conceito genérico de ação; em Roma, a cada direito correspondia uma ação específica.

CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DA LEI.

O mais antigo dos sistemas de processo civil romano é o das ações da lei (legis actiones), do qual a maior parte das informações provém das Institutas de
Gaius.

As ações da lei eram instrumentos processuais exclusivos dos cidadãos romanos tendo em vista a guarda de seus direitos subjetivos previsto no ius quiritarium, e este sistema processual possuía uma estrutura individualizada para situações expressamente reconhecidas. O processo nesta época histórica
era marcado pela extrema rigidez de seus atos, onde as ações tomavam a forma da própria lei, conservando-se imutáveis como esta.

Durante este período, o direito em Roma vinha de hábitos, costumes, e o conhecimento das regras jurídicas eram monopólio dos sacerdotes, que detinham o conhecimento do calendário e das normas jurídicas.

Conjugavam-se o ius e o faz, ou seja, o elemento laico e o elemento religioso. Cercada de formalismo, solenidade e oralidade, com um ritual de gesto e palavras pré-estabelecidas.

A justiça romana passa por um processo de secularização, provocada por alguns aspectos como:

a) pela Lei das XII tábuas, consolidando o direito consuetudinário antigo;

b) pela bipartição do procedimento;

c) pela criação do pretor urbano em 367 a.C.

d) por dois personagens: Appius Claudius, o Cegus (cônsul em 307 e 296 a.C.) e seu escriba Gneo Flavius, que tornou público aos cidadãos os formulários das ações da lei, antes, detidos apenas pelos pontífices e pelo rex, únicos conhecedores das palavras sacramentais de cada actio.

. a dívida do tribunus aerarii em relação ao soldo (stipendium) do soldado;

. a dívida das pessoas responsáveis para contribuir com a compra e manutenção do cavalo para com o soldado de cavalaria;

. a dívida do comprador de animal para com o vendedor;

. a dívida do locatário de um animal de carga em relação ao locador desde que este animal estivesse destinado a sacrifício religioso;

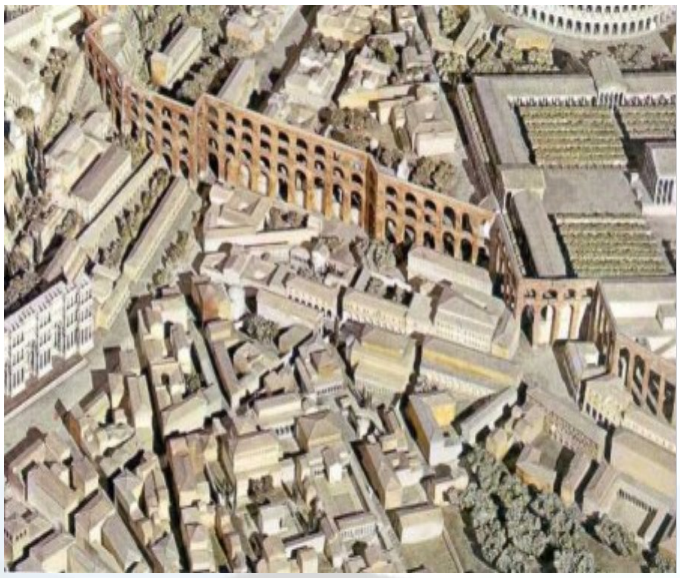
. a dívida do contribuinte para com o publicano no tocante aos impostos.
O apossamento extra judicial dos bens do devedor não conferia direito de uso da coisa ao credor, mas somente de mantê-la em seu poder até que fosse honrada a dívida.

LEGADO DE ROMA

A civilização romana foi original e criadora em vários campos: o Direito Romano, codificado no século VI, ao tempo do imperador Justinianus, constituiu um corpo jurídico sem igual nos tempos antigos e forneceu as bases do direito da Europa medieval, além de ter conservado sua vigência, em muitas legislações,
até os tempos modernos. As estradas romanas, perfeitamente pavimentadas, uniam todas as províncias do império e continuaram a facilitar os deslocamentos por terra dos povos que se radicaram nas antigas terras imperiais ao longo dos séculos, apesar de seu estado de abandono. Conservaram-se
delas grandes trechos e seu traçado foi seguido, em linhas gerais, por muitas das grandes vias modernas de comunicação. As obras públicas, tais como pontes, represas e aquedutos ainda causam impressão pelo domínio

da técnica e o poderio que revelam. Muitas cidades européias mostram ainda em seu conjunto urbano os vestígios das colônias romanas que foram no passado. Se, em linhas gerais, a Arte Romana não foi original, Roma teve o mérito de haver sabido transmitir à posteridade os feitos dos artistas gregos. Os poucos vestígios que sobreviveram da pintura romana mostram que as tradições gregas continuavam vivas. Os temas indicam a crescente preocupação religiosa, a serviço dos imperadores divinizados; referem-se, principalmente, à imortalidade
da alma e à vida de além-túmulo. O cristianismo se valeu do Império Romano para sua expansão e organização e depois de vinte séculos de existência são evidentes as marcas deixadas por ele no mundo romano. O latim, idioma que a expansão romana tornou universal, está na origem das atuais línguas românicas, tais como o espanhol, o italiano, o português, o francês, o catalão e o romeno. Depois de quase dois mil anos, pode-se ainda falar de um mundo latino de características bem diferenciadas.

ROMA





ARTE ROMANA

Roma é um dos centros culturais mais importantes do Ocidente e boa parte de seus monumentos remonta à antiguidade. Caius Mecenas, conselheiro do imperador Augustus, que reinou no final do século I a.C., foi o primeiro dos grandes patronos da arte. Em sua época surgiram o conhecedor de arte e o turista
em busca de tesouros culturais e, pela primeira vez, os artistas obtiveram o mesmo prestígio que políticos e soldados. Arte romana é o conjunto das manifestações culturais que floresceram na península itálica do início do século VIII a.C. até o século IV d.C., quando foram substituídas pela arte cristã primitiva. As criações artísticas dos romanos, sobretudo a arquitetura e as artes plásticas, atingiram notável unidade, em conseqüência de um poder político
que se estendia por um vasto império. A civilização romana criou grandes cidades e a estrutura militar favoreceu as construções defensivas, como fortalezas
e muralhas, e as obras públicas (estradas, aquedutos, pontes etc.). O alto grau de organização da sociedade e o utilitarismo do modo de vida romano foram
os principais fatores que caracterizaram sua produção artística.

COLISEU



Vista lateral do Coliseu - detalhe em maquete da antiga Roma.

"Enquanto o Coliseu se mantiver de pé, Roma permanecerá; quando o Coliseu ruir, Roma cairá e se acabará o mundo". A profecia do monge inglês Venerável
Beda dá a medida do significado que teve para Roma o anfiteatro Flávio, ou Coliseu (Colosseo em italiano), nome que alude a suas proporções grandiosas. O Coliseu ergue-se no lugar antes ocupado pela Domus Aurea, residência do imperador Nero. Sua construção foi iniciada por Vespasianus por volta do ano 70
da era cristã. Titus inaugurou-o em 80 e a obra foi concluída poucos anos depois, na época de Domitianus. A grandiosidade desse monumento testemunha o poderio e o esplendor de Roma na época dos Flávios, família a que pertenciam esses imperadores. O edifício inicial, de três andares, comportava mais de cinqüenta mil espectadores. Dois séculos depois, sua capacidade foi ampliada para quase noventa mil, quando os imperadores Severus Alexander e Gordianus III acrescentaram um quarto pavimento. O Coliseu foi construído em mármore, pedra travertina, ladrilho e tufo (pedra calcária com grandes poros). Sua planta é elíptica e os eixos medem aproximadamente 190 por 155m. A fachada se compõe de arcadas decoradas com colunas dóricas, jônicas e coríntias, de acordo com o pavimento. Os assentos são de mármore e a cavea, escadaria ou arquibancada, dividia-se em três partes, correspondentes às diferentes classes sociais: o podium, para as classes altas; as maeniana, setor destinado à classe média; e os portici ou pórticos, para a plebe e as mulheres. A tribuna imperial ou pulvinar ficava no podium e era ladeada pelos assentos reservados aos senadores e magistrados. Por cima dos muros ainda se podem ver

as mísulas que sustentavam o velarium, grande cobertura de lona destinada a proteger do sol os espectadores.



MOEDA ROMANA

As moedas romanas oferecem uma visão única da antiga vida romana, porque eram usadas diariamente por todos, do imperador ao mais simples cidadão de
Roma ou de alguma Província e Colônia do Império. As moedas nos mostram muito sobre o que era importante para o povo romano: como eles celebravam
suas festas, seus feriados, ocasiões religiosas e seus deuses; como os imperadores queriam ser vistos pelo seu povo através das "virtudes" cunhadas em suas moedas; além de nos dar excelentes retratos dos imperadores, de suas esposas e filhos, dos famosos edifícios e templos há muito tempo transformados em ruínas.

COMO ERAM FEITAS AS MOEDAS ROMANAS:

Durante o império romano as moedas eram "golpeadas". Não havia nenhum processo de cunhagem através de máquinas ou algum processo sistemático,
cada moeda era "golpeada à mão". Primeiro o gravador criava dois punções feitos em bronze, um para o verso (onde aparecem comumente as "efígies" dos imperadores) e um para o reverso (onde aparecem as "propagandas" da época). O gravador esculpia os desenhos da moeda através de entalhes feitos nos punções. O punção do verso era colocado em uma mesa, então um disco de metal, que normalmente era aquecido, era colocado sobre ele. O punção reverso
era colocado em cima do disco de metal e era então "golpeado" por um martelo.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, J. C. M. - Direito Romano; Editor Borsoi, RJ, 1965, vol. 1, c. XVII E XVIII.

- TRICI, J. R. C.; AZEVEDO, L.C. - Lições de História do Processo Civil Romano; Ed. Revista dos Tribunais, c. 3,4 e 5

- JÚNIOR, J. CRETELLA - Curso de Direito Romano; 19ª edição; Ed. Forense; Rio, 1995.

Consideremos brevemente o mundo judaico na época de Jesus.
4. O povo judeu deste período não constituía propriamente uma nação separada, uma vez que se encontravam judeus espalhados através de todo o Império. Eles tinham ainda o seu templo em Jerusalém e ali vinham adorar a Deus; estavam, pois, até orgulhosos de sua religião. Mas, semelhantemente aos pagãos encheram-se de formalismo e perderam seu poder.

A Igreja e seu panorama histórico.

5. A Igreja de Cristo em seus primórdios não procurou secularizar-se, nem buscar qualquer apoio de qualquer governo. Ela não procurou destronar a César. Disse Jesus: "Dai pois a César o que é de César e a Deus o que é de Deus" (Mateus 22:19-22; Marcos 12:17; Lucas 20:20). Sendo uma religião espiritual, não visava rivalizar com os governos terrenos. Seus aderentes, ao contrário, eram ensinados a respeitar todas as leis civis, como também os governos. (Romanos 13:1-7, Tito 3:1, I Pedro 2:13-16). Havia, portanto, uma clara distinção entre igreja e estado. Isso permaneceu assim nos primeiros três séculos.

6. A seguir, desejamos chamar sua atenção para algumas das características ou sinais da Igreja de Cristo - a religião cristã. Neste curso vamos traçar uma
linha através destes 21 longos séculos, e com especial atenção, vamos nos concentrar nos 1.200 anos, conhecidos pelos historiadores como anos de trevas espirituais e estagnação intelectual. Foram estes 1.200 anos os que marcaram o estabelecimento definitivo de um sistema religioso opositor da verdade. Verdade que foi muitas vezes escurecida e terrivelmente desfigurada. Não obstante haverá sempre alguma característica indelével, alguns poucos fieis, esparsos. Alguns fatos lamentáveis de perseguição, mas, que nos deixarão de sobreaviso, cuidadosos e suplicantes para que esses fatos
não voltem a se repetir. Encontraremos dos opositores da verdade muita hipocrisia como também muita farsa.

PARTE 1

1. A Igreja do Novo Testamento.

A história da Igreja é o mais interessante estudo que pode ser encontrado em qualquer literatura, não só para aprender sobre a origem e missão da Igreja,
como também de suas lutas e triunfos.

A Igreja é a instituição pela qual Jesus Cristo deu sua vida, foi por ela que Jesus morreu na cruz. Jesus curou muitos doentes, que possivelmente tiveram outras doenças, envelheceram e morreram. Jesus também ressuscitou a muitos, os quais voltaram a morrer. Porém, o único que permaneceu foram Seus ensinos deixados para a Instituição da qual ele falou que o inferno não prevaleceria contra ela. Isto demonstra o lugar que a igreja ocupa no coração do Salvador. Além disso, dada à importância que Jesus Cristo deu a Sua Igreja é impossível ficar indiferente diante do lamentável quadro apresentado nos dias
de hoje pelos professos seguidores do Mestre Jesus. Talvez a maioria pense que a Igreja sempre foi assim, do jeito que a vemos hoje, da forma e maneira em
que as denominações a apresentam, isso acontece porque se está ocultando do povo a forma e maneira em que a Igreja do Novo Testamento era.

2. O Propósito da Investigação.

Nosso primeiro alvo será para obter uma clara compreensão do que e como era a Igreja de Cristo na época do Novo Testamento. Se nos pudermos identificar como era a Igreja do Novo Testamento teremos então o modelo de Igreja que Jesus estabeleceu, e poderemos medir por esse modelo a organização, culto e adoração da igreja moderna.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CERTAS

Se atravessando os séculos, encontramos um grupo ou grupos de pessoas fugindo à observância destas características distintivas e enunciando outras coisas além das doutrinas fundamentais, então devemos tomar cuidado.

1. Cristo, o autor da religião cristã, reuniu seus seguidores numa organização, a que chamou "Igreja". E aos discípulos competia a tarefa de

organizar e expandir essa organização com uma metodologia chamada de: "fazer discípulos". Em primeiro lugar percebemos que há UM AUTOR para a organização da Igreja, e se esse Criador da Organização chamada Igreja é Jesus, poderíamos discutir que ela é imperfeita? Poderíamos alegar que o
que Jesus fez precisa se “modernizar”, porque já está ultrapassada? Acreditamos que a Organização estabelecida por Jesus e pelos apóstolos é perfeita e não necessita que homens venham a colocar defeitos e ter assim argumentos para acrescentar “modernização”.

2. Nesta organização chamada “Igreja de Cristo” (Romanos 16:16), de acordo com o Novo Testamento e com a prática dos apóstolos, desde cedo foram criadas algumas classes de oficiais para o exercício da liderança: pastores ou presbíteros ou anciãos (Atos 20:17, etc.); diáconos (Atos 6:1-6; 1
Timóteo 3:8); evangelistas (Atos 21:8; Efésios 4:11; 2 Timóteo 4:5); mestres (1 Coríntios 12:29; Efésios 4:11). O pastor era também chamado "bispo". Todos eram escolhidos pela Igreja, e para servirem à Igreja. A finalidade e propósito destes chamados: “encargos de ministério” serão estudados em detalhes.

3. As Igrejas Locais no seu governo e disciplina eram centralizadas como podemos perceber na decisão que devia ser tomada somente por Jerusalém
(veja em Atos 15). A história comprova que a Igreja que tinha sede centralizada em Jerusalém teve que mais tarde competir com uma outra organização centraliza em Roma, com certeza uma ficou desmerecida e outra prevaleceu. Era Jerusalém contra Roma. Vamos estudar esta luta entre a transigência com o mundo, de um lado, e a fé e coragem para manter a pureza da fé por outro lado, em detalhes na Segunda parte desta disciplina.

4. À Igreja de Cristo foram dadas duas ordenanças, e somente duas, o Batismo e a Ceia do Senhor. São memoriais e perpétuas. Ordenanças da Igreja serão analisadas à luz do Novo Testamento.

5. Somente os "Salvos" eram recebidos para ser membros das Igrejas. (Atos 2:47). Eram salvos unicamente pela graça, sem qualquer obra da lei (Efésios
2:5, 8, 9). Os salvos e eles somente deviam ser imersos em nome do Pai e do Filho e do Espirito Santo (Mateus 28:19). E unicamente os que eram recebidos e batizados participavam da Ceia do Senhor, sendo esta celebrada somente pela Igreja.

6. Somente as Escrituras Sagradas e, em realidade, o Novo Testamento são a única regra de fé e de vida, não somente para a Igreja como organização,
mas também para cada crente como indivíduo.

7. Cristo Jesus, O fundador da Igreja e O Salvador de seus componentes, é o seu único sacerdote e rei, seu Senhor e legislador e único cabeça da Igreja.
Esta executava simplesmente a vontade do Seu Senhor expressa em suas leis completas como inseridas no Novo Testamento, nunca a Igreja legislou ou emendou ou abrigou velhas leis (do Velho Testamento) ou formulou novas.

8. A religião de Cristo era individual, pessoal e puramente voluntária. Sem nenhuma compulsão física ou governamental. A fé era uma matéria de exame individual e de escolha pessoal. "Escolhei" é a ordem das Escrituras.

9. Note bem! Nem Cristo nem os Seus apóstolos deram em qualquer tempo aos seus seguidores designações como "Católico". Jesus Cristo chamou "discípulo" ao indivíduo que o seguia. Dois ou mais seguidores eram chamados "discípulos", uma mulher que seguia os ensinamentos de Jesus era chamada de “discípula” (Atos 9:36). A assembléia de discípulos, quer em Jerusalém ou Antioquia ou outra qualquer parte era chamada "Igreja". O conjunto de todas as Igrejas era denominado assim: “Igrejas de Cristo” (Romanos 16:16). Isto significa que a organização geral era denominada: “Igreja de Cristo”. Se nos acreditamos que Cristo é Deus, e que Ele resgatou Sua Igreja com seu próprio sangue, então não há nenhuma contradição
em Paulo chamar a Igreja de Cristo como “Igreja de Deus” (Atos 20:28). A Igreja é de Cristo, é de Deus, pois foi Ele que diz: “edificarei a minha Igreja...” (Mateus 16:18), portanto, nada mais justo de que esse nome: Igreja de Cristo, que lembra as primeiras palavras de Jesus em relação a Sua organização.

Tinha a Igreja de Cristo um modelo ou padrão a ser seguido? Esse é nosso alvo nesta pesquisa histórica e principalmente bíblica. Nosso alvo é justo, honesta nossa intenção e santo nosso propósito, pois se pudermos determinar com exatidão o modelo e padrão da Igreja Primitiva, então nos teremos uma visão do modelo e padrão de Igreja pela qual Jesus deu Sua vida. E se esse é um modelo e padrão a ser imitado, devemos imitar. Nesta pesquisa inicial queremos
saber se havia esse modelo de Igreja, com um culto e adoração que servisse de paradigma, isto é, de modelo. Uma organização e administração estabelecida
pelos apóstolos e da qual não pudessem se desviar. Queremos saber se qualquer inovação acrescentada a esse modelo seria possível e ao mesmo tempo permitido. Ou se qualquer acréscimo era visto pelos apóstolos como apostasia.

INÍCIO DA APOSTASIA

A formação do cristianismo e a sua propagação como religião histórica foi resultado exclusivo do testemunho e da interpretação da pessoa de Jesus Cristo. Notar este fato é essencial à orientação da obra de evangelização e missionária em qualquer tempo e lugar. O Cristianismo implantou-se e propagou-se pelo método que Jesus Cristo mesmo seguiu no Seu exemplo e ensino. Os discípulos, por exemplo, eles foram escolhidos e treinados por Jesus para que dessem muito fruto e fruto que fosse permanente. Os discípulos tiveram convívio com Jesus, essa experiência, mais tarde foi interpretada pelo Espírito Santo e tornou-se vida e poder neles. A tarefa dos discípulos era a de serem testemunhas de Jesus em Jerusalém, na Judéia, em Samaria e até os confins da terra.
Este era também o método e o programa geográfico para a sua obra. É mediante o testemunho e a interpretação da pessoa de Jesus Cristo feita pelos
apóstolos e outros cristãos que o Cristianismo se estabeleceu e é, nesta mesma base, a nosso ver, que a história da Igreja precisa ser estudada. Destacamos sempre a palavra “ensino”, como método eficaz para o estabelecimento da Igreja de Cristo.

Você comprovará neste estudo que a tônica da mensagem era a didática, o ensino e exposição da palavra em forma de estudo bíblico. Quando a igreja, a partir do segundo século em diante perdeu a metodologia por Jesus para seu crescimento, então se enveredou pelo caminho da apostasia. Quando a igreja começou a usar outros métodos e deixou o ensino da Palavra como prioridade, se perdeu no método especulativo.

Mateus 4:23 demonstra que a prioridade no ministério de Jesus era o ensino, pois Mateus coloca esta metodologia em primeiro lugar, (veja o texto paralelo
em Mateus 9:35).

O longo discurso registrado em Mateus capítulos 5, 6 e 7, conhecido como “Sermão da Montanha”, na verdade não é um “sermão”, pois se prestamos atenção Mateus declara o seguinte: “E, abrindo a sua boca os ensinava, dizendo:” (Mateus 5:2). Portanto, o método empregado por Jesus na montanha não
é de um “sermão” e sem o de um Mestre ensinando. As palavras ali registradas são a apresentação de um ensino, na forma de um estudo bíblico, um
ensinamento (veja Mateus 5:2 e compare com Mateus 5:19). Principalmente notamos que na narrativa que Mateus faz dos capítulos 5, 6, e 7 faz questão de deixar claro que se trata de método de ensino de princípio a fim (veja para o início Mateus 5:2 e para o final, Mateus 7:29) – De princípio a fim é ensinamento
e não um sermão.

Em Mateus 11:1 de novo o apóstolo, ao narrar as atividades de Jesus coloca em primeiro lugar o ministério de ensino – Compare com Mateus 13:54.

Em Mateus 22:16, podemos ver o reconhecimento que as pessoas fazem do ministério de Jesus, e de novo deixa claro que era o ensino. Finalmente, devemos ponderar o trecho que é conhecido como a "Grande Comissão" Mateus 28:19-20. A ordem dos fatos é:
1.- Fazei discípulos.
2.- Batizando-os.
3.- Ensinando-os.

Notamos de novo a ordem para que os seguidores de Jesus, aqueles que deveriam continuar o trabalho da Igreja não poderiam inventar "moda" e criar outros métodos diferentes.

A Igreja de Cristo, aquela que Ele fundou, segue a mesma orientação dada pelo Seu Mestre, dando prioridade e a devida importância ao ensino das verdades bíblicas. Aqui se comprova uma tarefa enorme, a tarefa de ensinar o povo de Deus. Ministrar não apenas belos sermões, mas principalmente, e acima de
tudo ENSINAR. Mais estudo e menos diversão.
Na declaração de Jesus: "ser-me-eis testemunhas" (Atos 1:8) está implicitamente revelado que o Cristianismo essencial é o Cristo implantado no coração dos homens através da sua experiência com Jesus, esta obra interior, que em palavras mais bíblicas pode-se chamar de "Justificação pela Fé", ao ser interpretada
pelo Espírito Santo tem como resultado natural o testemunho cristão. Portanto, o testemunho cristão, que era o impulso e motivação dos crentes do primeiro século, era a alegria de ser justificado.

Cristianismo consiste primariamente na presença do próprio Cristo nos cristãos, logo em seguida no ensinamento de doutrina, e só depois a instituição. É
pela obra do Espírito Santo que Jesus foi feito Cristo e Senhor. Pela interpretação e divulgação deste fato pelos apóstolos surgiu o Cristianismo como religião histórica. O Cristianismo essencial ou histórico, repitamos, é o Jesus da história como Cristo nos homens.

Este fato nem sempre tem recebido de nós a devida atenção. Para compreendermos a situação do Cristianismo em qualquer período da história, precisamos verificar o destaque que nele foi dado à pessoa de Jesus Cristo. Também, se desejamos avivar nosso trabalho de testemunho, precisamos dar a devida atenção à pessoa de Jesus Cristo. Precisamos distinguir entre o Cristianismo essencial ou histórico e o Cristianismo "moderno" que muitas vezes procuramos implantar nos homens. O método e êxito para isto não depende de formularmos uma doutrina ou

teologia de evangelização, nem do aperfeiçoamento dos nossos meios de comunicação. Tudo isto, certamente, tem o seu lugar ou utilidade. O método essencial, porém, deve ser ensinar as pessoas através de nosso próprio testemunho do que significa Jesus Cristo para nós. Freqüentemente proclamamos hoje, como Igreja, uma mensagem de justificação, em essência, Justificação pela Fé, o que é básico e essencial. Mas, que sentido exato tem esta afirmação para nos mesmo e para o mundo? Que testemunho de interpretação nos poderíamos então dar e realmente damos sobre essa mensagem tão diferenciada e importante? Temos uma experiência de justificação?

Desejamos aqui despertar a atenção dos alunos para este assunto, mas não podemos examinar em pormenores a sua importância. Chamamos a atenção
para que, no estudo sobre a história da Igreja, verifiquemos o lugar que a pessoa de Cristo tem tido nos vários períodos da história. Abordamos, aqui, apenas
o destaque que a pessoa de Jesus Cristo teve na propagação do Cristianismo no período do Novo Testamento.

1. A Propagação do Cristianismo em Jerusalém. O Cristianismo como realidade histórica surgiu definitivamente em Pentecostes, se bem que ao certo ela já estava organizada de forma embrionária durante o ministério de Jesus. O desenvolvimento começou com a vinda do Espírito Santo sobre os apóstolos e com
a interpretação que estes fizeram depois da pessoa de Jesus com quem tiveram convívio durante o seu ministério. No Pentecostes os apóstolos tornaram-se
e passaram a atuar como testemunhas de Jesus Cristo e do que Deus fizera com Ele. Eram Testemunhas, por exemplo, de que Deus o ressuscitou dos mortos.
Este testemunho dos apóstolos inicialmente era acompanhado pelas maravilhas com que Deus glorificou o Seu Filho.

Como resultado da obra do Espírito Santo nos apóstolos e do testemunho que estes deram de Jesus Cristo, surgiu em Jerusalém uma nova comunidade espiritual cujas características estão descritas em Atos 2:42-47 e 4:32-34. Os que creram em Jesus Cristo formaram esta Comunidade que foi denominada “Igreja”. A formação da Igreja era um movimento espontâneo, era fruto da sua experiência interpretada. Essa Comunidade é que mais tarde foi chamada Igreja de Cristo (Romanos 16:16). Esse nome estava em completo acordo com o testemunho essencial dos cristãos, eles testemunhavam da obra de Jesus em
favor deles, e de como o Jesus Homem, era o Cristo anunciado pelos profetas, eles anunciavam o Cristo que os tinha justificado pela obra na realizada e consumada na cruz. O testemunho dos apóstolos e o

crescimento da Igreja inicialmente eram acompanhados pelos sinais operados por Deus como, por
exemplo, a cura do coxo junto à porta do templo, cuja finalidade era glorificar a Jesus Cristo. A Igreja cresceu até que a cidade de Jerusalém toda tinha conhecimento da doutrina sobre a salvação por meio da Justiça de Deus (Atos 5:28).

Os adversários admitiram que a causa do movimento estava no fato de que os discípulos haviam estado com Jesus (Atos 4:13). Isto revela que o que estava
em foco na pregação era a pessoa de Jesus que era o Cristo predito nas Escrituras Hebraicas. Inevitavelmente surgiu a oposição dos que eram responsáveis
pela crucificação de Jesus e de quem os discípulos testemunhavam que tinha sido ressuscitado por Deus. O Cristianismo histórico surgiu e propagou-se como resultado do testemunho que os apóstolos deram de Jesus Cristo. A Igreja primitiva era espontânea e espiritual e não um efeito de atividades de entretenimento para os membros, ou seja, a espiritualidade não era imposta por leis e mandamentos, mas por causa de vida de Jesus em cada membro. Sobre a atuação dos apóstolos, a narrativa era a seguinte: “E todos os dias, no templo (dos judeus) e nas casas, não cessavam de ensinar e de anunciar a
Jesus Cristo” (Atos 5:42) – Um destaque devemos fazer sobre esta passagem. Três palavras em destaques: templo, casas e ensinar. Os primeiros discípulos
não construíam templos, esta palavra é usada aqui para se referir ao grande templo dos judeus, o que nos leva a acreditar que a narrativa de Atos 5 está situada antes da destruição do Templo judaico no ano 70 d. C. O trabalho missionário era concentrado nas casas, pois as reuniões da igreja primitiva seguia
esse modelo, desde que eles acreditavam que não mais Deus habitava em templos feitos de mãos humanas (Atos 7:48 e 17:24) e a ênfase da atividade
missionária dos discípulos era o ensino, em especial anunciando a salvação provida mediante a fé em Jesus Cristo. O centro do movimento e das atividades
dos primeiros discípulos era Cristo. A expansão do Cristianismo em Jerusalém trouxe perseguição por parte dos adversários, que culminou com a morte de
Estevão. Em face das perseguições o Cristianismo passou a se propagar fora de Jerusalém e o nome de Jesus Cristo foi divulgado em toda parte.

2.- A propagação do Cristianismo na Judéia e Samaria. Quanto ao destaque à pessoa de Jesus Cristo na propagação do Cristianismo na Judéia e Samaria e na
obra missionária de Paulo até o final do período da história do livro de Atos, vamos mencionar apenas alguns exemplos desta propagação sem entrar em pormenores. Disperso devido às perseguições em Jerusalém,

Filipe chegou a Samaria, e pregava ali a “Cristo”. Os samaritanos, que já conheciam a Jesus, ouvem agora de Felipe que esse Jesus era o Cristo. Depois disso, Filipe, divinamente dirigido, encontrou-se com um etíope que, na sua viagem de regresso
para a sua terra, lia a Escritura Hebraica, e lhe ensinou a correta interpretação do texto da Bíblia, ou seja, fez uma exegese correta e anunciou “a Jesus”. Filipe ensinou sobre a pessoa histórica de Jesus como cumprimento da profecia que o etiope estava lendo. O etiope creu e se converteu. Na conversão de Saulo no caminho de Damasco aparece em grande destaque a ação da própria pessoa de Cristo glorificado junto a Saulo. Aparece a ele como “Jesus” histórico. Aparece também junto a Ananias instando-o para ir orientar a Saulo com referência ao que ele devia fazer. Logo depois, Saulo começou a ensinar em Damasco que Jesus era o filho de Deus. O que se vê nestes casos é o destaque ao ensino da fé, ensino centralizado na pessoa de Jesus como Filho de Deus. Igualmente, também, a pessoa de Jesus foi o ensino ministrado por Pedro na casa de Cornélio, quando o Cristianismo transcendeu as fronteiras da nacionalidade. Pedro fez um estudo de como Jesus de Nazaré, ungido de Deus com virtude, andou fazendo o bem (Atos 10:38) como fora crucificado e ressuscitado e como todos aqueles que aceitassem essa dádiva divina de salvação em Cristo receberiam a justificação. Este estudo bíblico sobre a ação salvadora de Deus em Cristo foi o ponto máximo no ensino de Pedro na casa de Cornélio quando o Cristianismo passou para o meio dos gentios. Notamos
que o Cristianismo se expandia como resultado direto do ensino das verdades bíblicas relativas a Jesus e não de programas que visam apenas divertir e entreter multidões.

3.- A Propagação do Cristianismo até os Confins da Terra. Na propagação do Cristianismo também entre os gentios em geral, a única mensagem ensinada
pelos crentes em toda parte era a pessoa de Jesus Cristo. Sem entrar em minúcias, chamamos a atenção dos alunos apenas para alguns casos concretos.
Quando, por exemplo, Lucas fala dos crentes dispersos pelas perseguições em Jerusalém (Atos 8:1), ele fala que alguns varões chíprios e cirenenses ensinavam aos gregos em Antioquia e como fruto desses ensinos grande número se converteu ao Senhor (Atos 11:20-21 e 24). Foi na base destes ensinamentos que se implantou o Cristianismo em Antioquia e foi constituída ali a Igreja. Também pela mesma razão os discípulos em Antioquia foram chamados de “cristãos”. A Igreja de Cristo que estava em Antioquia pouco depois se tornou um centro de expansão missionária, pois era fundamentada sobre um alicerce correto, essa base era o ensino correto e apropriado da Justificação pela Fé em Cristo, mensagem essa que alegrou o coração dos gentios,
que viram a inutilidade das obras tanto para o judaísmo como para todo o sistema religioso pagão. Os missionários que saíram de Antioquia estavam sob a orientação do Espírito Santo (Atos 13:1-3). É digno de destaque

saber que quando Paulo e Barnabé regressaram de sua primeira viagem relataram (fizeram
um relatório) de como Deus tinha aberto aos gentios “a porta da fé” (Atos 14:27).

Na história da obra missionária de Paulo, temos muitos exemplos de como, em momentos especiais e marcantes no seu trabalho, ele apresentou a mensagem da Justificação pela Fé na pessoa de Jesus Cristo. Ao carcereiro de Filipos disse, por exemplo, “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo” (Atos
16:31). A Igreja de Cristo em Filipos era composta de crentes em “Jesus Cristo” (Filipenses 1:1), isto é digno de nota, pois a conversão era a Cristo Jesus e não
a qualquer sistema de doutrinas. Em Tessalônica Paulo ensinou que convinha que o Cristo padecesse e ressuscitasse dos mortos. Explicou que “esse Jesus é o Cristo” (Atos 17:3). Depois, no areópago de Atenas, o ponto culminante da mensagem de Paulo foi o ensino de que Deus destinou um varão que foi ressuscitado dos mortos. Também no seu longo ministério em Corinto, o único assunto de sua pregação era Cristo e esse crucificado. Em sua defesa perante
o rei Agripa, Paulo afirmou que o seu ensino era que Cristo devia padecer e que Ele era o primeiro a ressurgir dos mortos, e que devia anunciar essa mensagem somo se fosse uma luz para o povo judaico e aos gentios.

Verificamos, portanto, que no ensinamento de Paulo e dos cristãos primitivos em geral, era a ação salvadora de Deus na pessoa de Jesus Cristo. E que foi por
meio dessa qualidade de ensino que o Cristianismo penetrou e implantou-se nos principais centros do império romano. Foi nesta base que a expansão do Cristianismo chegou ao ponto máximo na sua marcha essencialmente didática e sem problemas de natureza especulativa. No ensino dos apóstolos e dos outros cristãos do primeiro século até esta altura a pessoa de Jesus Cristo e de Sua obra salvadora eram apresentadas como fatos de experiência sem qualquer tentativa para interpretações doutrinárias e especulativas. O ensino e a didática, como já comprovamos, eram essencialmente o testemunho de como a Justificação era uma realidade pessoal dos cristãos, o testemunho cristão era em essência a experiência da justificação.

Na parte final do primeiro século da era cristã, porém, em face das provações e desânimo causados pelas perseguições, muitos cristãos de origem judaica começaram a enfraquecer na fé e a se inclinar para voltar ao judaísmo, esse movimento de volta ao judaísmo, tão combatido por Paulo nas Epístolas aos Romanos, aos Efésios e em especial aos Gálatas, foi conhecido na história como “judaizante”.

Diante dessa situação, surgiu então, a necessidade de uma defesa do Cristianismo e de exaltar a salvação cristã em contraste com o judaísmo. É

a situação refletida no Livro aos Hebreus, por exemplo. Sua finalidade e didática é fortalecer os crentes e mostrar o final do velho sistema de culto e ritos judaicos. Nela pode-se ver claramente o ensino da superioridade da Nova Aliança, portanto, do cristianismo sobre o judaísmo.

No final do primeiro século, o Cristianismo histórico na revelação do Apocalipse aparece com suas formas e atividades externas estabelecidas como sejam,
por exemplo: A observância do Domingo como dia do Senhor (Apocalipse 1:10), a posição das igrejas comparadas a castiçais de ouro, o que demonstra o
valor de cada uma, apesar dos problemas que cada uma enfrentavam, cada igreja local identificada como tendo uma liderança composta e nunca uma única pessoa, uma liderança responsável comparada a um “anjo”. O Cristianismo apresenta-se organizado e em condições de prosseguir como religião histórica.
Além da situação já existente, a revelação de Cristo a João prediz também as coisas que ainda hão de acontecer e a necessidade de a Igreja de Cristo ouvir a mensagem de Jesus através dos seus pastores sob a orientação do Espírito Santo. Porém, o mais descuidado na leitura de Apocalipse, é que desde o início podemos notar o claro ensino da Justificação pela Fé o que torna o último Livro do Novo Testamento também um Livro de didática espiritual e salvadora (veja como exemplo: Apocalipse 1:5-6 e 22:11, 14, 21 – Desde o início até o fim o tema do Livro também é a experiência da justificação pela fé, os benefícios do sangue de Cristo e a graça divina)

A partir do segundo século, com o desaparecimento dos apóstolos e da influência pessoal dos cristãos primitivos, começaram a surgir entre alguns líderes do Cristianismo, em face de perseguições e heresias, várias tendências de interpretar criticamente ou em termos racionais a pessoa de Jesus Cristo, para Ele poder ter a capacidade de operar a Justificação provida por Deus. Eram tendências despertadas pela filosofia e idéias religiosas pagãs. Mesmo assim, durante
esta transição para o método especulativo, perdurou ainda por algum tempo o ensino correto sobre o tema e a apresentação do testemunho de cristãos que tinham a experiência da justificação em suas vidas. Isto significava, que mesmo nos primórdios da Igreja de Cristo, enquanto de maneira progressiva era introduzida uma outra forma de salvação, muitos fieis permaneceram do lado da verdade. A obra salvadora de Jesus no primeiro século ainda não era interpretada de forma doutrinária, mas de maneira prática. Os cristãos primitivos (do primeiro século) apenas aplicavam à vida os benefícios da Justificação,
sem se perguntar “como se explica essa doutrina?”. A morte e a vida de Cristo era aplicada na vida como benefícios de Deus ao homem e essa aplicação prática era o ponto máximo e único do ensino teológico, é dessa forma que podemos extrair das Cartas de Paulo para a Igreja. (1 Coríntios 15:3-4). A fé era a
base e alicerce da salvação.

Porém, a partir do segundo século, começou a surgir em algumas igrejas o ensino de uma interpretação da pessoa de Cristo. Ao invés de apenas acreditar na
obra salvadora, muitos começaram a analisar criticamente essa obra de redenção. E no intuito de explicar se inicia um sem número de especulações. Por exemplo: Foi então que se começou a perguntar se Jesus Cristo era divino ou humano; se era Filho de Deus ou era filho do homem, e como essas idéias podiam ser harmonizadas. Esta mudança no interesse, no pensamento e no ensino é maior do que podemos imaginar, as mudanças foram se ampliando até
que culminou num sistema “cristão” que ensinava a salvação pelas obras.

Mencionaremos algumas causas e como isso aconteceu: Quando o ensino apostólico passou para o ensino dos séculos posteriores foi óbvio que não só o ensino original foi se perdendo, como também a influência do verdadeiro cristianismo. Precisamos reafirmar que esta tendência crítica surgiu em face de heresias, umas negando, por exemplo, a divindade de Jesus Cristo, e outras negando sua humanidade. Havia necessidade de doutrinar as igrejas em face de
tais problemas e outros semelhantes, vindos de fora. Quando, porém, o cristão precisa se defender contra os ataques do mundo, ou quando ele precisa defender aquilo em que crê em face de desafio das heresias, ele corre o perigo de abandonar a sua fé genuína e pessoal e se enveredar para a especulação. O
ensino realmente cristão era um testemunho prático da fé em Cristo e não uma resposta doutrinária à perguntas dos que em Jesus não acreditam. No
ensino cristão, jamais a exposição doutrinária está isolada do testemunho da fé e da experiência pessoal com Cristo.

Nos primeiros séculos depois do período apostólico, até 320 d. C., por exemplo, os teólogos, embora já tivessem os seus pensamentos despertados para assuntos de controvérsias cristológicas, mantiveram ainda uma posição genuinamente evangélica com referência à pessoa e obra de Jesus Cristo. Jesus Cristo
continuou a ser crido e ensinado como o único e suficiente mediador entre Deus e os homens. A sua morte na cruz era considerada fato essencial na obra redentora. O sofrimento de Cristo era considerado vicário e Sua vida substitutiva.

Os escritos dos teólogos deste período geralmente pouca referência fazem à idéias especulativas. Não havia ainda esforços para se formar algum sistema de teologia. Também os assuntos básicos do Cristianismo ainda não eram estudados em profundidade ou exaustivamente. A aceitação da pessoa e obra de Jesus Cristo era essencialmente prática. Clemente de

Roma diz, por exemplo, que o sangue de Cristo foi derramado para a nossa salvação e trouxe a graça de Deus
e a chamada ao arrependimento dirigido ao mundo inteiro. A morte de Cristo traz, diziam os teólogos, a salvação e a vida eterna. Era o período da expansão
do cristianismo, esse era o "poder de Deus", era o evangelho de Cristo para salvação (Romanos 1:16). Era simples, singelo, sem ostentação, nem "shows para arrastar multidões". Nessa época, que agora passaremos a chamar de "Cristianismo Histórico", as Igrejas de Cristo atuavam na maior humildade, com
apenas um testemunho pessoal, era a demonstração do poder do evangelho que podia transformar um pecador em uma pessoa que desfrutava dos
benefícios da Justificação pela Fé, esse ensino transformou o mundo de então e abalou o Império Romano.

Já explicamos que o Cristianismo Histórico apresentava um ensino simples sobre a condição do homem sem Deus, e a solução provida na obra salvadora de
Jesus, era essa a única ênfase, nada havia de interpretação especulativa. Como resultado desse ensino simples, humilde e singelo o Cristianismo Histórico estendeu suas fronteiras e chegou a predominar no Império Romano.

Porém, e isto é lamentável, e também um tremendo ensinamento para nossos dias, algumas igrejas começaram a sofrer neste período, depois da morte dos apóstolos, depois do segundo século, a influência de tendências para o sacramentalismo com reuniões cheias de programações, cerimônias e paramentos, dando demasiada importância ao batismo, ao ascetismo, obras externas como atributos de salvação e a perda da visão da Justificação pela Fé. Por exemplo:
A celebração da missa é mais uma encenação que um culto cristão, veja como Martinho Cochêm descreve o cerimonial no livro: Explicação da Missa, página
40 – "O sacerdote durante uma só missa benze-se 16 vezes, volta-se para o povo outras 16 vezes, beija o altar 8 vezes, levanta os olhos 11 vezes, 10 bate
no peito, ajoelha-se outras 10 vezes e junta as mãos 54 vezes. Faz 21 inclinações com a cabeça e 7 vezes com os ombros, inclina-se 8 vezes e beja a oferta
36 vezes! Põe as mãos sobre o peito 11 vezes e oito vezes olha para o céu, faz 11 rezas em voz baixa e 13 em voz alta, descobre o Cálix e o cobre novamente 5 vezes e muda de lugar 20 vezes!".

Veja como o desvio da fé se iniciou quando movimentos de cenário começaram a substituir as singelas reuniões de ensino da Palavra. A fé se perdeu quando

o culto era uma programação para entreter as pessoas e não para ensinar as pessoas.

Tudo isso começou a enfraquecer a fé e a vitalidade inicial, aquilo que no Apocalipse é chamado de “primeiro amor” (Apocalipse 2:4). O “primeiro amor” era
a fé cristã como aceitação da graça de Deus.

Devemos notar com cuidado que esta religião especulativa e cheia de cerimônias tomou corpo, muito mais quando sua Sede se estabeleceu em Roma, em
contradição com a Sede de Jerusalém. Sabemos pela leitura atenta de Atos, que as Igrejas de Cristo, em seus primórdios tinham como organização centralizada a cidade de Jerusalém, é importante notar que o relato de Atos 8:1 explica assim: “e fez-se naquele dia uma grande perseguição contra a igreja
que estava em Jerusalém; e todos foram dispersos pelas terras da Judéia e de Samaria, exceto os apóstolos”. Os apóstolos deveriam permanecer em Jerusalém, apesar da grande perseguição, pois Jerusalém era a Sede da organização e ali deveria permanecer a liderança. Durante o primeiro século, enquanto os apóstolos estavam ainda vivos a hierarquia da Igreja de Cristo repousava sobre uma liderança tríplice, veja com atenção Gálatas 2:9 – “E
conhecendo Tiago, Cefas e João, que eram considerados como as colunas...”. Note-se com atenção que quem está fazendo este reconhecimento é Paulo,
ele que muito bem poderia querer, dada a sua importância, estabelecer um ministério individual. Mas, pelo contrário notamos que ele se reportou à liderança de Jerusalém para dar o seu relatório e solucionar o problema criado com o ensino da Justificação pela Fé aos gentios (Atos 15 – todo o capítulo).
Sim! No ano 49 d.C., foi preciso que eles se reunissem em Jerusalém para resolver questões que afetavam os cristãos em geral. O relato de Atos nos diz que,
depois duma consideração aberta, “então pareceu bem aos apóstolos e aos anciãos (Presbíteros), com toda a igreja, eleger homens dentre eles e enviá-los
com Paulo e Barnabé a Antioquia, a saber Judas, chamado Barsabás, e Silas, homens distintos entre os irmãos”. A Igreja aqui mencionada é o reconhecimento que havia uma única Igreja, cuja sede estava em Jerusalém. Nesta reunião notamos também que quem falou foi Pedro (Atos 15:7), que como vimos formava parte da liderança tríplice, assim como também quem falou dando sua opinião foi Tiago (Atos 15:13), um dos outros apóstolos da diretoria geral. Após a resolução, a Bíblia relata que essa resolução deveria ser aceita por todas as igrejas locais que estavam sob a jurisdição de Jerusalém

(Atos 15:23; 16:4). Evidentemente os três apóstolos serviam como órgão diretor para as congregações dispersas das Igrejas de Cristo (Romanos 16:16). Então,
visto que aquela tríplice liderança em Jerusalém era o modelo cristão primitivo para a supervisão geral sobre todos os discípulos. Se a Igreja desejar seguir o padrão e modelo original, ele é indicado com clareza nas páginas do Novo Testamento. A Igreja não pode se perder na busca de outros modelos a não ser aquele que Jesus estabeleceu para sua Igreja. Desde que a Igreja estava em formação, enquanto Jesus ainda estava com seus discípulos já tinha estabelecido
essa hierarquia (Veja com atenção Mateus 17:1; Mateus 26:37 e Marcos 5:37).

Devemos ainda destacar que depois que os perguntaram ao Salvador: "... Dize-nos, quando serão essas coisas, e que sinal haverá da tua vinda e do fim do mundo?" Mateus 24:3. Como resposta a essa pergunta, o primeiro que Jesus lhes disse foi: "Acautelai-vos que ninguém vos engane" Mateus 24:4 – E a continuação lhes explica que o engano consistiria num engano religioso; assim, o sinal era caracterizado pelo maior engano que o mundo já viu! Portanto, o engano religioso seria o primeiro e mais importante sinal para indicar as cousas que aconteceriam após a morte dos apóstolos. As conseqüências de ser enganados pela falsa religião são muito piores do que ser vítimas da fome, enfermidade ou guerra. A conseqüências são de valor eterno. Jesus advertiu dizendo que seriam enganados "se for possível" até os escolhidos, os próprios eleitos (Mateus 24:24).

De acordo com o Livro de Apocalipse essa falsa religião, o grande engano, teria muita autoridade e uma adoração mundial ou universal ("Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra" Apocalipse 13:7-8).

Ano 321 – O Estabelecimento Definitivo da "Igreja" – O Apoio do Imperador Constantino.

Começando com o Concílio de Nicéia, o grande Concílio que foi convocado pelo imperador romano Constantino, então se iniciava assim, um programa sistemático e progressivo para perpetuar a tradição, rejeitando toda e qualquer oposição à "doutrina" estabelecida pela igreja de Roma.

Reconstruir a história sem a ótica do pensamento de Roma, restaurar os fatos e os colocar na sua real posição, não deixar a tradição influenciar a pesquisa,
não é tarefa fácil, pois a força das tradições não permite ao leitor enxergar os fatos reais, a força das tradições faz com que a verdade seja ofuscada, distorcida e se incline para o que já foi estabelecido durante mais de dois milênios.

A maioria, diante das interrogações da história, prefere uma atitude conformista, de fatal acomodação. Muitos desprezam qualquer pesquisa histórica que venha a colocar em risco suas crenças. Muitos chegam a afirmar que o passado histórico não tem importância alguma; mas, podemos Ter certeza absoluta de
que esses fatos são relevantes e muito importantes ainda em nossos dias, pois, foram esses fatos do passado que determinaram o surgimento de um sistema religioso mundial que teve influência durante muitos e muitos anos, e ainda exerce poderosa influência na mente de muitos. É possível, depois de acurada, meticulosa e exaustiva pesquisa encontrar a linha correta em que os acontecimentos se desenvolveram. Bíblia e história são as bases de nossas pesquisas.

Partimos do pressuposto de que Jesus Cristo deixou a verdade aos cuidados de alguns homens confiáveis, os apóstolos, e que estes zelariam por manter essa verdade na sua pureza original. Se esse pressuposto não for correto, então não há nada a pesquisar e deveríamos nos acomodar com o que nos foi dado como verdade. Acomodação histórica não é uma atitude correta. Devemos, portanto, investigar para saber se o que nos foi legado como herança de fé é verdadeiro e corresponde exatamente com o que os apóstolos, depositários dessa verdade, conservaram como original. Devemos, e isso se nos impõe como
que uma obrigação, conhecer os acontecimentos emergentes, iniciais e formativos dos primeiros séculos da Igreja de Cristo.

A época de maior conflito foi o ano de 312 d.C. Muitos acreditam geralmente que foi nesse ano que o imperador Constantino se converteu ao cristianismo.

“Como ocorreu essa conversão? Em 306, Constantino sucedeu a seu pai e, por fim, junto com Licínio, tornou-se co-regente do Império Romano. Ele foi influenciado pela devoção de sua mãe ao cristianismo e pela própria crença na proteção divina. Antes de ir para uma batalha perto de Roma, na ponte Milvius, em 312, ele afirmou que lhe fora dito num sonho que pintasse o monograma cristão – as letras khi e rho – as primeira letras do nome ‘Cristo’ em grego – nos escudos de seus soldados. Com esse talismã ... as forças de Constantino derrotaram seu inimigo Maxêncio. Pouco depois de vencer a batalha, Constantino afirmou que se tornara crente, embora não fosse batizado senão pouco antes de sua morte, uns 24 anos mais tarde. Ele passou a obter o apoio de professos cristãos em seu império pela adoção das letras Khi-Rho como seu emblema ... O Khi-Rho já tinha, contudo, sido usado como ligadura (junção de letras) em contextos pagãos”. O Crisol do Cristianismo, Editado por Toybee, pág. 154.

A partir dessa pretensa conversão, o imperador Constantino começou a exercer poderosa influência nos assuntos relacionados com a igreja.

“a partir daquele ano 312, Constantino atua como um governante adito à igreja, a qual ele honra, protege e favorece com todas as suas forças”
Enciclopédia Labor, Vol. 5 – Artigo: O Cristianismo Triunfante.

O historiador Gibbon escreve a respeito de Constantino: “A devoção de Constantino foi mais peculiarmente dirigida para o gênio do sol, o Apolo da mitologia grega e romana. O altar de Apolo foi consagrado com as ofertas votivas de Constantino... o sol foi universalmente honrado como o invisível guia
e protetor do imperador Constantino”. História do Declínio e Queda do Império Romano, Gibbon, capítulo 20.

Pode-se notar que o imperador Constantino era um fiel adorador do sol (Apolo). Graves mudanças aconteceram em razão desse paganismo. O Cristianismo sustentado por muitos séculos pela igreja de Roma e na sua atual configuração é o resultado de manobras astutas de um imperador pagão, que terminou corrompendo o Cristianismo Histórico.
O fanatismo tomou conta da igreja e a procura de privilégios outorgados pelo estado se tornou um hábito: “Alguns bispos, cegados pelo esplendor da corte, foram ao ponto de louvar o imperador como um anjo de Deus, como um ser sagrado, e a profetizar que ele, assim como o Filho de Deus, reinaria nos céus”. Catholic Encyclopedia.

Sobre a compreensão do imperador em relação às discussões do Concílio de Nicéia um documento afirma: “Constantino basicamente não tinha entendimento algum das perguntas que se faziam em teologia grega”. A Short History of Christian Doctrine.

Note o leitor que a pesquisa aponta para o Concílio de Nicéia como sendo uma grande encenação. O imperador que preside o Concílio nada entende, continua sendo um pagão, adorador do sol, e percebemos que o que prevaleceu nessas reuniões foi, não a verdade, mas o que o Concílio determinou que
seria verdade sob a influência do imperador.

Constantino chegou alguma vez a ser cristão? O historiador Paul Johnson declara: “Uma das principais razões de ser tolerado o cristianismo foi, possivelmente, por isso deu a ele mesmo e ao Estado a oportunidade de controlar a política da Igreja em relação à ortodoxia... Constantino nunca abandonou a adoração do sol e manteve o sol em suas moedas”.

A Catholic Encyclopedia observa: “Constantino favoreceu de modo igual ambas religiões (a dele que era pagã e a do cristianismo). Como sumo pontífice
(de Zeus) ele velou pela adoração pagã e protegeu seus direitos”.

“Constantino nunca se tornou cristão” diz a Enciclopédia Hidria, e acrescenta: “Eusébio de Cesaréia, que escreveu a biografia dele, diz que ele (Constantino) se tornou cristão nos últimos momentos da vida. Isso não é convincente, visto que, no dia anterior (à morte de Constantino) fizera um sacrifício a Zeus porque também tinha o título de Sumo Pontífice”.

A farta documentação sobre a época de Constantino e sobre o Concílio de Nicéia pode-se resumir a um único fator: A igreja, com o apoio imperial, ela se enveredou definitivamente pelo caminho da apostasia, segue o rumo do desvio da fé verdadeira, e esquecendo por completo as origens da verdadeira fé, abandona finalmente a verdade. A voz dos apóstolos fora silenciada, a herança de fé que eles tinham recebido e conservado com amor, agora estava sendo ofuscada pela sombra do paganismo.

Na época de Constantino, no império Romano fervilhava um turbilhão de atividades místicas, era um verdadeiro caldeirão no qual se misturavam as doutrinas judaicas, mitraica, zoroastriana, pitagórica, hermética e neoplatónica, todas se difundiam e se misturavam uma com a outra. Diante desse confuso panorama religioso, a própria igreja de Roma, estava em situação precária. Se a igreja de Roma quisesse sobreviver e, além disso, exercer poderosa influência
e autoridade, ela necessitava do apoio de uma figura secular na corte imperial que pudesse representá-la. Essa figura foi o próprio imperador Constantino.
Ele como imperador, com a igreja de Roma como aliada, empenharam-se na tarefa de implantar definitivamente a doutrina determinada por eles, disseminando-a por todo o Império com a finalidade de extirpar finalmente toda fé que fosse contrária aos, agora chamados: “Dogmas”, estabelecidos pelos inúmeros Concílios. Ao Concílio de Nicéia, outros se seguiram (Constantinopla [381], Éfeso [431], Calcedônia [451], não para corrigir os males, mas para
aumentá-los, pois se apelava para a “autoridade da tradição” ou “autoridade da igreja”. O próprio papa se tornou infalível nas suas determinações: “Todos os decretos dogmáticos do papa, feitos com ou sem seu conselho geral, são infalíveis ... Uma vez feito, nenhum papa, ou nenhum concílio pode revogá-los ...
Este é o princípio católico, de que a Igreja não pode errar na fé” The Catolic World, junho de 1871, págs. 422 e 423. Esta pode parecer uma declaração muito antiga (1871), mas mesmo assim, o princípio da infalibilidade papal é mantida até hoje, vejamos por exemplo: Como devem ser perdoados nossos pecados? Esta pergunta é tão fundamental da doutrina da Justificação pela Fé que nós já sabemos a resposta. Porém,

note agora esta informação histórica. A igreja de Roma convocou um outro Concílio de Nicéia, em 787 d.C., que deveria estabelecer a doutrina do perdão dos pecados, neste novo Concílio se estabeleceu por decreto que o perdão deveria ser outorgado unicamente através dos sacerdotes, e não diretamente com o Pai Celestial. É mantido esse princípio até hoje?

“João Paulo II ... disse terça-feira aos católicos romanos que busquem o perdão através da Igreja e não diretamente de Deus ... o requerimento para confissão de pecados através dos sacerdotes é um dos princípios fundamentais do Catolicismo Romano”. The Associated Press, 11 de Dezembro de 1984.

Este é apenas um dos muitos exemplos que podemos citar para comprovar como a igreja entrou na vereda da apostasia.

Chegou um tempo em que tudo isso acabaria? Chegou sim, após muitas lutas e conflitos, esse tempo chamou-se Reforma. Esse será o assunto de nossa terceira parte.

A REFORMA PROTESTANTE INTRODUÇÃO

Podemos dizer que a Reforma é um marco histórico não só no contexto religioso, mas também no político, social e econômico da Europa e mais tarde
do mundo. Este início de um novo tempo não veio sem derramamento de sangue, mas com mortes e perdas irreparáveis, com destruição e aniquilação de inocentes; muitos dos personagens desta história real não tiveram seus nomes escritos em nenhum livro, em nenhum lugar se ouviu falar deles. Tivemos muito valentes lutando contra covardes que detinham o poder, alguns são conhecidos outros simplesmente “não existem”. Famílias inteiras destruídas, casas queimadas, torturas, massacres, tudo isso por amor a Deus e sua Palavra.

Os frutos conquistados pelos reformadores são por nós vividos a cada culto em nossas igrejas onde temos a oportunidade louvar a o Senhor com liberdade e de ter a Bíblia em nossa própria língua, hoje podemos pregar a palavra de Deus como ela é, viva, eficaz, e como disse Paulo “o poder de Deus para salvação de aquele que crê”.

Que esse livro possa trazer um novo ânimo a sua vida espiritual, que através do exemplo dado por nossos irmãos do passado venhamos a querer uma igreja guiada pelas Escrituras e não por costumes, tradições ou dogmas totalmente gerados por mentes perniciosas.
O que trataremos aqui não é ficção ou um comentário tendencioso dos fatos, mas sim a veracidade outrora oculta mas que a cada dia vem à tona quando alguém se empenha em descrever os eventos heróicos que muitas

vezes se assemelham às estórias dos trovadores por terem como personagens principais mocinhos e bandidos.

CAPÍTULO 1

PRÓLOGO

A reforma protestante não foi algo que veio de repente ou de uma só vez, muito pelo contrário, o processo para chegar até ela foi doloroso e lento, porém incessante. Para entender os porquês da reforma se faz necessário olharmos para igreja desde sua época Apostólica até mais precisamente o ano
1000 d.C. onde o poder papal havia chegado ao seu clímax.

Desde a morte do apóstolo João (100 d.C.) iniciou-se o período das perseguições que durou até o ano 313 d.C. isso não quer dizer que antes não houve perseguições, muito pelo contrário, no governo de Nero o imperador (54 a 68 d.C.) houve uma perseguição muito grande devido ele ter atribuído aos cristãos
a culpa do incêndio em Roma, isso desencadeou uma verdadeira caçada a todo aquele que se dizia seguidor dos ensinos de cristo; sob sua ordem o apóstolo
Paulo foi executado. Após Nero, já sob o governo de Vespasiano (69 a 79 d.C.) Jerusalém foi invadida por seu filho Tito que mais tarde se tornou imperador
no lugar de seu pai. A invasão de Tito custou muitas vidas e inclusive a destruição do templo de Jerusalém.

Domiciano (81 a 96 d.C.) foi o imperador que exilou o apóstolo João mandando-o para ilha de Patmos onde teve as visões e revelações contidas o livro
de apocalipse, este também perseguiu os cristãos de uma forma violenta. Todas estas são ainda na fase Apostólica a que veio a seguir ficou conhecida como
“a fase das perseguições” (100 a 313 d.C.).

Neste período houve doze perseguições, mas a igreja cresceu e se expandiu rapidamente entre 98d.C. e 161d.C. A partir de 162d.C. a perseguição continuou, porém com alguns períodos de tolerância, já não eram caçados, eram mortos apenas quando denunciados. De todo o período a maior de todas se

deu sob o governo do imperador Diocleciano, este foi implacável e incansável em tentar destruir os cristãos, homem mal e sem escrúpulos aniquilou comunidades cristãs inteiras.

O imperador e o cristianismo

Quando em 313d.C. o imperador Constantino filho de Constâncio Cloro entra em batalha contra Maxêncio que disputava o trono imperial com ele, seu exército era pequeno e despreparado vendo que não tinha chances de vencer começa orar a Deus quando tem uma suposta visão de uma cruz que tinha uma
inscrição “in hoc signo vinces” que significa “por este sinal vencereis” revestido de confiança lutou bravamente, Maxêncio morreu afogado no rio Tibre e seu exército foi vencido.

Declarando o edito de Milão trouxe a liberdade religiosa e proteção aos líderes eclesiásticos e também combateu a morte de escravos por seus senhores, o adultério como também o concubinato. Em 325 convocou o Concílio de Nicéia. Mesmo tendo exortado por diversas vezes seus súditos a serem cristãos, no fim de sua vida retornou ao arianismo.

Em 366d.C. o imperador Valentiniano (governou de 364 a 375) declarou “a supremacia da jurisdição eclesiástica de Roma”, mas foi somente por volta de 379 d.C. que o imperador Flávio Teodósio declarou o cristianismo como religião oficial do império Romano. Em 381 convocou o concílio de Constantinopla
que reafirmou as doutrinas estabelecidas no concílio de Nicéia e também a decisão de tratar o arianismo como heresia.

A paganização do cristianismo

Após o cristianismo ser oficializado iniciou-se uma paganização acelerada na igreja, apesar de que isso já começara por volta de 251d.C. quando a igreja
de Roma já não ensinava sobre a justificação pela fé, mas sim pelas obras. O que viria a seguir seria a degeneração dos conceitos bíblicos que seriam substituídos por dogmas e tradições criadas pelos homens.

CAPÍTULO 2

ANO 1000.
O AUGE DO PODER PAPAL

Os papas nem sempre tiveram o poder que detinham durante a idade média alta e baixa, nos primeiros quase quinhentos anos de história da cristandade
a igreja era controlada por bispos que na sua maioria não tinha a menor pretensão de ser o líder absoluto da igreja. Os primeiros vultos de tentativa de colocar a igreja de Roma como a chefe das outras surgiram a partir de 164 d.C. com Anicleto bispo da igreja de Roma, este queria que a data da celebração
da páscoa fosse mudada. A partir disso todos os bispos romanos seguintes começaram a requerer para si autoridade diferenciada, ou seja, mais poder que
os outros por estar na capital do império romano.
Foi somente em 455 que o bispo de Roma chegaria à liderança total da igreja sob o título de papa (pai). Com o apoio do imperador Valentiniano tudo ficara mais fácil para obter a supremacia, é claro que tudo não passava de um jogo de interesses já que a partir daí os cargos eclesiásticos eram de total influência na política.

A divisão do império e o feudalismo

Teodósio foi o último imperador a dominar sob o império em sua totalidade, pois o dividiu em dois formando o império do ocidente cuja capital era Roma,
e o do oriente com capital em Constantinopla, hoje Istambul.

Com a queda do império Romano ocidental em 476, ficaram ainda alguns fragmentos de seu governo em Roma, servindo de base para o desenvolvimento
do poderio papal que chega a seu auge com a virada do milênio.

A Europa sofria muitas dificuldades devidas tantas guerras contra os bárbaros que eram uma ameaça constante, o povo gemia diante dos reflexos de alianças feitas pelo clero e imperadores, o feudalismo desde o século IX dominava todo o continente e o povo era massacrado. A

expectativa de vida era pequena demais devido o trabalho forçado, tantas doenças e pestes que assolavam o mundo da época, um homem morria geralmente por volta de 30
anos enquanto as mulheres não duravam nem isso, a cada 100 crianças que nasciam vivas 45 destas morriam ainda na infância, no entanto, o que pode parecer contradição, o crescimento demográfico começava a se avolumar, em 1050 o mundo tinha a média de 46 milhões de pessoas, duzentos e cinqüenta anos depois era de 73 milhões. Com este início de crescimento populacional se fez necessário um desenvolvimento de técnicas agrícolas para aumentar a produção e atender a demanda.

A evolução do papado

O papado vinha numa evolução de poder muito grande e chega ao início do ano 1000 com o papa Hidelbrando que defendia com todas as forças o absolutismo papal, este trouxe ao papado sua “Idade Áurea” que durou de 1049 a 1294. Em 1054 acontece a divisão da igreja no chamado Cisma do oriente onde ouve a mútua excomunhão entre Miguel Cerulário e o papa Leão IX gerando o surgimento da igreja grega e a latina.

O novo milênio começara e logo nos seus primeiros séculos o mundo era dominado por papas terríveis, dentre os quais Inocêncio III (1198 a 1216) que se denominou “vigário de Cristo” e ainda disse: “todas as coisas na terra, no céu e no inferno estão sujeitas ao vigário de Cristo”. Crimes de simonia, que era
a venda de cargos eclesiásticos, prostituição, abortos, assassinatos, mentira, luxúria etc. são palavras que não conseguem descrever os feitos papais e de
seu clero.

O mundo poderia permanecer desta forma por muito tempo não fosse a determinação dentro de um propósito estabelecido por Deus sob os quais muitos homens levantaram a bandeira da luta contra todas essas forças opressoras, a terrível usurpação de poder do papado e toda forma de política que esmagava a minoria começaram a ser combatidas, já que todo o clero tinha os camponeses nas mãos devido pregarem todo tipo de “condenação vinda de Deus” a aqueles que tentassem desobedecer as sua ordens. Surge então movimentos mais tarde chamados de “Pré-reformistas” que ascenderam uma chama em muitos corações que desejavam ardentemente por mudanças, libertação física e principalmente espiritual.

CAPÍTULO 3

A PRÉ-REFORMA

A reforma tão esperada não viria sem que houvesse desbravadores que dessem suas vidas em sacrifício por causa de um ideal, não algo filosófico ou
idealista, mas sim o desejo de que cada homem e cada mulher tenham a oportunidade de se relacionar com seu criador sem ter que passar pelo controle rígido e fraudulento da santa igreja romana. O contexto político em que a Europa se encontrava na baixa idade média desenvolvia sentimentos nacionalistas em diversas regiões, ou seja, os governantes, os nobres e o povo estavam cansados de serem comandados e ter o território nacional invadido
e terem terras tomadas pela igreja ou qualquer aliança politico-religiosa, toda a política econômica e social sofria influência externa. Esse sentimento estava presente em quase todos os grandes países da época fazendo com que se iniciasse a preparação para o que para muitos paises representava uma liberdade jamais experimentada.

O que segue são os principais nomes do início da preparação daquilo que mudaria a história da Europa e do mundo.

Petrobrussianos

Este movimento surgiu por volta do ano 1110 no sudoeste da França, quem liderava a igreja católica nesta época era o papa Pascoal II (1099 a 1118) que
estava em guerra contra o imperador alemão Henrique IV, a qual já durava mais de quinze anos.
Os Petrobrussianos receberam este nome devido seu fundador que se chamava Pedro de Bruys o qual foi discípulo de Abelardo Pierrel teólogo e filósofo. Bruys era padre, porém tomado de indignação devido tanta imoralidade o deixou de ser e começou a pregar o evangelho genuíno de

Cristo em 1104. Sendo ajudado por Henrique de Lausane que havia sido monge, Bruys declarou guerra ao papado e os dogmas de sua igreja, esta que estava no auge de poder e depravação; combateu fortemente a prostituição e perversão do clero declarando que os ministros deveriam se casar. Os petrobrussianos rejeitavam a missa e afirmavam que a comunhão ou santa ceia era um memorial, negando o dogma da transubstanciação que é a transformação literal do
pão e do vinho na carne e no sangue de Jesus.

O movimento teve seu início numa época estratégica, pois havia poucos anos que crises entre o papa de Roma e o de Constantinopla culminaram no chamado “cisma do oriente” (1054), originando a Igreja Ortodoxa de Constantinopla. Devido a este acontecimento e problemas morais que a igreja sofria
veio a fortalecer os Petrobrussianos que tiveram um bom apoio do povo e estes cresceram vastamente. Em 1126 Pedro de Bruys foi denunciado e sendo preso foi queimado vivo numa fogueira. Henrique de Lausane foi preso e condenado no Concílio de Reims, falecendo em 1148.

Albigenses

No princípio eram chamados de Cátaros (puros), surgiram por volta de 1167, por serem da região Langedoc (sul da França) mais precisamente da cidade
de Albi receberam por volta de 1181 o nome de Albigenses. Albi era uma cidade bastante religiosa e situada ao norte da Espanha e Itália por isso o movimento constituía a maioria no sul da França e em 1200 já havia penetrado no norte da Itália.

Os Albigenses combatiam fortemente a grande imoralidade do clero; não aceitavam a submissão a Roma que era imposta a força; eram contra as peregrinações a Roma e a Jerusalém; o culto de imagens e aos santos.

Em 1208 o papa Inocêncio III organizou uma cruzada contra o movimento Albigense devido terem apoiado Anacleto que havia disputado o papado contra
ele e também, dizem alguns historiadores, que foi devido o conde Raimundo VI que os apoiava, ser acusado do assassinato de Pierre de Castelnal . Esta guerra foi conduzida por Simon Montfort que liderava 300

mil soldados e durou de 1208 a 1229. O primeiro dia de batalha foi na cidade de Beziers dia 22
de Julho de 1209, só neste dia foram mais de 60 mil mortes. Cidades inteiras foram massacradas na caçada aos albigenses. Tudo o que pertencesse a eles
era destruído inclusive mulheres e crianças, nem os templos escaparam tudo que estava pela frente era devastado. Com a instituição da Inquisição em
1229 tudo ficou ainda mais difícil.

Depois desta terrível cruzada os albigenses que sobreviveram continuaram suas atividades na cidade de Montségur, até que esta foi tomada em 1244 dando o golpe final nos albigenses.

Valdenses

Do sul da França, mais precisamente da cidade de Lyon, muito parecidos com os Albigenses os Valdenses tem este nome devido seu fundador Pedro
Valdo; este era um mercador muito rico que ao ver um amigo morrendo repentinamente percebeu a fragilidade da vida e converteu-se ao cristianismo.
Este movimento foi fundado na mesma época que os Albigenses, mais precisamente em 1176.

Depois de convertido Pedro Valdo começou a não aceitar as imposições de Roma e após ter doado suas propriedades saiu a pregar o evangelho. Chamado
de herege pregava contra Roma e sua terrível imoralidade, dizia Pedro Valdo que os padres, bispos e papas não tinham a menor condição de ensinar as
Escrituras. Condenava o ensino referente ao purgatório, combatia a missa e as orações pelos mortos e ao combater as indulgências foi excomungado em
1184.

Era um, grande pregador por isso despertou no povo o desejo de ler as Escrituras e entender o verdadeiro ensino de Cristo, ensinava que a Bíblia era a
única regra de fé a ser seguida pelo homem. Devido a falta de escritos sagrados em uma língua que o povo pudesse ler os valdenses produziram manualmente porções da Bíblia para serem distribuídas.

Durante a inquisição foram praticamente exterminados, exceto nos vales alpinos onde tiveram contato com os Hussitas e os irmãos Morávios que também protestavam contra o papado, séculos depois aderiram à reforma protestante.

Após atravessarem a idade média os valdenses continuavam fortes trabalharam em pequenas comunidades agrícolas na América e Itália, hoje constituem
a maior igreja evangélica italiana.

Arnaldo de Bréscia

Arnaldo nasceu em Bréscia, Itália no fim do século XI também como Pedro de Bruys foi discípulo de Abelardo. Foi um grande pregador e se unindo aos
Petrobrussianos e aos Albigenses promoveram grande infortúnio a Roma. Pregou contra a corrupção do clero, que a igreja não poderia acumular bens e propriedades, pregou o retorno à simplicidade da igreja primitiva, atacou o batismo de crianças, a missa, ensinava que a relação entre o homem e Deus deveria ser direta e também lutava a favor da separação da igreja e o estado.Arnaldo não era só um reformador religioso, mas também político, em seus discursos dizia que o governo civil pertencia ao povo. Obteve o domínio de Roma por pouco tempo, pois a mando do papa Adriano IV Frederico Barba-roxa veio à Roma para derrotar Arnaldo. Em 1139 após ter sido julgado como herege fugiu para a França e mais tarde para a Suíça onde foi denunciado sendo preso, enforcado e queimado em 1155 na cidade de Roma pelo papa Adriano IV.

John Wiclyff

Este ao lado de John huss talvez seja o maior nome da pré reforma, seu ministério teve início em um momento difícil na Inglaterra esta que havia passado
por crises devido às guerras que vinham de muito antes. Em 1066 após se libertar dos reis anglo-saxões, a Inglaterra dava início a formação de sua monarquia. O rei Ricardo I (1189-1199) conhecido como “Ricardo

coração de leão” iniciou uma guerra contra a França na qual as batalhas eram constantes; foi substituído por seu irmão o rei João sem terra (1199-1216) que praticou a mesma política. Tudo isso fazia com que os impostos aumentassem cada vez mais, afim de que, com o dinheiro arrecadado, pudessem custear as guerras.

Após a revolta dos senhores feudais em 1215 sendo apoiados pela burguesia impuseram a carta magna ao rei João que proibia o aumento de impostos ou
a alteração de leis exceto sob autorização do grande conselho, tratado este que foi violado em 1265 pelo rei Henrique III. Devido a isso foram impostas mudanças que convergiram para formação do parlamento inglês em 1295, nos anos seguintes a Inglaterra passaria por situações nas quais quem continuava a sofrer era o povo que além de tudo isso padecia sob domínio da escravidão espiritual a que o papado impunha às pessoas. E foi nesta conturbada situação que surgiu um homem que defendia os pobres e desfavorecidos, combatia Roma defendendo os interesses dos camponeses os quais
a cada dia confiavam mais em suas palavras.

Johannes Wiclyff ou mais comumente conhecido como John Wiclyff nasceu em 1324 na Inglaterra foi educado na universidade de Oxford, onde alcançou
o lugar de doutor em teologia e chefe dos conselhos que a dirigiam, em 1371 deixou a universidade para servir à coroa inglesa. Considerado o homem de maior sabedoria e conhecimento de sua época entrou em luta contra papado em favor de uma reforma urgente na igreja, nesta mesma época (1375) era padre em uma paróquia em uma pequena cidade chamada Lutterworth, cidade esta que o admirava.

Condenava o poder papal, os frades mercadantes e todo sistema monástico; não aceitava a interferência do papa na Inglaterra esta que já vinha em discussão sobre esta intromissão constante; também não reconhecia a autoridade papal. Uma de suas lutas era por um culto simples como na igreja primitiva numa língua nacional onde os ouvintes pudessem ter compreensão do que era dito e combatia o luxo, extravagância e frieza com que era feita a missa; escreveu contra doutrinas da igreja dentre as quais está a da transubstanciação.
Após tantas lutas o papado o condenou no concílio eclesiástico sendo obrigado a calar-se, no entanto isso não resolveu, pois ele continuou as denúncias e trabalhou intensamente distribuindo literatura cristã. O concílio ainda assim permitiu que voltasse à sua paróquia onde produziu o maior de seus trabalhos, a tradução do novo testamento do

latim da vulgata para o inglês, terminando em 1380. Após o término fez cópias manuais e começou a divulga-las sendo ajudado por seus discípulos, os irmãos lolardos que se vestiam como mendigos e dependendo de esmolas pregavam o evangelho através
da tradução de Wiclyff. Os lolardos se tornaram numerosos e quando Wiclyff iniciou a tradução do velho testamento eles o ajudaram terminando no ano
de sua morte, 1384.

Morreu muito idoso e deixando uma herança sem valor monetário, mas de grande valor espiritual e ideológico. Seus discípulos que cresciam a cada dia foram duramente perseguidos pelo rei Henrique IV e Henrique V até serem exterminados. Em 1382 sofreu uma embolia que não o impediu de continuar
seu trabalho mesmo com dificuldade. Em 1384 foi vítima de outra embolia que lhe foi fatal. Após trinta e um anos de sua morte no concílio de Constança
foi declarado herege, seus ossos foram tirados da sepultura, queimados e suas cinzas lançadas no rio Swift numa tentativa papal em dar fim ao homem
que mesmo depois de morto influenciava tantas vidas através de seus escritos.

John Huss

A boêmia e região jamais foram as mesmas depois de John Huss. Nascido em 1369 na cidade de Husinec na Boêmia, hoje República Tcheca, foi um dos
homens mais convictos e destemidos da pré reforma. Entrou para escola aos treze anos, e aos dezoito iniciava na universidade o curso teologia e humanidades, e para pagar seus estudos ganhava dinheiro cantando em coros. Foi ordenado em 1400 e chegou a reitor da universidade de Praga. Influenciado pelos escrito de Wiclyff, absorveu seus ideais. Pregador corajoso, suas pregações eram poderosas, condenava o clero, usa prostituições, corrupções, a venda de indulgências e ao colocar as Escrituras acima de tudo condenava a doutrina do purgatório, adoração aos santos e imagens e ao uso
do latim na missa.

Devido as constantes crises econômicas na época, o povo estava cansado de ser Afligido pelas leis que eram formuladas sob influência da igreja, os impostos eram altos e por isso viram em John Huss um líder e este agiu como tal. Depois de muitas críticas ao papado e sua insistência em desafia-lo foi excomungado em 1412 pelo papa João XXIII que determinou a censura religiosa em Praga, Huss retirou-se por um tempo para um lugar ignorado pelos historiadores. Após dois anos de exílio consentiu em comparecer no concílio de Constança (o mesmo que declarou Wiclyff como herege) recebendo uma garantia de vida chamada “Salvo conduto”. No interrogatório Huss foi coagido a desmentir sua fé e renunciar seus ensinos, ele tinha convicção em sua fé e
se defendeu com as Escrituras, os juizes ignoraram o salvo conduto dizendo que “não se deve ser fiel com um herege”. John Huss foi preso e condenado
em 1415 a fogueira na cidade de Constança, e no momento de seu martírio enquanto as chamas subiam disse algo que naquele momento parecia ser um delírio devido à dor das queimaduras “vocês podem matar o ganso (huss em alemão) mas virá um cisne o qual não poderão matar”, esta palavra se referia
a Martinho Lutero que noventa e oito anos depois pregava as 95 teses na porta do castelo da cidade de Wittenberg .
Os seguidores de Huss revoltados com sua morte se organizaram e iniciaram uma guerra em prol da independência da Boêmia. Derrotaram o imperador alemão conquistando poder político por toda a Alemanha, Moravia e região. Seus seguidores foram duramente perseguidos por ordem do papa e praticamente exterminados.

Girolamo Savonarola

Também conhecido como Jerônimo Savonarola, nasceu em 14 de Setembro de 1452 no Ducado de Ferrara, Itália;. Desde garoto tinha interesse pelas
coisas espirituais, movido pelo desejo de fazer a vontade de Deus, decide ingressar na “Ordem dos pregadores de São Domingos”. Foi professor de teologia na cidade de Bolonha onde se destacava por suas pregações, era o João Batista de sua época. A convite de Lourenço de Médicis que era o administrador da cidade de Florença, em 1490 Savonarola se mudou para lá.

Florença era uma das principais cidades em que o movimento renascentista se desenvolvia, Lourenço de Médicis também incentivou e patrocinou a criação da “Escola Filosófica Neoplatônica”, também se

destacava na pintura e foi de Florença que surgiu a técnica de pintura a óleo. O convite de Médicis
foi devido o conhecimento e eloqüência de Savonarola que trariam à cidade ganho na área da teologia.

Suas pregações eram inflamadas e denunciadoras, combatia o poder do clero que constantemente se envolvia em questões políticas trazendo todo tipo de malefícios aos pobres, se indignava pelo grande contraste entre o povo e o clero que ao lado dos ricos os oprimiam, combateu a imoralidade, a idolatria e
as indulgências.

Foi Prior do Mosteiro de São Marcos e devido sua grande capacidade foi convidado a ensinar em outros conventos. O papa de sua época foi Inocêncio VIII (1484-1492) homem depravado, teve 16 filhos com várias mulheres casadas, praticava a simonia que era a venda de cargos eclesiásticos por dinheiro, dentre suas barbaridades está o mandato para o extermínio dos Valdenses e por tudo isso Savonarola o combatia e o enfrentava. Inocêncio VIII foi sucedido por Alexandre VI que em nada foi melhor que seu antecessor e continuou a perseguição contra Savonarola que ia contra suas atrocidades.

Os historiadores atribuem a Savonarola muitas profecias que se cumpriram cabalmente em seu tempo, dentre elas foi um sonho em que Deus lhe revelava sobre a morte de Lourenço de Médicis do papa Inocêncio VIII e do rei de Nápolis em um ano, e como foi o sonho assim aconteceu. Depois destas mortes o rei Carlos VIII rei da França invadiu a Itália pretendendo assolar o povo, porém com a intervenção de Savonarola houve um acordo com o rei que trouxe muitos benefícios para cidade despertando a inveja do papa Alexandre VI. Foi convidado para ocupar o cargo de cardeal que o colocaria em submissão direta ao papa, e não aceitou trazendo mais desconforto ainda.
Devido a disputas por poder político e religioso o papa enfurecido excomungou Savonarola, com isso o povo foi afligido devido restrições que foram feitas
à cidade que agora sofria dificuldades econômicas e miséria. Finalmente em 1498 foi preso e levado juntamente com dois fiéis amigos, frei Silvestre e frei Domingos; foi acusado falsamente e não tendo como provar, torturaram-no por quarenta e cinco dias, julgaram-no como caluniador e inventor de falsas profecias. Na praça de Florença os três foram levados à fogueira, seus dois amigos morreram primeiro enquanto as chamas queimavam seu corpo maltratado até consumi-lo totalmente.

Seu nome nunca foi esquecido e seu trabalho viria a influenciar o maior nome da reforma protestante.

CAPÍTULO 4

O MUNDO NO PERÍODO

DA REFORMA

Com a morte de Savonarola os gritos de repúdio ao papado deram uma trégua, porém o mundo se prepara e dava condições à reforma protestante. Em
toda a Europa as crises econômicas eram constantes, a aristocracia já se incomodava com o poderio papal, como vimos anteriormente, o nacionalismo tomava forma e se propagava e somando isso a revolução comercial, iniciava-se nos séculos XV e XVI o movimento renascentista ou renascimento cultural. A Renascença ao lado da invenção da tipografia e o acesso ao grego e hebraico trouxeram benefícios inestimáveis à reforma.

A Renascença

O mundo vinha de uma faze obscura onde a cultura se resumia à eclesiástica, o feudalismo havia isolado as comunidades privando-as do conhecimento do
que se passava no mundo. Com a revolução comercial o capitalismo ganhou espaço trazendo consigo influência sobre a sociedade em geral.

A renascença começou na Itália favorecida pela abertura do mar mediterrâneo, as cidades de Veneza, Roma e Milão tornaram-se grandes centros de cultura favorecendo o inicio do movimento. Com o apoio dos Mecenas que apoiavam a cultura Florença na Itália ganhava através de Lourenço de Médicis grandes investimentos na área das artes plásticas e

filosofia. A teocentria que colocava Deus no centro das atenções dava lugar ao Antropocentrismo que
substituindo Deus, colocava o homem em seu lugar, os quadros com temas religiosos e as músicas sacras davam lugar a quadros que retratavam a sociedade da época, as músicas tratavam do cotidiano medieval. Nomes como Willian Shakespeare, Leonardo da Vinci, Michelangelo, Erasmo de Roterdam e Nicolau Copérnico representam, cada um na sua área, ícones da Renascença.

A invenção da tipografia

Johannes Gensfleish Zur Laden mais conhecido como Gutenberg, sobrenome de sua mãe, não imaginaria a dimensão da influência que seu invento iria
proporcionar ao mundo. Nascido entre 1395 e 1400 em Mainz, as margens do rio Reno, Alemanha. De 1434 a 1444 viveu em Estrasburgo, onde se associou, em 1438, a Andreas Dritzehn para montar uma oficina impressora, projeto interrompido pela morte do sócio.

Por volta de 1450, de retorno a Mainz, conheceu Johann Fust que gostou de sua invenção e emprestou dinheiro para que montasse uma oficina de tipografia.

Seu maior trabalho com certeza foi a suposta impressão da Bíblia que durou cinco anos e levou o nome de “A Bíblia de Gutenberg”. Não tendo pago o empréstimo a Fust em 1455 foi processado e perdendo a causa, todos seus equipamentos foram tomados. Anos mais tarde com a ajuda financeira de Konrad Humery, conselheiro municipal de Mainz, iniciou uma nova oficina.

Gutenberg foi nomeado homem-Gentil da cidade de Mainz e retornou a sua cidade sob os cuidados do arcebispo Adolfo II. Gutenberg morreu provavelmente em Mainz, em 3 de fevereiro de 1468.

Erasmo de Roterdan

Desidério Erasmo (1466-1536) foi muito importante para a reforma apesar de não ter aderido a ela. Devido sua grande sabedoria e conhecimento de tornou um dos maiores humanistas de sua época. Denunciava as imperfeições da igreja, porém defendia que se devia suportar seus erros buscando as mudanças necessárias através da tolerância, talvez por isso nunca se aliou a Lutero apesar de compartilhar de seus ideais.

Editou o novo testamento em grego de altíssima qualidade que serviu para que os tradutores produzissem versões fiéis aos originais.

CAPÍTULO 5

MARTINHO LUTERO

Com certeza este é o maior nome da reforma protestante, sua vida e trabalho têm grande importância em todo o mundo, para alguns psicólogos ele era
prepotente, arrogante e egocêntrico, para a cristandade o homem que revolucionou todo o sistema religioso.

Martinho Lutero nasceu em 10 de novembro de 1483, em Eisleben, Saxônia-Turíngia, na Alemanha. Desde sua infância foi religioso, seu pai trabalhava nas minas e lhe deu uma educação rigorosa baseada na obediência e piedade. Foi estudar na cidade de Magdeburgo e Eisenach, mais tarde ingressaria na universidade de Erfurt onde iniciou o curso de direito. Saiu da universidade em 1505. A contra gosto de seus pais entrou para o mosteiro dos Agostinianos
na cidade de Erfurt onde estudou teologia por dois anos, foi ordenado em 1507. Foi convidado a lecionar na universidade de Wittemberg sob custódia do vigário geral dos Agostinianos Johann von Staupitz, que em 1511 o enviou a Roma.

Mesmo antes da viagem Lutero já andava descontente com algumas práticas da igreja, tentava através da autoflagelação, do jejum e das orações encontrar paz para seu coração.

Com a mente cheia de dúvidas e a alma ansiosa por algo quer lhe trouxesse tranqüilidade, Lutero foi a Roma. O papa da época era Júlio II (1503-1513), chamado o “papa guerreiro” devido sua liderança pessoal de exércitos, foi nomeado cardeal por seu tio o papa Sisto IV que também lhe conferiu altos cargos eclesiásticos, chegou ao papado após comprar o cargo por grande soma de dinheiro.

Lutero em Roma viu e ouviu coisas que não o amimaram muito mas mesmo assim visitou muitas igrejas e viu as relíquias que segundo a tradição da igreja
que diz que somente por contemplá-las muitos pecados eram perdoados; subiu a “Scala Sancta” que segundo a tradição foi trazida da casa de Pilatos e supostamente Jesus havia subido por ela sendo acompanhado pelos soldados, subindo de joelhos, em cada degrau o fiel devia rezar um pai nosso, tudo
isso servia de indulgência para perdão de pecados de vivos e de mortos e Lutero o fez para que seu pai fosse tirado do purgatório. Ao chegar no topo da escada disse: “Quem sabe se tudo isso é verdade?”.

Ao retornar para Wittemberg continuou seus estudos e a lecionar na universidade. Em 1512 alcançou o doutorado em teologia, seus estudos teológicos continuaram, lia assiduamente a bíblia e estudava as obras de Bernardo de Claraval (1090-1153) que havia sido doutor da Igreja e fundador da abadia
cisterciense de Claraval, na França, seus escritos eram muito bem aceitos devido seus ensinos que prezavam por uma vida monástica elevada o que era de grande contraste com a imoralidade que o clero vivia no tempo de Lutero.

Seu desenvolvimento como teólogo lhe proporcionava grande respeito por parte da igreja e do povo, porém suas dúvidas quanto à justificação da alma lhe afligiam, tentava por todas as maneiras encontrar o caminho para a paz com Deus.

Após ser o grande pivô da reforma escreveu em 1520 três célebres livros os quais mais tarde formariam as bases para o luteranismo An den christlichen
Adel deutscher Nation (A nobreza cristã da nação alemã), De captivitate Babylonica ecclesiae praeludium (Da servidão babilônica da Igreja), escrito em

latim e dirigido a clérigos e intelectuais, e Von der Freiheit eines Christenmenschen (Da liberdade de um cristão). Sua maior obra com certeza foi a tradução da bíblia para o alemão.

Negando o celibato imposto pela igreja em 1525 casou-se com a Ex-freira Katherina von Bora.

Lutero morreu na cidade de Eisleben em 18 de fevereiro de 1546, sua esposa permaneceu viúva falecendo em 1552.

Como veremos a diante sua importância é grandiosa no que se refere à conquistas que a igreja adquiriu, é certo que cometeu erros e manteve alguns dos ensinamentos da igreja romana os quais posteriormente foram excluídos da igreja reformada.

CAPÍTULO 6

AS CAUSAS

DA REFORMA

A Europa estava cansada da tirania eclesiástica que afligia a todos e impedia o desenvolvimento que seus líderes almejavam, o Sacro Império Romano-
Germânico no qual a Alemanha estava situada sofria o fato da igreja ser detentora de um terço de sua terras e isso começara a incomodar os nobres que almejavam um estado separado da igreja e a tomada das terras, ou seja a reforma protestante não tem apenas o ingrediente religioso mas também o político já que se desvincular de Roma traria esta dupla libertação que não só era útil com rentável.
O que veremos a seguir são as principais causas que culminaram na reforma na Alemanha tanto no campo político como no religioso.

Causas políticas

O Sacro império Romano-Germânico no início do segundo milênio controlava as ações da igreja escolhendo clérigos e os nomeando conforme seu
interesse este tinha pretensões audaciosas no entanto após alguns anos a história se reverteu e a igreja começou a dominar todo o território.

Tomás de Aquino (1225-1274) que foi um grande teólogo e filósofo a serviço da igreja , foi criador do Tomismo que dentre outras coisas era contra a “ambição do lucro”, que segundo a igreja era pecado. Isto era um incômodo muito grande para os nobres que desejavam participar do grande crescimento comercial que o mundo atravessava, a atividade bancária que começava a se desenvolver também era ameaçada devido à proibição de negócios que dessem lucro alto. Todas as atividades capitalistas eram combatidas pela igreja não por que esta se importava com a desigualdade social já que o grande
lucro ia para uma minoria , mas sim porque ela temia que os governos se fortalecessem a ponto do papado perder o domínio. A terça parte de toda a
Alemanha pertencia à igreja e o restante que sobrava para os alemães sofria a direta intromissão do papa.

Como visto anteriormente o movimento renascentista desenvolvia através das artes, poesias, músicas etc...uma nova expectativa nas pessoas e principalmente começaram a enxergar que o grande vilão que trabalhava contra a humanidade usava o nome de Deus.

Causas religiosas

a-A descoberta de Lutero

Após o retorno de Lutero de Roma a Wittenberg, ele fez a descoberta de sua vida, ao ler as Escrituras no livro de romanos “o justo viverá pela fé” (Rm
1:17) e sobre isso relatou:

“Noite e dia eu ponderei até que vi a conecção entre a justiça de Deus e a afirmação de que ‘o justo viverá pela fé’. Então eu compreendi que a justiça de Deus era aquela pela qual, pela graça e pura misericórdia, Deus nos justifica através da fé. Com base nisto eu senti estar renascido e ter passado através de portas abertas para dentro do paraíso. Toda a Escritura teve um novo significado e, se antes, a justiça me enchia de ódio, agora ela
se tornou para mim inexprimivelmente doce em um maior amor. Esta passagem de Paulo se tornou para mim um portão para o céu...”.
Sua vida mudaria, ele que até então buscava uma resposta que o justificasse diante de Deus entendeu pela revelação do Espírito Santo que o homem não
é justificado por suas ações, pagamento de indulgências ou a adoração das relíquias da igreja mas tão somente por crer no sacrifício vicário de Jesus Cristo.

A partir de então começa uma verdadeira inquietação na alma de Lutero, não que esta não houvesse no que se refere às praticas da igreja, porém agora
ele tinha uma convicção daquilo que antes era apenas uma dúvida, a igreja estava totalmente fora dos padrões bíblicos. Os seus conceitos sobre salvação
e vida cristã mudaram radicalmente provocando uma reação imediata de sua parte.

b- A corrupção do clero

Não bastasse à distância entre os ensinos bíblicos e os da igreja, esta vivia tempo de plena imoralidade, o papa desta época era Leão X que foi feito arcebispo aos oito anos de idade chegou ao papado depois de galgar vinte e sete cargos eclesiásticos, sua corrupção chegou aos extremos. Quando Francisco I da França invadiu a Itália, porém, Leão X apoiou as tropas do imperador Carlos V. Para financiar os vultosos gastos militares e suntuários, Leão X aumentou a venda de indulgências. Vendia cargos por preços altos e chegou a ordenar crianças de sete anos como cardeais, confirmou a “Unam Sanctam” a qual declarava que todas as pessoas deviam se submeter ao Sumo pontífice para serem salvas.

c- As indulgências

Em 1517 Lutero ainda residia em Wittenberg e próximo à sua cidade veio um frade dominicano chamado Johann Tetzel que enviado pelo arcebispo Alberto da Mogúncia trazia indulgências para serem vendidas, o dinheiro serviria para a construção da Basílica de São Pedro. As indulgências davam direito para aos mortos que estivessem no purgatório serem enviados diretamente para o céu. Dizia Tetzel, para os parentes de pessoas mortas: “Quando
o dinheiro cair no cofre da igreja a alma vai direto para o céu”. Vinham pessoas de todas as localidades para comprar as indulgências que também davam direito ao perdão de todos os pecados cometidos e os vindouros. Chegando ao conhecimento de Lutero, este ficou indignado e decidiu enfrentar tamanha mentira.

Esta provavelmente foi à gota d’água para que a reforma explodisse na Alemanha.

CAPÍTULO 7

AS 95 TESES

DE LUTERO
A condição em que se encontrava a igreja era inadmissível, tudo havia chegado num ponto insustentável, e foi na manhã gloriosa de 31 de outubro de 1517, véspera do dia de todos os santos que Lutero afixou na porta da catedral de Wittenberg as noventa e cinco teses que redigira contra as práticas papais e as indulgências. Vejamos algumas delas:

6ªTese
O papa não pode perdoar dívida, senão declarar e confirmar aquilo que já foi perdoado por Deus, ou então o faz nos casos que lhe foram reservados. Nestes casos, se desprezados dívida em absoluto deixaria de ser anulada ou perdoada.

7ªTese
Deus a ninguém perdoa a dívida sem que ao mesmo tempo o subordine, em sincera humildade, ao ministro, seu substituto

21ªTese
Eis por que erram os apregoadores de indulgências ao afirmarem ser o homem perdoado de todas as penas e salvo mediante indulgência do papa

27ªTese

Pregam futilidades humanas quantos alegam que no momento em que a moeda soa ao cair na caixa a alma se vai do purgatório.

28ªTese
Certo é que, no momento em que a moeda soa na caixa, vem lucro, e o amor ao dinheiro cresce e aumenta; a ajuda, porém, ou a intercessão da igreja tão só correspondem à vontade e ao agrado de Deus

32ªTese
Irão para o diabo, juntamente com os seus mestres, aqueles que julgam obter certeza de sua salvação mediante breves de indulgência

45ªTese
Deve-se ensinar aos cristãos que aquele que vê seu próximo padecer necessidade e a despeito disto gasta dinheiro com indulgências, não adquire indulgência do papa, mas desafia a ira de Deus

50ªTese
Deve-se ensinar aos cristãos que se o papa tivesse conhecimento da traficância dos apregoadores de indulgência, preferiria ver a basílica de São Pedro ser reduzida a cinzas a ser edificada com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.
51ªTese
Deve-se ensinar aos cristãos que o papa, por um dever seu, preferiria distribuir o seu dinheiro aos que em geral são despojados do dinheiro pelos apregoadores de indulgência, vendendo, se necessário, a própria basílica de São Pedro.

52ªTese
Esperar ser salvo mediante breves de indulgência é vaidade e mentira, mesmo se o comissário de indulgências e o próprio papa oferecessem sua alma como garantia.

53ªTese
São inimigos de Cristo e do papa quantos por causa da prédica de indulgências proíbem a palavra de Deus nas demais igrejas.

62ªTese
O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo evangelho da glória e da graça de Deus.

75ªTese
Considerar a indulgência do papa tão poderosa, a ponto de absolver alguém dos pecados, mesmo que (coisa impossível de se expressar) tivesse deflorado a mãe de Deus, significa ser demente

82ªTese
Haja vista exemplo como este: Por que o papa não livra duma só vez todas as almas do purgatório, movido pela santíssima caridade e considerando a mais premente necessidade das mesmas, havendo santa razão para tanto, quando, em troca de vil dinheiro para a construção
da basílica de São Pedro, livra inúmeras delas, logo por motivo bastante infundado?

86ªTese

E: Por que o papa, cuja fortuna é maior do que a de qualquer Creso, não prefere construir a basílica de São Pedro de seu próprio bolso em vez
de o fazer com o dinheiro de cristãos pobres

95ª Tese

E desta maneira mais esperem entrar no reino dos céus por muitas aflições do que confiando em promessas de paz infundadas.

Rapidamente as teses se espalharam por toda a Europa através de cópias que foram feitas por adeptos das idéias de Lutero. Myconius, contemporâneo
de Lutero chegou a afirmar que: “As teses em apenas quinze dias percorreram quase toda a cristandade, como se os anjos fossem os mensageiros”.

CAPÍTULO 8

A EXCOMUNHÃO DE LUTERO

Aquela manhã iria mudar muitas coisas na vida de Lutero, o papa Leão X o intimou a comparecer em Roma, Lutero não se abalou no entanto Frederico o
eleitor da Saxônia não permitiu que ele fosse por temer por sua vida.

O apoio dos nobres foi muito importante para a reforma, como vimos anteriormente estes já estavam cansados de ter que obedecer a Roma sob liderança
do papa, declararam então que o caso seria resolvido na própria Alemanha. As tentativas do papa em persuadir Lutero a se retratar de suas idéias e pregações foram em vão já que mandava constantemente clérigos de Roma para debaterem com ele. Em 1519 é chamado para um debate na cidade de Leipzig contra Eck onde afirmou suas convicções declarando que o papa não possuía a autoridade divina e que suas decisões eram falíveis, isso marcaria o rompimento definitivo de Lutero com a igreja católica . Ao invés de se calar Lutero escreveu três obras de grande importância sendo elas "Apelo à Nobreza Germânica" (contra a hierarquia romana), "O Cativeiro Babilônico" (contra o sistema sacramental de Roma) e "Sobre a Liberdade do Homem Cristão" (afirmando o Sacerdócio de todos os crentes). Em 1520 revelar-se como um líder nacional em prol da Alemanha, seu livro "apelo à Nobreza Germânica" desencadeou um espírito nacionalista, causando a emissão da bula papal "Exsurge domini" que o ameaçava de excomunhão, esta declarava
que Lutero e os seguidores de seus ensinos deveriam retratar-se de suas "heresias".

A resposta de Lutero foi dada no dia 10 de dezembro de 1520 quando Phillip melanchton convidou todos os estudantes da universidade a assistirem a queima da bula papal em praça pública juntamente com os livros de direitos canônicos da Igreja.

Tudo chegara ao limite, o rompimento de Lutero e a indignação do papa fizeram com que em Janeiro de 1521 Lutero fosse intimado a comparecer em
Worms para ser julgado por um tribunal secular, no entanto o imperador Carlos V não pode permitir devido grande apoio que Lutero recebia dos príncipes
por isso convocou uma assembléia chamada "Dieta de Worms".

Foi levado a Worms e no dia seguinte uma comitiva formada pelo delegado do papa, seis eleitores do império, vinte e cinco duques, oito margraves, trinta cardeais e bispos, sete embaixadores, os deputados das dez cidade do império e muitos condes, príncipes e barões. Diante dos lideres da igreja, do imperador e do papa foi pressionado retratar-se porém respondeu:

“A não ser que alguém me convença pelo testemunho da Escritura Sagrada ou com razões decisivas, não posso retratar-me. Pois não creio nem na infalibilidade do papa, nem na dos concílios, porque é manifesto que freqüentemente se tem equivocado e contradito. Fui vencido pelos argumentos bíblicos que acabo de citar e minha consciência está presa na Palavra de Deus. Não posso e não quero revogar, porque é perigoso e não é certo agir contra sua própria consciência. Que Deus me ajude. Amém.”
Os debates duraram dois dias. Era noite de 14 de Abril de 1521, e Lutero foi considerado herege e excomungado da igreja. Sua execução só não foi imediata devido a proteção dada pelo príncipe da Saxônia que simulando um seqüestro o escondeu no castelo de Wartburgo, adotando o nome de Cavaleiro Jorge se escondeu o tempo suficiente para traduzir o novo testamento em apenas três meses, dando origem ao alemão como língua nacional.

CAPÍTULO 9

A CONFISSÃO DE AUGSBURG

Em 1529 o imperador Carlos V vendo a rápida expansão das idéias de Lutero convocou uma assembléia chamada de “Dieta de Spira” na qual permitia que
as doutrinas de Lutero fossem exercidas apenas nas regiões em que estavam naquele momento mas não poderiam ser pregadas no restante do país. Os
Luteranos não aceitaram promovendo um protesto, a partir daí começaram a ser chamados de protestantes.

Em 1530 Lutero e Phillip Mellanchton que eram amigos inseparáveis escreveram a Confissão de Augsburg, esta continha os pontos de fé defendidos pelos
dois que formavam a liderança da reforma. Vejamos os pontos principais do documento:

- A bíblia é a única regra de fé
- A salvação vem pela fé
- A inexistência da transubstanciação mas sim da consubstanciação
- A substituição do latim pelo alemão (idioma nacional)

- A livre interpretação das Escrituras pelos fiéis
- O fim do celibato clerial
- O fim de cargos como: papas. Cardeais, bispos etc.

A confissão combatia também a adoração a ídolos como também sua presença nas igrejas, oração pelos mortos e purgatório.

Com isso estava marcado um novo início já não havia mais o domínio total do papa sobre o mundo, as doutrinas de Lutero se espalharam muito rápido e
logo chegou a outros paises que também aderiram à reforma. CAPÍTULO 10
A REFORMA

EM OUTRO PAÍSES

- Suíça

Na suíça a reforma veio através de Ulrich Zwinglio, nascido em 1 de janeiro de 1484, filho de fazendeiro mas também exercia o cargo e juiz, filho de
família com boas condições financeiras foi estudar na universidade de Viena, em 1502 mudou-se para a universidade Basiléia alcançando o mestrado em
1506. foi pastor na cidade de Einsieden de 1506 a 1518. Em 1516 obteve um exemplar do novo testamento traduzido por Erasmo de Roterdan que era um humanista da época muito conceituado, fez para si uma cópia manual das cartas de Paulo as quais promoveram grandes mudanças na vida de Zwinglio que
se converteu e a partir de então começou a combater as atitudes do clero e os dogmas da igreja. Em 1519 foi pastorear uma igreja em Zurick onde sua fama como pregador se alastrava.

Ao experimentar a conversão não via mais motivos para estar ligado a igreja romana, suas declarações contra a petição de dinheiro por parte da igreja, incomodaram o clero já que o povo não se sentia mais obrigado a dar seu dinheiro, sendo ensinados por Zwinglio a ofertar e dizimar voluntariamente.

Muitas discussões surgiram, pois o povo gostava de suas idéias, estando acuada a igreja decide convocar um debate onde Zwinglio enfrentaria os

teólogos do papa, tendo preparado um documento com 67 artigos Zwinglio cujos pontos principais eram:

- A supremacia de Cristo na igreja
- A suprema autoridade da bíblia
- A salvação pela fé
- O fim do celibato sacerdotal
- O uso de imagens e sua adoração
- A extinção da missa

As pregações de Zwinglio desencadearam uma revolta do povo causando uma guerra civil que foi encerrada com um tratado chamado “paz de Kappel”
que dava autonomia religiosa à Suíça. Os novos ensinos se propagaram rapidamente promovendo a reforma protestante em 1525.

Genebra
A reforma em Genebra comumente é atribuída a Jean Calvin ou Calvino, no entanto Guillaume Farel foi o iniciador do movimento reformista que conquistou a liberdade religiosa em 27 de agosto de 1535 após uma guerra onde combateram contra o bispo.
As mudanças com a independência de Roma vieram rapidamente, no entanto Guillaume não estava preparado para estabelecer um sistema doutrinário
e os demais detalhes do protestantismo é ai que surge Calvino. Nascido em 10 de Julho de 1509 em Noyon, França perdeu sua mãe quando tinha apenas três
anos de idade, aos quatorze iniciou seus estudos na universidade de Paris onde aprendeu o latim e se formou em filosofia. Em 1527 seu pai preferiu que estudasse direito em Orleans e em Bourges, onde também estudou o grego.

Sua conversão se deu por volta de 1533, começando a estudar as obras de Lutero que influenciaram seu espírito reformista apesar de posteriormente desenvolver idéia diferentes. Em 1535 muda-se para Basiléia onde escreveu sua mais importante obra “Instituição da religião cristã”.

Em 1536 visitou Genebra onde conheceu Guillaume Farel que lhe fez o convite para permanecer em Genebra, Calvino relutou mas acabou cedendo e iniciando a estruturação teológica e moral da reforma. Devido problemas com os nobres que não aceitaram algumas idéias de Calvino e o povo que ainda não estava pronto para receber as mudanças que a reforma trouxe, este juntamente com Farel foram expulsos de Genebra. Calvino foi para Estrasburgo onde residiu por três anos e pastoreou uma igreja de franceses refugiados.

Quando retornou para Genebra consegui estabelecer seus ensinos e se tornou um dos maiores nomes da reforma protestantes.

.

Reino Escandinavo

No período da reforma o Reino escandinavo era forma pela Dinamarca, Suécia e Noruega sob o reinado de Cristiano II que era simpatizante das idéias
de Lutero. Em 1527 rompeu suas relações religiosas com Roma.

A Reforma luterana exerceu grande influência sobre a literatura sueca em todos os seus aspectos já desde 1527, ano em que se deu o rompimento com Roma. O fato mais relevante das letras nesse período foi a tradução da Bíblia em 1541. Na Dinamarca a reforma foi bem recebida, e vários humanistas a apoiaram, dentre eles está Christien Pedersen que traduziu o novo testamento e colaborou para a tradução do Velho testamento.

O protestantismo foi oficializado na Dinamarca em 1536, através do apoio do rei Cristiano II e Frederico I, consolidada mais tarde por Cristiano III. Na Suécia o rei Gustavo Vasa I, após expulsar os dinamarqueses do domínio sueco implantou o Luteranismo em 1539. Na Noruega o protestantismo foi aceito
em 1540.

Áustria e Hungria

No período da reforma os dois paises estavam sob domínio Otomano (turcos) que viveu seu clímax de 1520 a 1566 sob comando de Suleiman I. O
catolicismo permanecia de maneira muito forte em ambos, no entanto na Áustria o Luteranismo se alastrou rapidamente pelo interior do país.
A Hungria foi tomada pelos turcos em 1526 após a batalha de Mohács causando um grande problema sócio-econômico e também a extinção dos centros culturais. A literatura de Erasmo de Roterdan era muito difundida preparando o país para a reforma através dos erasmistas Benedek Komjáti, Gábor
Pesti e János Sylvester. A bíblia foi traduzida para o húngaro em 1590 por Gaspar Karol.

Os protestantes chegaram a ser quase a metade da população de ambos os países até que os haspburgos e os Jesuítas, através da contra reforma, praticamente os exterminaram.

Paises Baixos

Hoje também conhecido como Holanda, os Países Baixos no período da reforma eram constituídos por Holanda e Bélgica a Espanha dominava o país
que enfrentava dificuldades sociais e econômicas devido à política opressora de Carlos V, rei da Espanha que queria conquistar todo o império Germânico e estabelecer um governo ligado a igreja católica.

Tendo as idéias de Calvino penetrado no reino logo se expandiu provocando a fúria de Carlos V que estabeleceu a inquisição em 1523, condenando à fogueira todos os pregadores da fé reformada.

Em 1555 foi sucedido por Filipe II, filho do imperador Carlos V e de Isabel de Portugal, nascido na cidade espanhola de Valladolid em 21 de maio de 1527. A tirania, a ambição e a crueldade foram marcas de seu governo.

Em condições difíceis e tendo como alvo a liberdade política e religiosa surge um líder da causa protestante chamado Guilherme I, também chamado de “Guilherme o Taciturno” nascido em, 24 de abril de 1533 em Dillenburg, Nassau (atual Alemanha) onde se converteu devido sua infância ter sido em meio a luteranos. Tendo recebido uma grande herança de um primo foi adotado por Carlos V que o levou para ser educado como um católico, o que nunca conseguiu. Seu casamento em 1555 com a condessa Anne de Egmond-Buren lhe trouxe mais títulos reais e sua influência crescia. Devido sua grande influência, em 1559 conseguiu o chamado tratado de Cateau-Cambrésis que dava liberdade aos calvinistas de pregarem seus ensinos.

A tirania de Filipe II e sua aceitação das heresias católicas não foram aceitas por Guilherme que começou a protestar contra suas ações a partir de 1561, junto com outros nobres.

Devido seus protestos em 1567 Guilherme teve seus bens confiscados e foi expulso do país, neste período o calvinismo já havia se fortalecido nos Países
Baixos fazendo com que o rei instaurasse o “conselho dos distúrbios” em 1567, também chamado de “conselho de sangue” já que este decapitou os condes
de Hoorn e de Egmont e trouxe grande perseguição aos crentes da fé reformada.
Sob a ordem de Filipe II o duque de Alba invadiu os países baixos com a Armada Espanhola provocando um verdadeiro massacre dos protestantes. Guilherme indignado declara guerra aos espanhóis e ao Rei para buscar a conquista da independência dos Países Baixos do domínio Espanhol obtendo êxito

em quase todo o país exceto na região sul (atual Bélgica) que permaneceu católica.
Em 1572, foi proclamado stadholder (governados) pelos estados da Holanda e, até 1576, liderou a resistência contra a Espanha. Conquistou a liberdade política e religiosa estabelecendo o protestantismo na Holanda.
Guilherme morreu, em Delft, Holanda no dia 10 de julho de 1584, assassinado por um católico. Sessenta e quatro anos depois de sua morte a independência da Holanda foi reconhecida.

Escócia

John Knox foi com certeza o maior nome da reforma protestante na Escócia. Nascido por volta de 1514 em Lothian, Escócia. Sua vocação religiosa fez
com que chegasse ao sacerdócio, no entanto ao conhecer o maior reformista de sua época, George Wishart em 1540 se converteu ao protestantismo e tornaram-se grandes amigos. Em 1546 Wishart foi condenado à morte pelo cardeal David Beaton que também foi assassinado pelos adeptos da reforma, com
a morte do amigo Knox se juntou aos seguidores de Wishart e pregou ainda mais duro contra o papado, sua ousadia e coragem amedrontavam os clérigos. Ainda em 1546 os franceses invadiram o castelo de St. Andrews levando Knox como escravo para trabalhar nas galés francesas, permanecendo cativo por dezenove meses.

Após sua libertação foi para a Inglaterra, pois a reforma encontrava campo para progredir já que o rei Eduardo VI filho de Henrique VIII a apoiava, no entanto com a morte do rei em 1553, Maria Tudor sua irmã por parte de pai assumiu o trono em seu lugar. Maria I era católica fervorosa e foi a responsável
pela restauração do catolicismo na Inglaterra e Irlanda através de duras perseguições aos protestantes sua ira contra estes fez com que levasse o nome de
Bloody Marie, Maria Sanguinária.

Devido a perseguição na Inglaterra Knox foi forçado a fugir para a França e em 1554 foi para genebra que na época era governada por Calvino, conhecendo as doutrinas calvinistas sentiu-se fortalecido a lutar e em 1559 retorna para a Escócia.
Seu retorno proporcionou a vitória protestante, fundou o presbiterianismo com forte influência calvinista e escreveu a confissão de fé Presbiteriana Escocesa.

Inglaterra

Wiclyff e seus seguidores “os irmãos Lollardos” foram grandes nomes que prepararam a Inglaterra para a reforma que só viria séculos depois, neste caso o reformador não tinha que fugir do rei pois era o próprio, não era dotado de conhecimento teológico e seus motivos não foram muito nobres.
O rei Henrique VIII era casado com Catarina de Aragão, esta só havia lhe dado uma filha, Maria Tudor (futura rainha da Inglaterra) trazendo preocupação ao rei quanto a sua sucessão já que gostaria de ter um menino para que mais tarde lhe substituísse. Seu coração já não pertencia a Catarina,
mas a Ana Bolena em quem via a esperança de um herdeiro para o trono.

Suas tentativas de conseguir a anulação de seu casamento foram inúteis pois Catarina era tia de Carlos V rei da Espanha que tinha grande amizade com
o papa Clemente VII, este sob influência política não permitiu o divórcio sob alegação de ser pecado.

Sua relação com Roma estava complicada e chegou ao fim em 1532 quando se desliga definitivamente do domínio da igreja católica, o parlamento o nomeou chefe supremo da igreja da Inglaterra, formando o anglicanismo. Em 1533 casa-se com Ana Bolena que lhe dá uma filha que se chamou Elizabeth (Elizabeth I foi rainha por quarenta e cinco anos).

A igreja anglicana, como ficou conhecida, sofreu algumas perseguições, sendo oficializada no reinado de Elizabeth I, seu culto continuou com liturgia católica salvo algumas mínimas modificações que lhe trouxeram alguns traços do protestantismo.

CAPÍTULO 11

OS BENEFÍCIOS DA REFORMA

A criação do protestantismo não foi um acidente de percurso de alguns líderes que buscavam mudanças, mas sim uma independência consciente que
trouxe alguns benefícios não só para cristandade mas também para o mundo já que a “nova religião” dava condições do homem comum se chegar a Deus e
ser salvo por ele, pois os princípios básicos do cristianismo foram estabelecidos por Deus para isso, portanto o protestantismo só veio trazer ao homem aquilo que o Criador preparou para ele.

Uma religião baseada nas Escrituras

O principal ponto da reforma com certeza foi o de proporcionar ao homem uma religião verdadeira em que este pudesse ter acesso a Deus mas que acima de tudo suas ações fossem dirigidas por um tutor maior, ou seja a própria palavra de Deus já que o catolicismo romano havia pervertido este conceito, transformando a autoridade da bíblia em algo secundário pois diziam que os ensinos das Escrituras como também sua interpretação dependiam exclusivamente da intervenção da igreja e de sua autorização.

Com a reforma o povo teve acesso a bíblia, e o que era melhor, em sua própria língua, versões como a de Lutero na língua alemã e a de Willian Tyndale
na língua inglesa proporcionaram uma oportunidade nunca vivida na idade média, a de ler as Escrituras e interpreta-las através da intervenção do Espírito
santo e não pela igreja romana. É certo que essas versões como outras que surgiram foram perseguidas e queimadas pela a igreja, porém permaneceram firmes e são usadas, com pequenas variações, até hoje.
Sem conhecer as Escrituras o povo não tinha conhecimento de sua condição de adorador, já que o clero havia impedido os fiéis de se relacionarem diretamente com Deus, colocando-se como os mediadores entre Deus e os homens. A reforma trouxe esta consciência ao povo através do conhecimento da palavra de Deus.

Uma religião espiritual

Tendo como base as Escrituras o protestantismo se diferenciava por sua simplicidade no culto, ao contrário do catolicismo onde o formalismo imperava,
a frieza das missas espantava os expectadores. Todo tipo de idolatria era desenvolvida nos fiéis, já que estes para pedirem uma benção eram instruídos a clamar aos santos; para obterem perdão dos pecados dependiam da palavra do padre e de sua imposição de penitência.

Com um culto simples a igreja reformada prezava pelo ensino da bíblia, o louvor e comunhão dos irmãos. A espiritualidade passou a ser desenvolvida no povo, pois o protestantismo pregava um evangelho repleto de benefícios espirituais.

Uma igreja livre

Um dos grandes benefícios da reforma com certeza foi a libertação da dependência da igreja mundial, ou seja, o catolicismo era a religião do mundo,
todos lhe deviam obediência, com a reforma a nova religião era independente não devendo obrigações ao papado ou ao seu clero. Lhe foi dada a condição

de igreja nacional, o que significava que seria adaptada, organizada e dirigida conforme cada país, tendo seus líderes independentes uns dos outros.

A missa era celebrada em latim, e com o estabelecimento do protestantismo cada nação passou a adorar e ouvir o que lhes era dito nos cultos em sua própria língua, o que motivou o desenvolvimento da literatura cristã em línguas nacionais, como também incentivou os líderes a buscarem composições de louvores que o povo pudesse cantar e entender o que dizia. Lutero escreveu vários hinos de extrema importância, dentre eles o mais conhecido é “Castelo forte”, que é cantado até hoje.

CAPÍTULO 12

A REAÇÃO CATÓLICA

O poderio religioso da igreja católica jamais aceitaria tamanha afronta de ter que se retirar dos principais países da Europa deixando seus inimigos regozijando-se pela vitória, por isso entra em cena a mais terrível arma do catolicismo a inquisição que juntamente com outros mecanismos foram usados
para tentar barrar o crescimento do protestantismo.

A companhia de Jesus
Fundada em 1540 por Inácio de Loyola, foi grande mente usada não só para combater de frente a reforma como também para catolicisar os povos das
Américas recém descobertas.

Os pertencentes a esta companhia são até hoje chamados de Jesuítas, agiam como verdadeiros soldados que usavam o tema Ad Majorem Dei Gloriam
("Para a maior glória de Deus"), abreviada pela sigla A.M.D.G. A lealdade ao papa era levada aos extremos fazendo com que se expandissem rapidamente por
toda a Europa.

Suas principais ações para conter o grande crescimento protestante e também para impedir sua entrada em territórios ainda não alcançados eram de caráter teológico e social. Onde o protestantismo havia progredido enviavam vários teólogos que se preparavam muito bem para debater as causas protestantes e promover a defesa católica.

Abriram escolas com ensino gratuito onde difundiam a obediência ao papa e ao catolicismo. Sua influência na política era decisiva já que pressionava os governos a serem obedientes ao papa e os persuadiam contra os protestantes.

O concílio de Trento

Realizado em Trento no Tirol, Itália durou dezoito anos sendo que em três etapas. Em 13 de Dezembro de1545 foi dado início pelo papa Paulo III a primeira faze que durou até a 1549, de 1551 a 1552 foi presidido pelo papa Júlio III e de 1562 a 1563 concluiu-se a terceira e última faze pelo papa Pio IV.

As decisões tomadas em todo o concílio eram uma forma de combate a reforma pois tratavam de acertos doutrinários para tentar calar os contradizentes como por exemplo a proibição de venda de indulgências que foi o estopim da reforma, o duro combate contra a venda de cargos eclesiásticos
e outros de cunho teológico. Entre as decisões mais extremas estão o retorno da inquisição e o índex.

Apesar da participação de alguns teólogos protestantes as decisões finais sempre eram da igreja e nenhum acordo para que se chegasse a um consenso
foi feito.

A inquisição

O mais terrível instrumento católico para fazer valer sua autoridade com certeza foi a inquisição. Também chamada de “santo ofício” foi criada em 1231
pelo papa Gregório IX, condenava como criminoso qualquer que infringisse as leis católicas, entre os réus estavam os judeus, protestantes, suspeitos de praticar bruxaria entre outros. Seu uso se tornou mais político que religioso e durou até o século XV. Seu retorno devido a reforma marcaria tempos de grande crueldade e injustiça.

O índex

O Índex librorum prohibitorum constituído em 1559 era uma relação de livros que a igreja católica proibia por serem, segundo eles, contrários a tradição e aos dogmas da igreja.

Entre eles estavam todos os escritos protestantes como também todas as traduções da bíblia exceto a vulgata. Livros com os mais preciosos conteúdos foram queimados juntamente com seus escritores, pouco sobrou para as gerações futuras.

CAPÍTULO 13

EPÍLOGO

A reforma protestante foi um marco na história, dividiu a única instituição que se julgava indivisível, não a igreja de Jesus Cristo mas uma organização
que quase em sua totalidade havia se desviado das Escrituras.

A luta em prol da liberdade de culto não terminou com a reforma, ela apenas tomou forma com ela, muitas mortes haveriam de vir como a da madrugada de 23 para 24 de agosto de 1572, na França, enquanto a cidade festejava o dia de são Bartolomeu, Catarina de Médicis, mãe de Carlos IX rei do
país o persuadiu contra os protestantes que ali se chamavam Huguenotes ordenando aos soldados que entrassem na cidade e matassem todos os que
encontrassem pela frente, suas casas previamente marcadas com uma cruz branca indicaria o local do extermínio de famílias huguenotes, a matança se estendeu por vários dias chegando ao número mínimo de vinte mil protestantes podendo ter chegado aos setenta mil.

Os huguenotes tentaram chegar ao Brasil em 1557, no entanto Villegaignon que viajava com ele os traiu os entregando as autoridades católicas que os prenderam. Quatro deles foram presos, Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil, Pierre Bourdon e André la Fon, e condenados à morte.

Para a igreja de nossos dias resta, não só lembranças históricas, mas acima de tudo um exemplo de algo em extinção: convicção daquilo que se tem crido.

Imagine que uma igreja cristã recém inaugurada na cidade de Alexandria, no Egito, no primeiro século da nossa era, escrevesse uma carta aos apóstolos em
Jerusalém. Pense que essa igreja é formada por convertidos judeus que ouviram a mensagem do Evangelho da Graça de Deus em uma visita a Jerusalém e depois voltaram para Alexandria. Agora que voltaram para casa, eles não sabem ao certo o que fazer em seguida. Então, nessa carta aos apóstolos eles colocam uma série de questões sobre a vida da igreja:
Prezados Apóstolos...

Por que é que nos reunimos como povo de Deus? O que faremos nesses encontros?
Quando deveremos nos reunir? No sábado?
É importante o local onde nos reunimos?
Devemos construir um templo como em Jerusalém? Ou, pelo menos, o prédio de uma sinagoga? Qual o tipo de governo da igreja que devemos ter?
Como devem ser os líderes que procuraremos para a igreja? Precisamos mesmo de líderes?

Você imagina a resposta dos Apóstolos? Acreditaria que os Apóstolos de Jerusalém responderam assim: “Vão fazendo de qualquer jeito, inventem qualquer coisa, imitem o mundo para atrair bastante gente”. Você acredita que essa seria a resposta daqueles que ouviram de Jesus orientações sobre a Igreja?

Como você supõe que os Apóstolos, responderiam a carta deles? Teriam eles respondido que a igreja estaria livre para fazer o que quisesse? Que cada igreja deveria apenas orar e seguir a orientação do Espírito Santo? Que cada congregação deveria ser única e diferente, livre de influências externas? Que a igreja poderia ser como um camaleão, mudando segundo as peculiaridades, a moda, os costumes e gostos do lugar onde está?

Ou os apóstolos teriam respondido com instruções específicas, teriam informado a maneira particular de fazer as coisas, com um programa definido e com orientações claras e inequívocas?
Um problema enfrentado pelos crentes por mais de 2.000 anos, diz respeito exatamente sobre o que deve ser feito acerca dos padrões e práticas da Igreja. Devemos seguir os padrões do Novo Testamento? As práticas da Igreja primitiva são meramente opcionais ou são imperativas para nós? Seriam as tradições
dos Apóstolos apenas histórias interessantes sobre as práticas da Igreja ou seriam as orientações dos Apóstolos uma norma a ser seguida?

Nosso problema é complexo, pois o Novo Testamento fala muito pouco, no sentido de uma determinação direta, sobre assuntos da Igreja. Hoje em dia é
usual ignorar os padrões do Novo Testamento, como sendo eles opcionais. Dois homens versados na Bíblia, professores em Massachusetts, Fee e Stuart, no
livro “How To Read The Bible For All Its Worth”, declaram:

“Nossa pressuposição, assim como de vários outros, é que, a menos que as Escrituras explicitamente nos digam que devemos fazer determinada coisa, o que
está meramente narrado ou descrito nunca deve ser aceito como norma” (pág. 97, primeira edição).

Uma Suposição.

Suponhamos que aceitemos a noção de que os padrões do Novo Testamento não são normativos. Onde isso poderia nos levar?

1. Primeiro: nos poderíamos construir uma enorme e opulenta catedral e colocar em suas paredes nosso lema: “Nossa Norma é Determinada de Acordo
com o Gosto de Cada Um” (isso poderá realmente lotar os bancos). Isso lhe parece absurdo, mas pense um pouco, não existem na atualidade tantas denominações como gostos existem no mundo?
2. Depois, poderíamos nos reunir mensalmente e não semanalmente (isso seria mais do gosto da moderna geração, que detesta compromissos). A
maioria tem uma agenda lotada de atividades que sobra pouco tempo para Deus.
3. Poderíamos optar por não termos líderes nenhum (sem pastores, sem anciãos nem diáconos), Isso também lotaria os bancos, pois ninguém gosta de
ser mandado, vivemos em uma geração de individualismo. Poderíamos adotar a forma de governo da anarquia (cada homem poderia fazer só o que julgasse correto, segundo sua visão, em cumprimento a Juízes 21:25). Nenhuma forma particular de governo seria determinada.

Obviamente, essa hipotética “igreja” seria bem absurda. O que se teria perdido seria a adesão a apenas uma parte dos padrões do Novo Testamento referentes às práticas da Igreja. Muitas igrejas seguem parcialmente os padrões neotestamentários, porém não todos. A pergunta é: “Por que não?”. Não é muito conclusivo discutirmos isso, neste estudo.

Nós defendemos que os apóstolos tinham uma maneira definida e muito particular de organizar as igrejas e que eles tinham a intenção de que todas as
igrejas seguissem esses mesmos padrões, inclusive hoje.

Manter a Tradição Apostólica é Lógico

I Coríntios 4:14-17 revela que Paulo planejava enviar Timóteo a Corinto. Ele desejava que Timóteo lembrasse aos coríntios seu modo de vida, para que eles o pudessem imitar. Então ele escreve: “Rogo-vos, portanto, que sejais meus imitadores. Por isso mesmo vos enviei Timóteo, que é meu filho amado, e fiel no Senhor; o qual vos lembrará os meus caminhos em Cristo, como por toda parte eu ensino em cada igreja”.

Note a uniformidade de prática que está explícita em I Coríntios 4:17 (final). O modo de vida em Cristo, de Paulo, estava concordante (“como por toda parte
eu ensino”) com o que ele ensinava em “cada igreja”. Havia integração. É um axioma da Engenharia, que a forma segue a função. O modo de vida de Paulo (a forma) estava de acordo com o que ele dizia (função) em todo lugar, em todas as igrejas. Existia uma uniformidade de prática que nasceu dos ensinamentos
de Paulo. Sua crença determinou seu comportamento. Sua doutrina determinou seu trabalho. Similarmente, a crença dos apóstolos sobre a função da igreja afetava de modo natural a maneira como eles a organizavam (a forma das igrejas). Então, manter a tradição apostólica é lógico! Em resumo: todas as Igrejas organizadas por Paulo tinham Uniformidade e Integração.

Se alguém entendeu os propósitos da igreja, foram os apóstolos! Eles foram pessoalmente selecionados e pessoalmente treinados por Jesus, por um período
de três anos e meio. Além do mais, nosso Senhor despendeu quarenta dias com eles, após sua ressurreição. Finalmente, Jesus enviou o Espírito Santo para ensinar exclusivamente a eles “todas as coisas” e ainda “fará lembrar de tudo” o que Ele tinha dito (João 14:26). Sendo assim, tudo o que Jesus ensinou aos apóstolos sobre a Igreja resultou na maneira que eles usaram para estabelece-las e organiza-las.

Em Tito 1:5, Paulo escreveu a Tito: “Por esta causa, te deixei em Creta, para que pusesses em ordem as coisas restantes...”. É evidente em Tito 1:5 que os Apóstolos tinham uma maneira definida de como eles queriam que as coisas fossem feitas. E essa maneira não era deixar que cada igreja descobrisse sua própria forma de fazer as coisas. Havia obviamente uma certa forma de ordem, padrão ou tradição, que era seguida na organização das igrejas. Assim, em I Coríntios 11:34, Paulo escreveu: “E as demais coisas eu vos ordenarei quando for”.

O primeiro teólogo da igreja Batista do Sul que realmente escreveu algo foi J. L. Dagg. Membro fundador da Primeira Igreja Batista de Atlanta e professor de teologia da Universidade Mercer, em Macon, Geórgia, Dagg escreveu em 1858 que os apóstolos.

“Nos disseram, pelos exemplos, como organizar e dirigir igrejas. Nós não temos o direito de rejeitar suas instruções e ardilosamente insistir que nada, senão determinações diretas poderão nos ordenar algo. Ao invés de escolher andar de um modo concebido por nós mesmos, deveríamos ter prazer em caminhar
nos passos daqueles homens santos dos quais recebemos a palavra de vida... o respeito pelo Espírito pelo qual eles foram dirigidos deveria induzir-nos a
preferir suas formas de organização e governo àquelas que nossa inferior sabedoria poderiam sugerir” (Manual of Church Order, pág. 84-86).

Manter a Tradição Apostólica é Louvável

Em I Coríntios 10:31 e 11:1 Paulo roga aos coríntios a “seguir” seu exemplo: “Façam o que façam, seja comer, beber ou qualquer outra coisa, façam isso
para a glória do Senhor. Não seja causa para que alguém tropece, seja judeu, grego ou a igreja de Deus. Eu mesmo me esforço por agradar a todos, de todas as formas. Isso, por não estar procurando meu próprio bem, mas o benefício de todos, para que possam ser salvos”.
O contexto seguinte diz respeito ao benefício de outros e como agradá-los, como forma usada por Deus para conduzi-los à salvação. A palavra “seguir” (I Coríntios 11:1) vem do termo em grego mimatai, da qual deriva a nossa expressão “mímica”. Essa sugestão de imitar a Paulo, evidentemente nos traz à mente uma situação nova que os coríntios estavam vivendo, na qual estavam se saindo muito bem: Assim, ele começa 11:2 com “Eu os louvo porque se lembram de mim em tudo, retendo firmemente as tradições, como as entreguei a vocês”.

A palavra grega para “ensino” é didaskalia (origem de “didática”), mas não foi essa a expressão usada aqui. Ao invés, paradosis (“tradição”) foi empregada. Assim, a versão NASV da Bíblia (uma das traduções em inglês) traz “tradições” aqui, assim como em português a Bíblia de Estudo Almeida, 1999, ao contrário de “ensinos” da versão NIV (outra versão em inglês).

(Quanto a essa passagem (I Coríntios 11:2), das várias versões existentes em português no Brasil, a João Ferreira de Almeida Revista e Corrigida usa a expressão “preceitos”, enquanto que a Revista e Atualizada traz “tradições”).

Tradição é algo “que as pessoas fazem automaticamente”, segundo Bagd, pág. 615. O Dicionário Webster diz que ela é um padrão herdado de pensamento
ou ação. Uma definição popular poderia ser essa: “coisas que as pessoas fazem de uma forma regular, costumeira”. A mesma palavra grega (na forma verbal)
é usada em I Coríntios 11:23 (“vos entreguei”), referindo-se à Santa Ceia. A principal característica de “tradição” é que ela é transmitida de geração em geração.

A seguir, consideremos a palavra “tudo” (I Coríntios 11:2). Essa palavra significa “tudo que existe” ou, pelos menos, “tudo o que respeita à matéria enfocada” (Dicionário Webster). Quando Paulo escreveu “tudo” (I Coríntios 11:2), o que tinha ele em mente? Como poderia “tudo” aplicar-se à ordem na Igreja? O emprego da expressão “tudo” sugere que a

aplicação pretendida por Paulo era maior do que a exortação vista em I Coríntios 10:31 e 11:1 (evangelismo).

O que as palavras “assim como” (11:2) indicam acerca da intensidade de suas obediências às “tradições” de Paulo? Eles foram fiéis a cada vírgula – foi como
que um efeito fotocópia! Paulo os louvou por manter as tradições “assim como” (grego = kathos) ele as passara para eles. Os Apóstolos evidentemente planejaram que as Igrejas imitassem as tradições (padrões herdados) que eles haviam estabelecido.

Um paradoxo interessante pode ser observado sobre tradição. A mesma palavra (paradosis) empregada por Paulo em I coríntios 11:2 foi também usada por
Jesus em Mateus 15:1-3. Jesus disse aos fariseus: “porque transgredis o mandamento de Deus por causa da vossa tradição?”. Surpreendentemente, enquanto que Jesus amaldiçoou a tradição dos fariseus, Paulo abençoou aos coríntios por seguirem a tradição de um apóstolo. A tradição judaica quebrou a ordem de Deus. A tradição apostólica é consistente com as determinações de Jesus. Manter a tradição dos apóstolos é, portanto merecedor de louvores, como visto pelos elogios de Paulo aos coríntios.

Manter a Tradição Apostólica é ser Universal
É interessante atentarmos para a forma usada por Paulo para aquietar àqueles inclinados a ser contenciosos sobre a organização cristã. Para fazer isso, ele
fez um apelo à prática universal de todas as outras igrejas: “Mas, se alguém quiser ser contencioso, nós não temos tal costume, nem tampouco as igrejas de
Deus” (I Coríntios 11:16).

Essa declaração pretendia impressionar as pessoas contenciosas, de forma a colocar um ponto final na questão. Obviamente a ênfase anterior fora dada a certas práticas que eram iguais em todos os lugares ou que deveriam ser as mesmas em todo lugar. Assim, I Coríntios 11:16 mais detalhadamente aponta a uniformidade de “prática” nas igrejas do Novo Testamento.

O que ressalta é que Paulo esperava que todas as igrejas fizessem a mesma coisa. O simples fato de constatar que uma era “diferente” foi razão suficiente
para calar a oposição.

Em I Coríntios 14:33-34, algo mais foi dito para valer para “todas” as congregações (plural): “Como em todas as Igrejas dos santos, as mulheres estejam caladas nas igrejas”. Sem discutirmos a correta aplicação deste

verso, perceba que Paulo apela novamente ao padrão universal, de todas as Igrejas, como
base para a uniformidade. Assim, I Coríntios 14:33-34 indica uma uniformidade de prática nas igrejas do Novo Testamento.

Note ainda que Paulo censurou aos Coríntios em I Coríntios 14:36: “Porventura foi de vós que partiu a palavra de Deus? Ou veio ela somente para vós?”. A
resposta óbvia para as duas questões é “não”. A censura de Paulo nessa passagem detalha a uniformidade de prática entre as Igrejas do Novo Testamento. A admoestação surge em razão de estarem sendo feitas coisas de forma diferente daquela empregada por todas as outras Igrejas. Evidentemente, era esperado que todas as Igrejas seguissem o mesmo padrão em seus cultos. Manter a tradição apostólica é ser universal.

O missionário Jim Elliot escreveu:

“O cerne da questão está em se Deus revelou ou não um padrão universal para a igreja no Novo Testamento. Se Ele não o fez, então algo deve ser feito
até que funcione. Porém, estou convencido de que algo tão caro ao coração de Cristo como a Sua noiva, jamais seria deixado de lado sem instruções explícitas sobre sua conduta comunitária. Estou ainda mais convencido que o século 20 de forma alguma imitou os padrões Dele em seus métodos de congregar a comunidade como igreja... é meu compromisso, se Deus tem padrões para a igreja, encontrá-los e estabelece-los, seja a que custo for” (Shadow of The Almighty: Life and Testimony of Jim Elliot).

Manter a Tradição Apostólica traz a Presença Pacífica de Deus.

O ponto principal de Filipenses 4:4-7 é que devemos nos regozijar no Senhor, para termos a paz do Senhor, independente das circunstâncias: “Regozijai-vos sempre no Senhor; outra vez digo, regozijai-vos. Seja a vossa moderação conhecida de todos os homens. Perto está o Senhor. Não andeis ansiosos por
coisa alguma; antes em tudo sejam os vossos pedidos conhecidos diante de Deus pela oração e súplica com ações de graças; e a paz de Deus, que excede
todo o entendimento, guardará os vossos corações e os vossos pensamentos em Cristo Jesus”.
No parágrafo seguinte de sua carta (Filipenses 4:8-9), a Igreja em Filipos recebe o segredo de como ter o Deus da Paz sempre em seu meio. Por extensão, isso

pode ser verdadeiro para nossas Igrejas também: “Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que
é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai. O que também aprendestes, e recebestes, e ouvistes, e vistes em mim, isso praticai; e o Deus de paz será convosco”.

Filipenses 4:8 é um verso popular e muito memorizado, por obvias razões. Assim, quanto mais o 4:8 é enfatizado, mais o 4:9 parece negligenciado. No 4:9 os filipenses são instruídos a colocar em prática “tudo” o que aprenderam, receberam ou ouviram de Paulo ou nele viram. Poderia esse “tudo” não incluir também o modo de Paulo organizar igrejas, como vemos no Novo Testamento? Negligenciar as tradições apostólicas é desprezar as bênçãos de Deus!

Manter a Tradição Apostólica é Ordenado

Em II Tessalonicenses 2:15, a igreja de Tessalônica foi instruída: “Assim, pois, irmãos, estai firmes e conservai as tradições que vos foram ensinadas, seja
por palavra, seja por epístola nossa”. “Tradições” vem da mesma palavra grega, paradosis, usada anteriormente em I Coríntios 11:2. Os tessalonicenses foram especificamente orientados a seguir, a guardar, as tradições dos apóstolos, tivessem sido elas recebidas oralmente ou por escrito. Os apóstolos não
estão mais aqui para nos dizer pessoalmente, de viva voz, o que fazer. Todavia, nós temos suas orientações por escrito. Todo o contexto de II Tessalonicenses 2 se refere ao correto entendimento de eventos do fim dos tempos. Porque então não seria esse capítulo aplicável também à ordem nas igrejas?

Muitos crentes sentem que, enquanto que a tradição apostólica é interessante, segui-la não é obrigatório. Porém, o que 2 Timóteo 3:10 e 14 e 2 Timóteo 2:2
indica sobre isso? A adesão à tradição é determinada ou apenas sugerida? Ela é claramente determinada. Nós temos que seguir aos apóstolos, não apenas
em seus ensinamentos e teologia, mas também em suas práticas.

Atitude similar é expressa em 2 Tessalonicenses 3:6-7: “... que vos aparteis de todo irmão que anda desordenadamente, e não segundo a tradição que de
nós recebestes, porque vós mesmos sabeis como deveis imitar-nos...” O contexto específico aqui se refere a trabalho recompensador versus estar ocioso, reafirmando assim a veracidade do princípio subjacente. Os

apóstolos, de um modo geral, desejaram que as igrejas seguissem, que mantivessem suas tradições.

Roger Williams, fundador do estado norte-americano de Rhode Island e da Primeira Igreja Batista nas Américas (nos anos 1600), é outro exemplo de cristão
que acreditava que as igrejas deveriam seguir o mais perfeitamente possível as formas e determinações neotestamentárias (Liberty of Conscience, pág. 106).
Essa crença levou Williams a demitir-se do pastorado profissional para fundar Rhode Island, de acordo com o padrão do Novo Testamento respeitante à separação entre a igreja e o estado.

Coerência
Como podemos chegar a conclusões acerca do interesse de Deus em que nossas Igrejas adotem os padrões do Novo Testamento acerca das práticas? É evidente que o que era normativo para as Igrejas do Novo Testamento deve ser normativo para as Igrejas de hoje. Nos cremos que foram precisamente esses padrões de práticas nas Igrejas que deram àquelas do primeiro século aquele dinamismo que foi esquecido por tanto tempo!

Se a Bíblia diretamente determina algo, então nós obviamente temos que obedecer a esse comando. E, de uma forma muito significante, a Bíblia determina obediência às tradições dos apóstolos. Se, contudo, a Bíblia silencia acerca de algo (isto é, não existe nenhuma determinação nem padrão a seguir), então
nós temos a liberdade de fazer o que desejarmos (seguindo o discernimento do Espírito Santo). Então, a questão real é: “Temos que fazer as coisas da forma
que eram feitas no Novo Testamento” A questão verdadeira é: “Não temos autorização no Novo Testamento para fazer as coisas de outra maneira”.

O mundo romano antigo foi-se para sempre. Há uma grande diferença entre manter as tradições apostólicas versus impensadamente copiar tudo o que vemos no Novo Testamento (calçar sandálias, escrever em pergaminhos, ler sob a luz de lamparinas, vestir togas, etc.) A chave é centrarmos a atenção nas práticas doutrinárias da Igreja daquela época. Certamente devemos também evitar transformar em padrão coisas que não o eram, naqueles tempos. Por exemplo, o “comunismo” cristão de Atos 6 foi um acontecimento localizado no tempo e atingiu a apenas uma localidade (Jerusalém). É uma opção para os crentes de qualquer época, mas não é uma determinação nem um padrão do Novo Testamento. O mesmo pode ser dito do voto de Paulo, em Atos, de não cortar os cabelos.

Quais são algumas das tradições que devem ainda ser propostas às igrejas de hoje?
1. Cultos interativos, participativos e abertos.

2. Edificação mútua, encorajamento e especialmente comunhão como o objetivo dos cultos.
3. Governo da igreja por consenso (orientadas pelos anciãos [pastores ou presbíteros], mais do que dirigidas por eles).
4. Líderes treinados e capacitados por pastores também capacitados.
5. Um Ministério desenvolvido localmente e que seja eminentemente para servir.
6. Igrejas de pequenas congregações, com o objetivo de promover a edificação e maturidade crista.
7. Cultos regulares.
8. O batismo apenas de pessoas que aceitaram a Justificação pela Fé e o Senhorio de Cristo em suas vidas.
9. Separação entre Igreja e estado (o não envolvimento em política mundana).
10. A igreja como um Corpo regenerado (Corpo – Indicando unidade de ação e propósitos para todas as Igrejas Locais).
11. Presença das crianças nos cultos.
12. Uma igreja comunitária (comunhão entre os irmãos de forma espontânea).
13. Reprodução e apoio a novas Igrejas através do ministério de obreiros itinerantes (evangelistas).

O que discutimos aqui é a necessidade de um pouco de coerência. Muitas igrejas já seguem alguns desses padrões, mas não todos. A questão é: "Por que não?" Essa coerência é especialmente importante desde que os Apóstolos esperavam que todas as igrejas seguissem suas tradições "assim como" eles a entregaram. Claro que Jesus deve ser o centro da igreja ou nada disso vai funcionar jamais. Seria dar murro em ponta de faca! Como Ele disse: "Fora de mim, vocês nada podem".

Um Perigo a Ser Evitado

O defensor do avivamento das igrejas Darryl Erkel aponta para o "perigo de fazer dos padrões específicos do Novo Testamento uma forma de legalismo pelo
qual passemos a menosprezar a outros ou a nos distanciar de nossos irmãos em razão deles não fazerem as coisas da maneira que nós pensamos que elas devam ser feitas. Precisamos ser sempre cuidadosos para não dar a impressão aos outros de suas igrejas são falsas ou que Deus não as pode usar pela razão
de não seguirem os padrões apostólicos tão fielmente como nós. Isso não seria mais do que puro orgulho! Por outro lado, devemos estar alerta para oportunidades de, respeitosamente e com tato, demonstrar que existe uma maneira melhor – que é mais favorável ao crescimento espiritual do povo de
Deus – de alcançar os propósitos da Igreja do Novo Testamento, que é seguindo o modelo dado pelo ensino dos Apóstolos como encontrado nas Escrituras".

Resumo

1. Deus comanda tanto por modelos (tradição) quanto pela percepção (ensinamentos).
2. Os padrões do Novo Testamento são para uso da igreja em todas as épocas e lugares.
3. A tradição apostólica é igual em autoridade aos ensinamentos apostólicos.
4. O essencial (o mínimo irredutível) de uma igreja do Novo Testamento é: compromisso com a tradição apostólica, ter cultos interativos, governo da igreja por consenso (orientação pelos anciãos, não comando por eles), localização das igrejas em domicílios e igrejas de dimensões condizentes com
essa última característica.
5. Sem Jesus Cristo como centro de tudo, os padrões se tornam legalismo e morte, uma forma vazia, uma casca oca. Precisamos da adequada garrafa
para o vinho, porém mais importante é o vinho. Ambos têm sua importância. Apenas um sem o outro seria problemático.
6. Seguir padrões do Novo Testamento não significa apenas tentar recriar cegamente a cultura de Roma antiga (como vestir togas, escrever em pergaminhos, iluminar com lamparinas, etc.) O assunto aqui é práticas das igrejas. Devem existir razões óbvias por trás das práticas seguidas.
7. Seguir padrões do Novo Testamento não significa também que cada igreja deve ser exatamente igual às outras, como que feitas numa forma. Certamente deve haver similaridades no básico (veja sumário anterior), mas existe também liberdade dentro das fronteiras do modelo.
8. Igrejas domiciliares bíblicas não são orientadas por programas nem edificadas por planejamento, como muitas igrejas modernas o são. Por isso, muitos equivocadamente concluem que somos contrários à organização. Fé em nosso Senhor e na Sua Palavra necessariamente resultam em uma igreja domiciliar bíblica que segue o padrão completo de Deus. Nós não somos institucionais, mas somos organizados. Seguir as tradições legadas pelos apóstolos quer dizer que as igrejas domiciliares devem ter líderes definidos, cultos regulares e ordeiros, disciplina ativa.

Muitas igrejas hoje estão firmemente ancoradas em tradições desenvolvidas após o encerramento da era apostólica (freqüentemente essas tradições datam
do século XIX). Ainda que vejam com simpatia as tradições apostólicas, a preferência é dada às tradições desenvolvidas mais recentemente. Nesses casos,
não são eles culpados de anular a inspirada tradição apostólica, para servir a própria tradição (Mateus 15)? Judas 3 declara que a fé “uma vez por todas foi entregue aos santos”. Que autorização alguém teria para mexer com ela?

Principais datas do Cristianismo

DATAS	F A T O S H I S T Ó R I C O S
155	Morre queimado Policarpo, bispo de Esmirna.
100/165	Justino, o Mártir, um dos apologistas do cristianismo.
160/320	Tertuliano, advogado cartaginês, notável apologista do
313	Publicação do Edito de Milão, pelo Imperador Constantino, pondo
325	Concílio de Nicéia I: condenou o arianismo. Aprovou o Credo de
340/420	Jerônimo, traduziu a Bíblia para a o latim (Vulgata).
381	Concílio de Constantinopla I: definiu a divindade do
385/405	Período em que Jerônimo traduz a Vulgata.
401	Início do gradativo fortalecimento do papado e da Igreja Católica
431	Concílio de Éfeso: condenou o nestorianismo. Define a unidade
451	Concílio de Calcedônia: condenou o monofisismo. Define as duas

553	Concílio de Constantinopla II: condena os erros de
680	Concílio de Trulano (em Constantinopla). Trulano II ou Qüinissexto(692), considerado como complementação dos dois anteriores,
787	Concílio de Nicéia II. Condena a veneração de imagens.
1096/1291	Período das Cruzadas.

1140/1217	Pedro Valdo, pré-reformador. (Valdenses)
1198	Papa Inocêncio III institui “os inquisidores da fé contra os albigenses”. Considerados hereges, o extermínio
1328/1384	João Wyclif ou Wycliffe, pré-reformador.
1369/1415	João Huss, pré-reformador, herói da Boêmia, morto na fogueira
1419	Nasce João de Wesselus ou Wessel, pré-reformador.
1452/1499	Jerônimo (Girolamo) Savonarola, pré-reformador.
1469/1536	Erasmo de Roterdam, humanista.
1479	O pré-reformador João de Wessália, notável doutor de teologia em
10/11/1483	Nasce Martinho Lutero, líder da Reforma Religiosa do Século XVI,

17/07/1505	Martinho Lutero ingressa na ordem dos agostinianos.
1511-1553	Serveto, médico e teólogo espanhol, preso, condenado e
31/10/1517	Dia da Reforma Religiosa. Lutero prega na porta da Igreja de
1491/1556	Inácio de Loyola, fundador da Sociedade de Jesus (jesuítas), braço
1492/1559	Meno Simons, o mais célebre líder dos anabatistas. Daí vem o
1505/1572	John Knox, reformador da Escócia, funda, em 1560, a Igreja que
10/07/1509 1564	João Calvino, reformador, pastor em Genebra. Pai do calvinismo.

31/10/1517	Reforma Religiosa do Século XVI. Nesta data, Lutero afixa as 95 teses à porta da Igreja de Wittenberg, recomendando as
10/03/1557	Realiza-se, no Rio de Janeiro, o primeiro culto reformado no Brasil.
21/03/1557	Organizada a primeira igreja evangélica do Brasil e da América do
08/01/1560	Morre Jan Laski, reformador polonês. Participou da tradução da

1560	João Knox funda, na Escócia, a Igreja Presbiteriana, também chamada Reformada ou Calvinista, sob inspiração
1560/1609	Jacobus Arminius, teólogo holandês, O arminianismo sustenta que
1565	Falece o reformador suíço Guilherme Farel.
24/08/1572	Noite de São Bartolomeu.
1577	Fórmula da Concórdia, credo firmado pelos luteranos que delimitava a o pensamento teológico calvinista e
1666-1686	Felipe Jacó Spener, líder do Pietismo.
1624/1647	George Fox, fundador da seita dos quaquers.
1631/1705	Felipe Jacó Spener, líder do Pietismo
1643/1648	Reúne-se a Assembléia de Westminster e elabora conhecida
1661	Fundada em Londres a primeira igreja Anabatista da
1685	Nasce o Pietismo, grande despertamento espiritual após a
1700-1760	Conde Nicolau von Zinzendorf, fundador da comunidade dos

1701	Início do trabalho missionário mundial.

1703/1758	Jonathan Edwards.
17/06/1703 22/03/1791	John Wesley, fundador do Metodismo.
1714/1770	George Whitefield
1732	Os morávios enviam Hans Egede à Groelândia, dando início ao
24/05/1738	Data da experiência máxima de João Wesley.
1735/1743	Primeiro grande avivamento da História da Igreja.
1735/1811	Robert Raikes, jornalista inglês, criador da Escola
12/05/1739	Wesley começa a pregar ao ar livre, em Bristol.
1747	Charles e John Wesley visitaram a Irlanda pela primeira
1761/1834	William Carey, missionário na Índia.
1805/1844	Joseph Smith criador da seita dos mórmons.
1832/1905	Hudson Taylor, missionário na China
1761/1834	William Carey, o pai das missões modernas.
1837- 12/12/1899	Moody, avivalista
1774	Primeira Conferência Metodista na Foundery (Londres).

20/07/1780	Começa a funcionar na Inglaterra a primeira escola dominical,
1792	Sociedade Missionária Batista é criada por William
1792/1875	Finney, notável avivalista.

1813-1873	David Livingstone, missionário escocês na África, para onde seguiu
05/05/1813 11/11/1855	SorenAabye Kierkegaard, filósofo e teólogo dinamarquês, considerado como o primeiro representante
1832/1905	James Hudson Tailor, missionário na China.
1852/1916	Charles Taze Russel, fundador a seita conhecida como
19/08/1855	Fundada a primeira EBD no Brasil, em Petrópolis, RJ, por Roberto
23/08/1884 30/07/1976	Rudolf Bultman, um dos expoentes da Teologia da Dialética.
1886/1968	Karl Bart, teólogo suíço.
1889/1966	Emil Brunner, um dos maiores nomes da teologia do século XX,
1898	Os Gideões Internacionais, instituição que se dedica à distribuição

1900	Charles Parham funda a Escola Bíblica Betel, em Topeka, Kansas, EUA, onde foram ensinadas as doutrinas que se
25/02/1902	Nasce em Estrasburgo o teólogo Oscar Culman.
1906/1945	Dietrich Bonhoeffer, teólogo e mártir luterano alemão.
09/04/1906	Nasce o movimento pentecostal na famosa Rua Azuza, 312, onde
1908/2001	Richard Wurbrand, criador da Missão A Voz dos Mártires.
07/11/1918	Nasce Billy Graham, notável pregador batista.

18/04/1926	Nasce o Jürgen Moltman, teólogo.
15/01/1929 04/04/1968	Martin Luter King, eloqüente pastor batista americano, combateu
1931	Nasce David Wilkerson, criador do Ministério Desafio
23/08/1948	Fundado, em Amsterdam, Holanda, o Conselho Mundial
1960	Loren Cunnigham funda, nos Estados Unidos, a JOCUM, Jovens
1966	Nasce a renovação carismática (RCC) nos Estados Unidos, na

ALGUNS PERSONAGENS REVELANTES DA HISTÓRIA DA IGREJA

CHARLES FINNEY (1792-1875)
Nasceu de uma família descrente e se criou num lugar onde os membros da igreja conheciam apenas a formalidade fria dos cultos. Tornou-se um advogado
que, ao encontrar nos seus livros de jurisprudência muitas citações da Bíblia, comprou ume exemplar com a intenção de conhecer as Escrituras. Eis um trecho
de sua biografia: Ao ler a Bíblia, ao assistir às reuniões de oração, e ouvir os sermões do senhor Galé, percebi que não me achava pronto a entrar nos céus... Fiquei impressionado especialmente com o fato de as orações dos crentes, semana após semana, não serem respondidas. Li na Bíblia “pedi e dar-se-vos-á”. Li, também, que Deus é mais pronto a dar o Espírito Santo aos que lho pedirem, do que os pais terrestres a darem boas coisas aos filhos. Ouvia os crentes pedirem um derramamento do Espírito Santo e confessarem, depois, que não o receberam. Exortavam uns aos outros a se despertarem para pedir, em oração, um derramamento do Espírito de Deus e afirmavam que assim haveria um avivamento com a conversão de pecadores... Foi num domingo de 1821

que assentei no coração resolver o problema sobre a salvação da minha alma e ter paz com Deus. (...) Fui vencido pela convicção do grande pecado de eu envergonhar-me se alguém me encontrasse de joelhos perante Deus, e bradei em alta voz que não abandonaria o lugar, nem que todos os homens da terra e todos os demônios do inferno me cercassem. O pecado parecia-me horrendo, infinito. Fiquei quebrantado até o pó perante o Senhor. Nessa altura, a seguinte passagem me iluminou: " Então me invocareis, e ireis, e orareis a mim, e eu vos ouvirei. E buscar-me-eis, e me achareis, quando me buscardes de todo o vosso
coração".

A conversão de Finney e o seu imediato batismo no Espírito Santo, contados em sua biografia, são impressionantes. O amor a Deus, a fome de sua Palavra, a unção para testemunhar e anunciar do Evangelho vieram sobre ele no dia de sua entrega a Jesus. Imediatamente, o advogado perdeu todo o gosto pela sua profissão e tornou-se um dos mais famosos pregadores do Evangelho.

Eis o segredo dos grandes pregadores, nas palavras do próprio Finney: Os meios empregados eram simplesmente pregação, cultos de oração, muita oração
em secreto, intensivo evangelismo pessoal e cultos para a instrução dos interessados. Eu tinha o costume de passar muito tempo orando; acho que, às vezes, orava realmente sem cessar. Achei, também, grande proveito em observar freqüentemente dias inteiros de jejum em secreto. Em tais dias, para ficar inteiramente sozinho com Deus, eu entrava na mata, ou me fechava dentro do templo.

Conta-se acerca deste pregador que depois de ele pregar em Governeur, no Estado de New York, não houve baile nem representação de teatro na cidade durante seis anos. Calcula-se que somente durante os anos de 1857 e 1858, mais de 100 mil pessoas foram ganhas para Cristo pelo ministério de Finney. Na Inglaterra, durante nove meses de evangelização, multidões também se prostraram diante do Senhor enquanto Finney pregava.

Descobriu-se que mais de 85 pessoas de cada 100 que se convertiam sob a pregação de Finney permaneciam fiéis a Deus; enquanto 75 pessoas de cada cem,
das que professaram conversão nos cultos de algum dos maiores pregadores, se desviavam. Parece que Finney tinha o poder de impressionar a consciência
dos homens sobre a necessidade de um viver santo, de tal maneira que produzia fruto mais permanente.

CHARLES SPURGEON (1834-1892)

Conhecido como o "príncipe dos pregadores", aos 19 anos já era pastor na Park Street Chapel, em Londres. A princípio um luar muito amplo, para mil e duzentas pessoas, porém freqüentado por um pequeno grupo de fiéis.

Em poucos meses o prédio não comportava mais a multidão e eles se mudaram para
um outro auditório que comportava quatro mil e quinhentas pessoas! A Igreja então resolveu alugr o Surrey Music Hall, o prédio mais amplo, imponente e magnífico de Londres, construído para diversões públicas. O culto inaugural deu-se em 19 de outubro de 1856. Quando o culto começou, o prédio no qual cabiam 12.000 pessoas estava superlotado e havia mais 10.000 fora que não puderam entrar!
Uma terrível catástrofe ocorreu neste dia. Ao início do culto, pessoas diabólicas se levantaram gritando " Fogo! Fogo!", provocando um grande alvoroço e um
saldo de sete pessoas mortas e vinte e oito gravemente feridos. Isto não impediu que o interesse pelos cultos até aumentasse. Em março de 1861 sua Igreja concluiu a construção do Metropolitan Tabernacle, local que comportava uma média de 5.000 pessoas a cada culto dominical, isto perdurando pelos próximos 31 anos. Pregou em cidades de toda a Inglaterra e noutros países: Escócia, Irlanda, Gales, Holanda e França. Pregava ao ar livre e nos maiores edifícios, em média oito a doze vezes por semana!
Spurgeon publicou inúmeros livros. Milhares de sermões seus foram publicados e traduzidos para diversas línguas. Além de pregar constantemente a grandes auditórios e de escrever tantos livros, esforçou-se em vários outros ramos de atividades. Inspirado pelo exemplo de Jorge Muller, fundou e dirigiu o orfanato
de Stockwell. Reconhecendo a necessidade de instruir os jovens chamados por Deus a proclamar o Evangelho, fundou e dirigiu o Colégio dos Pastores. A
oração fervorosa era um hábito em sua vida. Contava com trezentos intercessores que, todas as vezes que pregava, mantinham-se em súplica.

DWIGHT LYMAN MOODY (1837-1899)
Um total de quinhentas mil almas ganhas para Cristo, é o cálculo da colheita que Deus fez por intermédio de seu humilde servo. Moody nasceu em 5 de fevereiro de 1837, o sexto filho de nove, numa pobre família do Connecticut, EUA. Sua mãe ficou viúva com os filhos ainda pequenos, o mais velho tinha 12 e
ela estava grávida de gêmeos quando o marido morreu. Sua mãe foi uma crente fiel e soube instruir seus filhos no Caminho. Aos vinte e quatro anos, logo
após casar-se, em Chicago, Moody deixou um bom emprego para trabalhar todos os dias no serviço de Cristo, sem ter promessa de receber um único centavo. Tendo trabalhado com Escolas Bíblicas e evangelização em Chicago, atuou também junto aos soldados durante a Guerra Civil. Teve uma tremenda experiência numa viagem a Inglaterra. Visitou Spurgeon no Metropolitan Tabernacle e impressionou-se. Também contatou Jorge Muller e o orfanato em Bristol. Nesta mesma viagem, o que mais impressionou Moody e o levou a buscar definitivamente uma experiência mais profunda

com Cristo foram estas palavras proferidas por um grande ganhador de almas de Dublim, Henrique Varley: O mundo ainda não viu o que Deus fará com, para e pelo homem inteiramente a Ele entregue. Um terrível incêndio que praticamente destruiu Chicago, em 1871, também foi um divisor de águas na vida de Moody. Nesta época ele teme uma marcante experiência com o Espírito Santo. Voltou a pregar na Inglaterra posteriormente e Deus o usou para inflamar os corações.. Na Escócia, multidões buscaram ao Senhor. Na Irlanda, maravilhas também ocorreram, com conversões de multidões ao Senhor. Para termos idéia, esta viagem culminou com quatro meses de cultos em Londres. Moody pregava alternadamente em quatro centros. Realizaram-se 60 cultos no Agricultural Hall, aos quais
um total de 720.000 pessoas assistiram; em Bow Road Hall, 60 cultos, aos quais 600.000 assistiram; em Camberwell Hall, 60 cultos, com a assistência de
480.000; Haymarket Opera House, 60 cultos, 330.000; Vitória Hall, 45 cultos, 400.000 assistentes. Retornou aos EUA em 1875, sendo reconhecido como o
mais famoso pregador do mundo, continuando a ser um humilde servo de Deus. Durante um período de 20 anos dirigiu campanhas com grandes resultados
nos Estados Unidos, Canadá e México. Em diversos lugares as campanhas duraram até seis meses. Transcrevo um depoimento de um dos assistentes a um
dos cultos promovidos por Moody: Nunca jamais me esquecerei de certo sermão que Moody pregou. Foi no circo de Forepaugh durante a Exposição Mundial. Estavam presentes 17.000 pessoas, de todas as classes e de todas as qualificações. O texto do sermão foi: “Pois o Filho do homem veio buscar e salvar o que
se havia perdido”. Grandiosa era a unção do pregador; parecia que estva em íntimo contacto com todos os corações daquela massa de gente. Moody disse repetidamente: “Pois o Filho do homem veio - veio hoje ao Circo Forepaugh para procurar e salvar o que se perdera”. Escrito e impresso isso parece um sermão comum, mas as suas palavras, pela santa unção que lhe sobreveio, tornaram-se palavras de espírito e de vida.

JOHN WESLEY (1703-1791)

Foi um instrumento poderoso nas mãos de Deus para um grande avivamento no século XVIII. Nascido em Epworth, Inglaterra, numa família de dezenove irmãos! Em 1735 foi para a Geórgia como missionário aos índios norte-americanos, não chegando a ministrar aos índios, mas sim aos colonos na Geórgia. Durante uma tempestade na travessia do Oceano Atlântico, Wesley ficou profundamente impressionado com um grupo de morávios a bordo do navio. A fé
que tinham diante do risco da morte (o medo de morrer acompanhava Wesley constantemente durante a sua juventude) predispôs Wesley à fé evangélica

dos morávios. Retornou à Inglaterra em 1738. Numa reunião de um grupo morávio na rua Aldersgate, em 24 de maio de 1738, ao escutar uma leitura tirada
do prefácio de Lutero ao seu comentário de Romanos, Wesley sentiu seu coração aquecido de modo estranho. Embora os estudiosos discordem entre si quanto à natureza exata dessa experiência, nada dentro de Wesley ficou sem ser tocado pela fé que acabara de receber. Depois de uma viagem rápida para a Alemanha para visitar a povoação moravia de Herrnhut, voltou para a Inglaterra e, juntamente com George Whitefield, começou a pregar a salvação pela fé.
Essa “nova doutrina” era considerada redundante pelos sacramentalistas da Igreja Oficial que achavam que as pessoas já eram suficientemente salvas em virtude de seu batismo na infância. Em 1739, John Wesley foi a Bristol, onde surgiu um reavivamento entre os mineiros de carvão em Kingswood. O reavivamento continuou sob a liderança direta dele durante mais de cinqüenta anos. Viajou cerca de 400.000 km, por todas as partes da Inglaterra, Escócia,
País de Gales e Irlanda, pregando cerca de 40.000 sermões. Sua influência se estendeu à América do Norte. O metodismo veio a tornar-se uma denominação
após a morte de Wesley.

JONATHAN EDWARDS (1703-1758)

Grande pregador dos EUA, ingressou no ministério em 1726. Seu primeiro pastorado foi em Northampton, Massachusetts, onde serviu até 1750. Foi contemporâneo e atuante num grande despertamento espiritual e tido por alguns como o maior teólogo da América do Norte. Era pregador excelente, com célebres sermões publicados: Deus Glorificado na Dependência do Homem (1731), Uma Luz Divina e Sobrenatural (1733) e o mais famoso, Pecadores nas Mãos de um Deus Irado (1741). Sobre o sermão mais famoso, baseou-se em Deuteronômio 32:35. Depois de explicar a passagem, acrescentou que nada evitava que os pecadores caíssem no inferno, a não ser a própria vontade de Deus. Afirmou que Deus estava mais encolerizado com alguns dos ouvintes do
que com muitas pessoas que já estavam no inferno. Disse que o pecado era como um fogo encerrado dentro do pecador e pronto, com a permissão de Deus,
a transformar-se em fornalhas de fogo e enxofre, e que somente a vontade de Deus indignado os guardava da morte instantânea. Continuou, então, aplicando ao texto ao auditório: Aí está o inferno com a boca aberta. Não existe coisa alguma sobre a qual vós vos possais firmar e segurar... há, atualmente, nuvens negras da ira de Deus pairando sobre vossas cabeças, predizendo tempestades espantosas, com grandes trovões. Se não existisse a vontade soberana

de Deus, que é a única coisa para evitar o ímpeto do vento até agora, seríeis destruídos e vos tornaríeis como a palha da eira... O Deus que vos segura na mão,
sobre o abismo do inferno, mais ou menos como o homem segura uma aranha ou outro inseto nojento sobre o fogo, durante um momento, para deixa-lo cair depois, está sendo provocado ao extremo... Não há que admirar, se alguns de vós com saúde e calmamente sentados aí nos bancos, passarem para lá antes
de amanhã... O sermão foi interrompido pelos gemidos dos homens e os gritos das mulheres; quase todos ficaram de pé ou caídos no chão. Durante a noite inteira a cidade de Enfield ficou como uma fortaleza sitiada. Teve início um dos maiores avivamentos dos tempos modernos na Nova Inglaterra.

MARTINHO LUTERO (1483-1546)

Era um destacado monge agostiniano, doutor em teologia e pregador na cidade de Wittemberg, quando ocorreu uma grande transformação em sua vida. Ele mesmo contou: Desejando ardentemente compreender as palavras de Paulo, comecei o estudo da Epístola aos Romanos. Porém, logo no primeiro capítulo consta que a justiça de Deus se revela no Evangelho (vs 16 e 17). Eu detestava as palavras “a justiça de Deus”, porque conforme fui ensinado, eu a considerava como um atributo do Deus santo que o leva a castigar os pecadores. Apesar de viver irrepreensivelmente, como monge, a consciência perturbada me mostrava que era pecador perante Deus. Assim odiava a um Deus justo, que castiga os pecadores... Senti-me ferido de consciência, revoltado intimamente, contudo voltava sempre ao mesmo versículo, porque queria saber o que Paulo ensinava. Contudo, depois de meditar sobre esse ponto durante muitos dias e noites, Deus, na sua graça, me mostrou a palavra “o justo viverá da fé”. Vi então que a justiça de Deus, nessa passagem, é a justiça que o homem piedoso recebe de Deus pela fé, como dádiva. Então me achei recém nascido e no Paraíso. Todas as Escrituras tinham para mim outro aspecto; perscrutava-as para ver tudo quanto ensinam sobre a justiça de Deus. Antes, estas palavras eram-me detestáveis; agora as recebo com o mais intenso amor.
A passagem me servia como a porta do Paraíso. Em outubro de 1517, Lutero afixou à porta da Igreja do Castelo de Wittemberg as 95 teses, o teor das quais é
que Cristo requer o arrependimento e a tristeza pelo pecado e não a penitência. Lutero afixou as teses para um debate público, na porta da igreja, como era
costume nesse tempo. Estas teses, escritas em latim, foram logo traduzidas para o alemão, holandês e espanhol. Logo, estavam na Itália, fazendo estremecer

os alicerces de Roma. Foi desse ato de afixar as 95 teses que nasceu a Reforma. Um ano depois de afixar as teses, Lutero era o homem mais popular em toda
a Alemanha. Quando a bula de excomunhão, enviada pelo Papa, chegou a Wittemberg, Lutero respondeu com um tratado dirigido ao Papa Leão X, exortando-o, no nome do Senhor, a que se arrependesse. A bula do Papa foi queimada fora do muro da cidade de Wittemberg, perante grande ajuntamento
do povo. Lutera era um erudito em hebraico e grego, o que facilitou sua grande obra, a tradução da Bíblia para o alemão. Ele mesmo escreveu para o seu povo: Jamais em todo o mundo se escreveu um livro mais fácil de compreender do que a Bíblia. Comparada aos outros livros, é como o sol em contraste com
todas as demais luzes. Não vos deixeis levar a abandona-la sob qualquer pretexto. Se vos afastardes dela por um momento, tudo estará perdido; podem levar-vos para onde quer que desejem. Se permanecerdes com as Escrituras, sereis vitoriosos. Depois de abandonar o hábito de monge, Lutero resolveu deixar por completo a vida monástica, casando-se com Catarina von Bora, freira que também saíra do claustro, e geraram seis filhos.

PRIMEIRO CONCÍLIO DE NICÉIA

A seguir são apresentados alguns dos documentos aprovados pelo Primeiro Concílio Ecumênico da Igreja: Nicéia (realizado no ano 325 dC). "Alguns" porque certamente deveriam existir vários outros documentos aprovados por esse Concílio; infelizmente, porém, apenas estes poucos que apresentamos é que resistiram ao tempo e chegaram até nós...
Gostaria de salientar (e agradecer!) o trabalho do nosso tradutor colaborador, José Fernandes Vidal, cuja participação (e pesquisa!) foi essencial para que tais documentos fossem disponibilizados em língua portuguesa pelo Site do Agnus Dei! Que Deus o abençoe por mais esse maravilhoso trabalho!

» INTRODUÇÃO

1. O que foi o Primeiro Concílio Ecumênico de Nicéia?

No ano de 324 Constantino era o único Senhor do Império Romano. A Igreja estava livre, enfim, das perseguições. Mas foi exatamente então que começaram
a surgir problemas dentro da própria Igreja. Em Alexandria, um dos mais notáveis centros da Cristandade, explodira uma disputa teológica entre um padre chamado Ário e seu Bispo. Diz-se até que a disputa foi derivada da mania de discussões teológicas que existia na época... O Bispo

Alexandre teria feito uma afirmação e Ário, para chamá-lo à uma discussão, a teria contradito. Daí nasceu um grave impasse teológico pois, em seu desenvolvimento, Ário passara a afirmar que o Logos Encarnado era inferior a Deus Pai e que se o Pai gerou o Filho, então houve uma época em que o Filho não existia.
Ário acreditava em Jesus Cristo como o Salvador, mas subordinava o Filho ao Pai. Enfim, negava a divindade de Jesus Cristo, pois afirmava que ele não era
igual ao Pai. Desde os tempos apostólicos a Igreja combatia os que pregavam divindades subordinadas a Deus, derivadas das seitas agnósticas. Tudo isso era contra o mistério da Redenção, pois a Redenção, como há tempo fundamentara o diácono Atanásio, não teria sentido se Deus mesmo não tivesse se encarnado, se Jesus Cristo não fosse verdadeiro Deus e verdadeiro homem.
Tomando Constantino conhecimento dessa discussão herética e do perigo iminente de cisão na Igreja, promoveu a convocação de um Concílio que se realizou na cidade de Nicéia da Bitínia, próxima de Constantinopla, em 325.
Como ficou na história, o Concílio foi um acontecimento impressionante, um dos grandes marcos da vida da Igreja. Acorreram Bispos da Ásia Menor, Palestina, Egito, Síria, e até Bispos de fora do Império Romano, ou seja, de todos os lugares onde a Cristandade tinha se estabelecido com vigor, como a longínqua Índia e a Mesopotâmia, além de delegados da África do Norte. O Papa Silvestre, Bispo de Roma que já estava ancião e impossibilitado de comparecer pessoalmente, mandara dois presbíteros como seus delegados. Estiveram presentes ao Concílio 320 Bispos, mais grande número de presbíteros, diáconos e leigos. Por maioria quase absoluta (apenas dois Bispos não quiseram firmar a resolução final) foi redigido o Credo de Nicéia que confirmava a verdade em que a Cristandade unida, à exceção dos seguidores de Ário, sempre acreditara: Jesus Cristo, Deus Encarnado, é ponto fundamental do Cristianismo. O próprio Credo, a seguir, estabeleceria o conteúdo da fé da Igreja.
Destaque-se que Eusébio de Cesaréia e alguns outros pensaram em resolver a questão com uma pequena mudança de grafia na palavra essencial da definição dogmática. Em vez de declarar "homousios" (da mesma substância - consubstancial), propunham usar "homoiusios" (de substância semelhante).
Mas este artifício fazia diferença essencial e a Igreja não vacilou.
Igualmente, o Credo de Nicéia em nada mudou a fé já confessada pelo Símbolo dos Apóstolos, tradição da Igreja Primitiva (esse Credo que rezamos, normalmente, nas missas de cada dia). O que está no Credo que apresentamos nesta área são apenas definições que resolveram o problema então debatido.
Nele foram omitidas aquelas verdades enunciadas pelo Símbolo dos Apóstolos. Posteriormente, no Concílio de Constantinopla (ano de 381), foi redigido um

Credo completo adicionando ao Símbolo dos Apóstolos as definições teológicas do Credo de Nicéia. É o Símbolo Niceno-Constantinopolitano, usado nas missas oficiais e/ou cantadas em Latim.
É lamentável que o gosto pelas discussões tenha continuado perturbando a Igreja por muitos anos após o Concílio de Nicéia. Por outro lado, é comovedor constatar - como demonstra a História - como compareceram ao Concílio, em defesa do Deus Humanado, gerações de cristãos que tinham por Ele sofrido perseguições, muitos deles com as marcas das violências sofridas.
- Oh Igreja Santa e Pecadora! Em Ti nossa alegria supera, incomparavelmente, nossos lamentos, por graça de tua Cabeça, Jesus Cristo!
Além desse grave cisma, havia entre a Igreja do Ocidente e a Igreja do Oriente uma divergência de menos importância: a data em que cada uma celebrava a
Páscoa. O assunto será resolvido também por este Concílio, que estabelecerá 20 cânones, os quais darão sequência ao Credo primeiramente apresentado.

» DOCUMENTOS OFICIAIS
1. O Credo de Nicéia

(Encontrado nas atas dos Concílios Ecumênicos de Éfeso e Calcedônia; na Carta de Eusébio de Cesaréia à sua própria igreja; na Carta de Santo Atanásio ao
Imperador Joviniano; nas Histórias Eclesiásticas de Teodoreto e Sócrates e algum outro lugar. As variações no texto são absolutamente sem importância.)

O Sínodo de Nicéia firmou este Credo:
"Cremos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, unigênito do
Pai, da substância do Pai; Deus de Deus, Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai; por quem foram criadas todas as coisas que estão no céu ou na terra.
O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu (do céu), se encarnou e se fez homem. Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu.
Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos. E (cremos) no Espírito Santo.
E quem quer que diga que houve um tempo em que o Filho de Deus não existia, ou que antes que fosse gerado ele não existia, ou que ele foi criado daquilo

que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente (do Pai), ou que ele é uma criatura, ou sujeito à mudança ou transformação, todos os
que falem assim, são anatemizados pela Igreja Católica e Apostólica."

2. Os Cânones dos 318 Bispos reunidos em Nicéia da Bítinia

Os Cânons dos 318 Bispos reunidos em Nicéia da Bítinia (325 dC)

- Cânon I - Eunucos podem ser recebidos entre os clérigos, mas não serão aceitos aqueles que se castram.
- Cânon II - Aqueles que provieram do paganismo não poderão ser imediatamente promovidos ao Presbiterato, pois não é de conveniência um neófito
sem uma provação de algum tempo. Mas se depois da ordenação constatou-se que ele anteriormente pecara, que seja afastado do Clero.
- Cânon III - Nenhum deles deverá ter uma mulher em sua causa, exceto sua mãe, irmã e pessoas totalmente acima de suspeita.
- Cânon IV - Um bispo deve ser escolhido por todos os bispos da província ou, no mínimo, por três, apresentando os restantes seu assentimento por carta; mas a escolha deve ser confirmada pelo metropolita.
- Cânon V - Quem foi excomungado por algum bispo não deve ser restituído por outro, a não ser que a excomunhão tenha resultado de pusilanimidade
ou contenda ou alguma outra razão semelhante. Para que esse assunto seja resolvido convenientemente, deverá haver dois sínodos por ano em cada província - um na Quaresma e o outro no outono.
- Cânon VI - O bispo de Alexandria terá jurisdição sobre o Egito, Líbia e Pentápolis; assim como o bispo Romano sobre o que está sujeito a Roma. Assim, também, o bispo de Antioquia e os outros, sobre o que está sob sua jurisdição. Se alguém foi feito bispo contrariamente ao juízo do Metropolita, não
se torne bispo. No caso de ser de acordo com os cânones e com o sufrágio da maioria, se três são contra, a objeção deles não terá força.
- Cânon VII - O bispo de Aélia seja honorificado, preservando-se intactos os direitos da Metrópole.
- Cânon VIII - Se aqueles denominados Cátaros voltarem, que eles primeiro façam uma profissão de que estão dispostos a entrar em comunhão com aqueles que se casaram uma segunda vez, e a dar perdão aos que apostataram. E nessas condições, aquele que estava ordenado continuará no mesmo ministério, assim como o bispo continuará bispo. Àquele que foi Bispo entre os Cátaros permita-se que, no entanto, seja um corepíscopo ou
goze a honra de um presbítero ou bispo. Não deverá haver dois bispos numa única igreja.
- Cânon IX - Quem quer que for ordenado sem exame deverá ser deposto, se depois vier a ser descoberto que foi culpado de crime.
- Cânon X - Alguém que apostatou deve ser deposto, tivessem ou não consciência de sua culpa os que o ordenaram.

- Cânon XI - Os que caíram sem necessidade, ainda que, portanto, indignos de indulgência, no entanto lhes será concedida alguma indulgência, e eles deverão ser "genuflectores" por doze anos.
- Cânon XII - Aqueles que sofreram violência e indicaram que resistiram, mas depois caíram na maldade e voltaram ao exército, deverão ser excomungados por dez anos. Mas, de qualquer modo, a maneira de fazerem penitência deve ser examinada. O bispo poderá tratar mais brandamente
alguém que está fazendo penitência e se mostrou zeloso em seu cumprimento do que quem foi frio e indiferente.
- Cânon XIII - Os moribundos devem receber a comunhão. Mas se alguém se recupera, deve ser posto no número daqueles que participam das preces, e somente com eles.
- Cânon XIV - Se alguns dos catecúmenos caíram em apostasia, deverão ser somente "ouvintes" por três anos; depois poderão orar com os catecúmenos.
- Cânon XV - Bispos, presbíteros e diáconos não se transferirão de cidade para cidade, mas deverão ser reconduzidos, se tentarem fazê-lo, para a igreja
para a qual foram ordenados.
- Cânon XVI - Os presbíteros ou diáconos que desertarem de sua própria igreja não devem ser admitidos em outra, mas devem ser devolvidos à sua própria diocese. A ordenação deve ser cancelada se algum bispo ordenar alguém que pertence a outra igreja, sem consentimento do bispo dessa igreja.
- Cânon XVII - Se alguém do clero praticar usura ou receber 150% do que emprestou deve ser excluído e deposto.
- Cânon XVIII - Os diáconos devem permanecer dentro de suas atribuições. Não devem administrar a Eucaristia a presbíteros, nem tomá-la antes deles,
nem sentar-se entre os presbíteros. Pois que tudo isso é contrário ao cânon e à correta ordem.
- Cânon XIX - Os Paulianistas devem ser rebatizados. Se alguns são clérigos e isentos de culpa devem ser ordenados. Se não parecem isentos de culpa, devem ser depostos. As diaconisas que se desviaram devem ser colocadas entre os leigos, uma vez que não compartilham da ordenação.
- Cânon XX - Nos dias do Senhor e de Pentecostes, todos devem rezar de pé e não ajoelhados.

http://www.veritatis.com.br/agnusdei/1nicei31.htm

PRIMEIRO CONCÍLIO ECUMÊNICO DE NICÉIA

Os Cânons dos 318 Bispos reunidos em Nicéia da Bítinia (325 dC)

Cânon I - Eunucos podem ser recebidos entre os clérigos, mas não serão aceitos aqueles que se castram.
Cânon II - Aqueles que provieram do paganismo não poderão ser imediatamente promovidos ao Presbiterato, pois não é de conveniência um neófito sem
uma provação de algum tempo. Mas se depois da ordenação constatou-se que ele anteriormente pecara, que seja afastado do Clero. Cânon III - Nenhum deles deverá ter uma mulher em sua causa, exceto sua mãe, irmã e pessoas totalmente acima de suspeita.
Cânon IV - Um bispo deve ser escolhido por todos os bispos da província ou, no mínimo, por três, apresentando os restantes seu assentimento por carta; mas
a escolha deve ser confirmada pelo metropolita.
Cânon V - Quem foi excomungado por algum bispo não deve ser restituído por outro, a não ser que a excomunhão tenha resultado de pusilanimidade ou contenda ou alguma outra razão semelhante. Para que esse assunto seja resolvido convenientemente, deverá haver dois sínodos por ano em cada província -
um na Quaresma e o outro no outono.
Cânon VI - O bispo de Alexandria terá jurisdição sobre o Egito, Líbia e Pentápolis; assim como o bispo Romano sobre o que está sujeito a Roma. Assim, também, o bispo de Antioquia e os outros, sobre o que está sob sua jurisdição. Se alguém foi feito bispo contrariamente ao juízo do Metropolita, não se torne bispo. No caso de ser de acordo com os cânones e com o sufrágio da maioria, se três são contra, a objeção deles não terá força.
Cânon VII - O bispo de Aélia seja honorificado, preservando-se intactos os direitos da Metrópole.
Cânon VIII - Se aqueles denominados Cátaros voltarem, que eles primeiro façam uma profissão de que estão dispostos a entrar em comunhão com aqueles
que se casaram uma segunda vez, e a dar perdão aos que apostataram. E nessas condições, aquele que estava ordenado continuará no mesmo ministério,
assim como o bispo continuará bispo. Àquele que foi Bispo entre os Cátaros permita-se que, no entanto, seja um corepíscopo ou goze a honra de um presbítero ou bispo. Não deverá haver dois bispos numa única igreja.
Cânon IX - Quem quer que for ordenado sem exame deverá ser deposto, se depois vier a ser descoberto que foi culpado de crime. Cânon X - Alguém que apostatou deve ser deposto, tivessem ou não consciência de sua culpa os que o ordenaram.
Cânon XI - Os que caíram sem necessidade, ainda que, portanto, indignos de indulgência, no entanto lhes será concedida alguma indulgência, e eles deverão
ser "genuflectores" por doze anos.

Cânon XII - Aqueles que sofreram violência e indicaram que resistiram, mas depois caíram na maldade e voltaram ao exército, deverão ser excomungados por
dez anos. Mas, de qualquer modo, a maneira de fazerem penitência deve ser examinada. O bispo poderá tratar mais brandamente alguém que está fazendo penitência e se mostrou zeloso em seu cumprimento do que quem foi frio e indiferente.
Cânon XIII - Os moribundos devem receber a comunhão. Mas se alguém se recupera, deve ser posto no número daqueles que participam das preces, e somente com eles.
Cânon XIV - Se alguns dos catecúmenos caíram em apostasia, deverão ser somente "ouvintes" por três anos; depois poderão orar com os catecúmenos.
Cânon XV - Bispos, presbíteros e diáconos não se transferirão de cidade para cidade, mas deverão ser reconduzidos, se tentarem fazê-lo, para a igreja para a
qual foram ordenados.
Cânon XVI - Os presbíteros ou diáconos que desertarem de sua própria igreja não devem ser admitidos em outra, mas devem ser devolvidos à sua própria diocese. A ordenação deve ser cancelada se algum bispo ordenar alguém que pertence a outra igreja, sem consentimento do bispo dessa igreja.
Cânon XVII - Se alguém do clero praticar usura ou receber 150% do que emprestou deve ser excluído e deposto.
Cânon XVIII - Os diáconos devem permanecer dentro de suas atribuições. Não devem administrar a Eucaristia a presbíteros, nem tomá-la antes deles, nem sentar-se entre os presbíteros. Pois que tudo isso é contrário ao cânon e à correta ordem.
Cânon XIX - Os Paulianistas devem ser rebatizados. Se alguns são clérigos e isentos de culpa devem ser ordenados. Se não parecem isentos de culpa, devem
ser depostos. As diaconisas que se desviaram devem ser colocadas entre os leigos, uma vez que não compartilham da ordenação.
Cânon XX - Nos dias do Senhor e de Pentecostes, todos devem rezar de pé e não ajoelhados.
Eunucos podem ser recebidos entre os clérigos, mas não serão aceitos aqueles que se castram.

CÂNON I - Se alguém, doente, foi submetido a uma operação (de emasculação) por médicos, ou se foi castrado pelos bárbaros, pode permanecer no Clero;
mas, se alguém em perfeita saúde se castrou, é preciso que, se (já) foi admitido no Clero, se afaste (de seu ministério) e, doravante, não seja promovido. Mas, como é evidente, isso se aplica àqueles que premeditadamente fazem tal coisa e tomam a liberdade de se castrar; assim se alguém foi feito eunuco pelos bárbaros ou por seus senhores, e além disso se mostra digno, esse Cânon o admite no Clero.

 Nota sobre o Cânon I: É com emoção que vemos, desde os primórdios da Igreja, a definição de que o homem não tem direito de atentar contra sua própria vida ou os dons de Deus à sua pessoa (cf. "O respeito à integridade corporal" - Catecismo da Igreja Católica, parágrafo 2297). A intenção
poderia ser a melhor possível, mas não justificava o ato de alguém castrar-se para evitar a inclinação ao sexo. O homem tem de ser completo e, se opta pelo celibato, deve fazê-lo com todas as suas implicações, inclusive dominando-o em luta, demonstrando a essência de seu ato, não de fuga, mas
de amor exigente. Isso bem nos lembra questões atuais como a do casal que, não querendo ter mais filhos, apela para a operação, os abortos etc.
Como é salutar ver a perenidade das posições da Igreja, vindas desde os tempos apostólicos! Confirma Balsamon que os divinos cânones apostólicos XXI, XXII,
XXIII e XXIV ensinavam que não deviam ser admitidos entre os clérigos nem promovidos ao sacerdócio os que se emasculavam.
Jesus, em Mateus 19,12, diz: "Nem todos são capazes de entender isso mas somente aqueles a quem foi dado. Pois há os impotentes que assim nasceram do ventre da mãe; há os impotentes que assim foram feitos pelos homens; e há os impotentes que assim se fizeram a si mesmos por amor do reino dos céus. Quem puder entender, que entenda". No primeiro caso, se referia aos que nasceram aleijados. No segundo caso, incluía aqueles castrados pelos seus patrões,
como os eunucos (prática oriental), ou na guerra por seus inimigos. No terceiro caso, a expressão de Jesus deve ser entendida em sentido espiritual, como renúncia ao matrimônio por amor a Deus. Jesus não pensaria diferentemente, e bem sabia que a castração já era expressamente proibida no Antigo Testamento (Lev. 22,24).
Diz Daniel Butler que "o sentimento de que alguém devotado ao ministério sagrado não poderia ser mutilado era forte na Igreja Antiga: a observância dos
Cânones foi tão cuidadosamente cobrada nos últimos tempos que não mais do que um ou dois exemplos foram registrados pelos historiadores."
É de se notar que o próprio Constantino mandou punir com a morte a quem praticava a emasculação.
Segundo nos relata Hefele, houve o caso de um jovem pagão recém-convertido que quis se livrar da inclinação trazida do paganismo e pretendeu se castrar
para ser perfeito como os cristãos. Mas as autoridades não concordaram. Completa São Justino: "o jovem desistiu de seu propósito e, não obstante, permaneceu virgem toda sua vida".

Aqueles que provieram do paganismo não poderão ser imediatamente promovidos ao Presbiterato, pois não é de conveniência um neófito sem uma provação
de algum tempo. Mas se depois da ordenação constatou-se que ele anteriormente pecara, que seja afastado do Clero.

CÂNON II - Embora que, ou por necessidade ou por urgências individuais, muitas coisas tenham sido feitas contrárias ao cânon eclesiástico, como homens recém-convertidos do paganismo para a fé, que foram instruídos apenas superficialmente, e foram imediatamente levados a um maior nível espiritual, e,
logo que foram batizados, progrediram para o Episcopado ou o Presbiterato, parece-nos correto que doravante tal coisa não mais aconteça. Para os próprios catecúmenos há necessidade de tempo e de um exame mais prolongado depois do batismo. Pois que o dito apostólico é claro : "Não um noviço, para que sendo promovido, envaidecido, ele não caia em condenação e na armadilha do Demônio." Mas se, com o decorrer do tempo, for encontrado naquela pessoa
algum pecado de sensualidade e ele for condenado por duas ou três testemunhas, que cesse seu oficio clerical. Aqueles que transgredirem essa promulgação comprometerão sua própria posição clerical, como alguém que quer desobedecer descaradamente este grande Sínodo.

 Nota sobre o Cânon II: Hoje, nós nascemos cristãos, de uma família cristã que nos batiza ainda quando recém-nascidos, que nos dá uma formação cristã desde a mais tenra idade, se deixarmos como fatos especiais os casos dos adultos convertidos. Mas não era assim no começo. Os cristãos eram
pessoas de outras religiões (judaísmo e, a maior parte, provinda do paganismo) que se sentiam tocados pela Boa Nova, pelo Espírito de Deus. Tertuliano (150-222) disse-o muito bem : "Não nascemos cristãos. Tornamo-nos cristãos." Era uma realidade que, certamente, introduzia na Igreja pessoas convictas, dispostas a dar a vida por sua fé, como, na realidade, aconteceu a inumeráveis cristãos, nas perseguições que se seguiram à morte
do Senhor e se prolongaram por aproximadamente 300 anos. O Espírito Santo se fazia especialmente presente nos primeiros tempos. A carência que o mundo sentia da mensagem da Boa Nova era um ímpeto avassalador para o surgimento de novos cristãos. E como bem disse Tertuliano: "O sangue
dos cristãos é semente de novos cristãos..."
É verdade que o Atos dos Apóstolos nos fala dos primeiros batismos. No dia de Pentecostes os apóstolos batizaram cerca de 3.000 pessoas (At 2,41). O Deus
de Jesus Cristo derramava em abundância sobre eles o seu Espírito Santo. E, como diz os Atos dos Apóstolos: "Eles perseveravam na doutrina dos apóstolos..."
(At. 2,42).
Com o decorrer do tempo surgiu a necessidade de uma formação cristã, de um catecumenato, que era o período em que o convertido era provado em sua convicção, se esforçava para demonstrar a prática - em sua vida - dos padrões cristãos e se dedicava a aprender os mistérios cristãos. A partir de certa data,
esta preparação moral, intelectual e espiritual tinha seu coroamento no Batismo, realizado solenemente no Sábado Pascal.

O atual cânon, portanto, legisla ainda nesse tempo de transição, quando a Igreja crescera, deixara de ser perseguida e cada vez mais sentia a necessidade de preparar os convertidos ou os já nascidos de pais cristãos.
O cânon apostólico (89º), anterior ao Concílio de Nicéia, já dizia que era proibido batizar e consagrar presbíteros ou bispos que não tivessem tido um período
de formação adequado para receber o batismo: "Não é direito que alguém que não tenha ainda sido provado venha a ser um mestre dos outros, exceto por
uma peculiar graça divina."
Uma exceção ao cânon de Nicéia, mas baseada "na peculiar graça divina" foi, por exemplo, Ambrósio. Nascera de uma família cristã, mas aos 30 anos ainda
não tinha se batizado. Era ainda um catecúmeno quando surgiu um grave impasse na eleição para o Bispado de Milão, em 374. A voz do povo ali foi a voz de
Deus. E Ambrósio foi eleito bispo, sob aclamação geral, resolvendo o impasse. É certo que por seu valor inegável, foi batizado, ordenado e sagrado bispo assim
de imediato. Foi um excepcional bispo, de grande importância para a Igreja de seu tempo e, após a morte, canonizado santo.
Quanto ao pecado de que fala o cânon, por causa do qual alguém deveria ser excluído do clero, diz Hefele, após várias digressões: "Podemos, então, deduzir
que a passagem em questão se refere a uma ofensa capital e muito séria, como nos leva a crer a penalidade de deposição prescrita para ela".
Quanto ao âmbito da penalidade prescrita, da mesma forma ele conclui: "Doravante ninguém deve ser batizado ou ordenado apressadamente. Para aqueles
já ordenados (sem nenhuma distinção entre aqueles que tenham sido ordenados no tempo devido e aqueles que foram ordenados demasiado apressadamente), a regra é que deverão ser depostos se cometem uma ofensa grave. Aqueles que são culpados de desobediência a este grande Sínodo, seja permitindo-se serem ordenados, seja ordenando outros prematuramente, estão ameaçados de deposição ipso facto, e somente por essa falta."
Consideramos, em síntese, que as últimas palavras do cânon são extensivas tanto à pessoa que foi ordenada como àquela que a ordenou. Nenhum deles deverá ter uma mulher em sua causa, exceto sua mãe, irmã e pessoas totalmente acima de suspeita.
CÂNON III - O grande Sínodo proibe rigorosamente qualquer bispo, presbítero, diácono, ou qualquer um do Clero, ter uma "subintroducta" morando com ele, excetuadas apenas a mãe, uma irmã ou tia, ou pessoas assim, desde que sejam acima de quaisquer suspeitas.
 Nota sobre o Cânon III: O que primeiro se nos ressalta neste cânon é a sugestão de que o celibato clerical já se espalhara amplamente na Igreja.

Os estudos sobre a palavra grega "sun-isaktos", traduzida para o latim "subintroducta" concluem que ela significa mulher introduzida na casa de um clérigo
para ali morar, seja como auxiliar, seja como discípula, exceto as citadas no cânon, e essas livres de qualquer suspeita.

Um bispo deve ser escolhido por todos os bispos da província ou, no mínimo, por três, apresentando os restantes seu assentimento por carta; mas a escolha
deve ser confirmada pelo metropolita.

CÂNON IV - É apropriado que, por todos os meios, um bispo seja indicado por todos os bispos da província; mas isto sendo difícil, seja por conta de necessidade urgente ou por causa de distância, três no mínimo deverão se reunir e os votos dos (bispos) ausentes serão também dados e comunicados por escrito, para então se realizar a ordenação. Mas em cada província a ratificação do que foi feito deverá ser submetida ao Metropolita.

- Nota sobre o Cânon IV: Antes de tudo, temos de definir algumas palavras:

a. A palavra grega "katastasin", usada no cânon, significa "eleição".
b. A palavra grega "keirotonian", usada pelo cânon apostólico, significa consagração e imposição das mãos.

Assim sendo, o Concílio de Nicéia definiu que três bispos, no mínimo, deveriam se reunir e eleger o(s) candidato(s), mas com autorização dos bispos ausentes
ou sua aprovação à eleição realizada, expressando-se os ausentes por escrito. Além disso, o(s) candidato(s) seriam submetidos à ratificação do metropolita da província que então, com dois ou três bispos, procederiam a imposição das mãos e a consagração do seu escolhido. Esse procedimento estava de acordo com
o cânon apostólico.

Foi o caso de Meletius, provavelmente, o motivo desse cânon. Ele tinha nomeado bispos sem a participação de outros da província e sem a aprovação do metropolita de Alexandria, tendo esse fato ocasionado um cisma.

Outro ponto importante decorre deste cânon. Os gregos diziam que ele retirava do povo o direito de votar. Na verdade, anteriormente os gregos tinham tido amargas experiências com a intervenção do poder dos príncipes e poderosos sobre as eleições, em detrimento da Igreja. A Igreja Romana somente retirou
essa participação do povo na eleição dos bispos no século XI. Mas, padeceu, por isso mesmo, muitas e maléficas injunções dos reis e poderosos, e delas se
livrou com muito tempo e esforço.

A Igreja Romana entendeu atender à regra do Concílio, determinando apenas duas coisas: que eram necessários três bispos no mínimo para a consagração e
que competia ao metropolita a confirmação.

Quem foi excomungado por algum bispo não deve ser restituído por outro, a não ser que a excomunhão tenha resultado de pusilanimidade ou contenda ou alguma outra razão semelhante. Para que esse assunto seja resolvido convenientemente, deverá haver dois sínodos por ano em cada província - um na Quaresma e o outro no outono.
CÂNON V - Com relação àqueles, do Clero ou do Laicato, que tenham sido excomungados nas várias províncias pelos bispos - observada a prescrição deste cânon para providenciarem que pessoas excluídas por uns não sejam readmitidas por outros - no entanto, pode ser feita uma inquisição para saber se foram excomungados por fraude, por espírito litigioso ou por alguma coisa semelhante à indisposição com o bispo. E para que este assunto possa sofrer uma investigação apropriada, decreta-se que em cada província se constituam sínodos duas vezes por ano, para que, estando todos os bispos da província reunidos, sejam tais questões examinadas por eles, de modo que possa ser constatado por todos que aqueles que, declaradamente, ofenderam a seus bispos foram excomungados por justa causa, até que seja ajustado um sínodo geral dos bispos para pronunciar-lhes uma sentença mais branda. Que esses sínodos sejam realizados um na Quaresma (que, como um dádiva pura, possa ser oferecida a Deus após toda a amargura ter sido posta de lado) e o segundo, no Outono.
 Nota sobre o Cânon V: Encontrou-se sempre enorme dificuldade em assegurar os encontros regulares de assembléias provinciais e sínodos diocesanos,
a despeito da legislação canônica bastante explícita sobre o assunto e das penalidades prescritas àqueles que não respondiam à convocação. Durante séculos em grande parte da Igreja tais assembléias foram de ocorrência muito rara. Zonaras reclama que esses sínodos foram tratados em todos os lugares com grande desinteresse e que por último deixaram de se realizar.
É verdade que houve uma dupla versão do texto relativo à retirada da pena de excomunhão referida no cânon V, embora ligeiramente diferente uma da outra. Segundo uma: " A excomunhão continua a vigorar até que pareça conveniente a uma assembléia dos bispos abrandá-la". A outra versão dizia: "A excomunhão continua a vigorar até que pareça conveniente a uma assembléia dos bispos ou ao bispo que passou a condenação, abrandá-la". Segundo essa última versão, os excomungados não ficariam dependendo unicamente da assembléia dos bispos.

O bispo de Alexandria terá jurisdição sobre o Egito, Líbia e Pentápolis; assim como o bispo Romano sobre o que está sujeito a Roma. Assim, também, o bispo
de Antioquia e os outros, sobre o que está sob sua jurisdição. Se alguém foi feito bispo contrariamente ao juízo do Metropolita, não se torne bispo. No caso de
ser de acordo com os cânones e com o sufrágio da maioria, se três são contra, a objeção deles não terá força.

CÂNON VI - Prevaleçam os antigos costumes do Egito, Líbia e Pentápolis, porque o Bispo de Alexandria tem jurisdição sobre todos eles, uma vez que o mesmo é habitual também para o bispo de Roma. Do mesmo modo, na Antioquia e nas outras províncias as Igrejas podem reter seus privilégios. O grande Sínodo declara que se deve entender universalmente que se alguém foi feito bispo sem o consentimento do Metropolita, não deve ser tornar bispo. Se, contudo, dois ou três bispos se opuserem, pelo pendor natural à contradição, ao voto comum dos restantes, se for razoável e de acordo com a lei eclesiástica, prevaleça, então, a escolha da maioria.

 Nota sobre o Cânon VI: Muitos comentaristas consideram este o cânon mais importante do Concílio de Nicéia, por conta da expressão: "Assim como o
Bispo Romano sobre o que está sujeito a Roma", alguns considerando-o uma fonte de reivindicações papais. No entanto, o seu objetivo é apenas confirmar os costumes de jurisdição já existentes na Igreja, seja no Oriente, seja no Ocidente. O que esteve por trás das discussões foi saber se a jurisdição do Bispo de Roma podia ou não ser colocada lado a lado com a jurisdição estatuída para a Igreja de Alexandria, foco principal deste cânon. Melécio desrespeitara os antigos privilégios da Sede de Alexandria e o cânon agora os concedia como lei, aproveitando para confirmar os já habituais direitos das outras províncias orientais (do Egito e de Antioquia).
Os direitos de Alexandria - já que todas as províncias do Egito estavam aos seus cuidados - eram de sede metropolita, mas tinham algo de uma sede especial.
Diz Justellus que a palavra empregada pelo cânon "exousia" é a própria de um metropolita. O Concílio de Nicéia decretava ser devida sobre as três províncias -
Egito, Líbia e Pentápolis, as quais compunham a diocese de Alexandria, tanto em matérias civis quanto eclesiásticas.
Temos que ter em vista que a Igreja tinha crescido e isso implicava numa administração mais elaborada, fundamentada na necessidade de estabilizar seus costumes.
O Cristianismo formava uma só Igreja e teve necessidade de definir uma organização eclesiástica distinta da organização civil, tão perfeita como a do Estado Romano. Esse objetivo foi muito perseguido no séc. IV. No Concílio de Nicéia foram assentados os principais fundamentos de uma hierarquia. Nos concílios seguintes prosseguiram-se as definições, partindo dos velhos costumes, adotando-se regras conforme a necessidade. O Clero conservava os mesmos caracteres que tinham no

século anterior. Os padres já não tinham de exercer um oficio mundano e eram sustentados pelos fiéis. O celibato ainda não era
uma lei, mas o Papa Dâmaso o recomendava ao Clero; o Concílio de Roma, em 386, recomendava-lhe que o conservasse na forma de voto. O desenvolvimento
de comunidades trazia a necessidade de as dividir em paróquias. Em Roma, desde meados do séc. III, o Papa Fabiano dividira a cidade em sete setores, para administração material e confiou uma a cada diácono. Já no séc. IV, para atender às necessidades espirituais, as paróquias eram confiadas aos presbíteros. O
chefe de todo o Clero era o Bispo. Cabia-lhe a plena responsabilidade, material e espiritual, da comunidade. Eles eram o que tinham sido há muito tempo e
sua autoridade estava ligada a um território, incluindo a cidade, suas vilas e sua zona rural.
Conforme Daniel-Rops, o Bispo da cidade tinha doravante uma autoridade tão bem estabelecida, tendo ampliado o seu campo de ação, que os "corepíscopos"
- bispos rurais - existentes no séc. III, desapareceram. Eles sobreviveram somente na África e na Gália, mas, neste último país, como simples "auxiliares" do bispo da cidade.
Essa afirmação facilita o entendimento das discussões que despertaram esse ministério, mais adiante expostas.
Acima dos simples bispos surgiram os metropolitas, bispos de província que correspondia à província romana. O presente Concílio de Nicéia consagra o princípio dessa organização, que do Oriente passou para o Ocidente. Em fins do séc. IV havia 120 metropolitas em 120 Províncias. O Império Romano havia, anteriormente, instituído a diocese (civil) para agrupar as províncias. A diocese era dirigida por um "vicarius"; a Igreja adotou igual organização.
No Oriente, havia cinco dioceses. Teria, portanto, 5 dioceses religiosas.
Em cada parte do Império Romano se reconhecia a autoridade superior de uma igreja - Antioquia para a Síria e regiões vizinhas; Éfeso para a Ásia (Menor); Alexandria para o Egito; Cesaréia para a Pérsia; Constantinopla para a Grécia (excetuada a Ilíria administrada por Roma). Esse sistema se efetivará na África,
mas não na Gália nem na Espanha nem na Itália, onde o papel do Bispo de Roma era bem diferente. Daí as discussões geradas por este cânon, como anteriormente explicado.
Posteriormente, surgiram os Patriarcados e com ele certos antagonismos e certos particularismos foram introduzidos na Igreja.
Sobre a extensão da jurisdição do Bispo de Roma, objeto das acirradas discussões citadas, resumimo-nos a algumas observações.
Hefele disse: "É evidente que o Concílio não tinha em vista aqui o primado do bispo de Roma sobre toda a Igreja, mas simplesmente seu poder como um
Patriarca." (Hefele, Hist. Councils, Vol. I., p. 397).
A tradução deste cânon (VI) por Rufino foi uma especial maçã de discórdia. "Et ut apud Alexandriam et in urbe Roma vetusta consuetudo servetur, ut

vel ille Egypti vel his suburbicariarum ecclesiarum sollicitudinem gerat." (=Seja observado o costume tanto em Alexandria como na cidade de Roma, de modo que correspondentemente exerçam seus cuidados sobre as igrejas do Egito ou sobre suas igrejas suburbicárias). No século XVII esta frase de Rufino deu origem a
uma discussão muito acirrada entre o célebre jurista Jacob Gothfried (Godofredo) e seu amigo Salmasius, de um lado, e o jesuíta Sirmond, do outro. A grande prefeitura da Itália, que continha cerca de um terço de todo o Império Romano, era dividida em quatro vicariatos, dentre os quais o vicariato de Roma era o primeiro. À sua frente havia dois administradores: o prefeito da cidade (proefectus urbi) e o vigário da cidade (vicarius urbis). O prefeito da cidade exercia
autoridade sobre a cidade de Roma e, mais tarde, sobre um círculo suburbicário de uma centena de limites. O limite do vigário da cidade compreendia dez províncias - Campânia, Lucânia e as de Brutii, Sicília, Sardenha e Córsega.
Godofredo e Salmasius sustentavam que devia se entender como regiões suburbicárias o pequeno território do prefeito da cidade; enquanto que, de acordo
com Sirmond, essas palavras designavam todo o território do vigário da cidade.
Uma coisa é certa: a primeira tradução latina dos cânones, chamada "Prisca" não se satisfez com o texto grego e traduziu-o assim: "É de antigo costume que
o bispo da cidade de Roma tenha um Primado (principado) de modo que governe, com seus cuidados, os lugares suburbicários, e toda sua própria Província".
Uma outra redação interessante se encontra em vários manuscritos, que começa assim: "A Igreja de Roma sempre teve uma primazia (primado)". A data antiga dessa adição está evidenciada pelo fato de que o cânon foi citado dessa forma, por Paschassinus, no Concílio de Calcedônia.
Hefele mais adiante diz: "Os comentadores gregos Zonaras e Balsamon, do século XII disseram bastante explicitamente, em suas explanações sobre os cânones de Nicéia, que este sexto cânon confirma os direitos do Bispo de Roma como patriarca sobre todo o Ocidente", e faz referências ao Syodicon de Beverigde, Tomo I, pp. 66 e 67.

O bispo de Aélia seja honorificado, preservando-se intactos os direitos da Metrópole.

CÂNON VII - Já que prevalece o costume e a tradição antiga de que o bispo de Aélia (isto é, Jerusalém) deve ser honorificado, determinamos que ele, mantendo sua devida dignidade perante a Metrópole, tenha o próximo lugar de honra.

 Nota sobre o Cânon VII: Foi concedida uma singular dignidade à Cidade Santa de Jerusalém, elevando-a a uma posição de destaque entre as sedes da
Cristandade. Devemos ter em conta que no ano 70 após a morte do Senhor, Jerusalém foi inteiramente destruída. Portanto, por muito tempo não mereceu atenção, tendo sido apenas uma sede sufragânea da grande Igreja da Cesaréia. Somente no início do séc. II se desenvolveu ali uma forte Igreja Cristã, à medida que a cidade crescia rapidamente. Seu nome já não era Jerusalém, mas Aélia Capitolina.
Foi para rever essa posição inferior da Cidade Santa que se procedeu a redação do cânon VII. Quanto à metrópole referida no cânon, uns dizem que era
Cesaréia, outros que era Antioquia. Houve quem afirmasse que era a própria Jerusalém.
O longo período que levou a Igreja para fazer de Jerusalém uma das quatro sedes patriarcais foi motivo de acerbadas críticas dos comentaristas. E o mas censurável foi que atingiu esse merecido posto após muitos conflitos, graças às artimanhas nada exemplares do bispo Juvenal, cerca de um século após o Concílio de Nicéia. Errava quem afirmava que o Concílio de Nicéia concedera a Jerusalém uma dignidade superior a Cesaréia, somente inferior à Roma, Alexandria e Antioquia. É verdade que nas assinaturas, o bispo de Jerusalém assinava antes de seu metropolita, mas quanto a isso Beveridge corretamente replica que o mesmo acontecia com os ocupantes das duas outras sedes sufragâneas. Jerusalém permanecia, pois, no mínimo, numa situação equívoca. É
certo que logo após o Concílio ter acabado, o bispo de Jerusalém, Máximo, convocou um sínodo da Palestina, sem nenhuma referência a Cesaréia, que consagrou bispos e absolveu Santo Atanásio. É verdade que ele foi censurado por fazê-lo, mas fica evidenciado como o ato de Nicéia foi de difícil compreensão. Juvenal foi eleito bispo de Jerusalém por volta do ano 420. O objetivo de seu episcopado, para o qual tudo o mais era secundário, e que guiou
sua conduta, foi a elevação da sede de Jerusalém da posição subordinada que tinha de acordo com o cânon VII do Concílio de Nicéia, como sufragâneo da
sede metropolitana de Cesaréia, para um primeiro lugar no episcopado. Não contente com a aspiração da posição de metropolita, Juvenal desejou dignidade patriarcal, e, em desafio de toda autoridade canônica, reivindicou jurisdição sobre a grande sede de Antioquia. Afinal, no Concílio de Éfeso, com manobras
nada aceitáveis, levou a melhor sobre o bispo Máximo, de Antioquia, e passou a gozar a dignidade patriarcal.

Se aqueles denominados Cátaros voltarem, que eles primeiro façam uma profissão de que estão dispostos a entrar em comunhão com aqueles que se casaram
uma segunda vez, e a dar perdão aos que apostataram. E nessas condições, aquele que estava ordenado continuará no mesmo ministério, assim como o bispo continuará bispo. Àquele que foi bispo entre os

Cátaros permita-se que, no entanto, seja um corepíscopo ou goze a honra de um presbítero ou bispo. Não deverá haver dois bispos numa única igreja.

CÂNON VIII - O grande Sínodo decreta, com relação àqueles que se denominam Cátaros, que se voltarem à Igreja Católica e Apostólica, aqueles que foram ordenados continuarão na posição que tinham no Clero. Mas é necessário, antes de tudo, que professem por escrito que observarão e seguirão os dogmas da Igreja Católica e Apostólica; particularmente que eles entrem em comunhão com as pessoas que se casaram pela segunda vez, e com aqueles que, tendo apostatado na perseguição, tenham passado por um período imposto (de penitência) e um tempo fixado (de renovação), de maneira que em todas as coisas
eles sigam os dogmas da Igreja Católica. Em qualquer lugar, nas aldeias ou nas cidades, todos os ordenados dentre eles, podem permanecer no clero, no mesmo grau em que estavam. Mas se dentre os que voltarem, houver bispos ou presbíteros da Igreja Católica, é claro que o bispo deve ter a dignidade de bispo; mas se alguém foi nomeado bispo por esses chamados Cátaros, terá o grau de presbítero, a menos que pareça apropriado ao bispo admiti-lo para participar da honra do título. Ou, se assim não for satisfatório, então o bispo arranje para ele um lugar de corepíscopo, ou presbítero, de modo que fique evidente que ele pertence ao Clero, e que não haja dois bispos na cidade.

 Nota sobre o Cânon VIII: Antes de mais nada, expliquemos o que eram os apóstatas ou aqueles que negaram sua fé diante das ameaças dos perseguidores. Na verdade, era um quadro doloroso de se ver. Cristãos investidos de cargos públicos que, por esse motivo, se viam induzidos a
apostatar. Outros, que eram convencidos pelos familiares ou por amigos a fazê-lo. Outros, fracos de espírito, que cediam face ao medo do suplício. Distinguiam-se três categorias: os que sacrificavam aos deuses pagãos; os que incensavam as imagens das divindades, principalmente a do Imperador; enfim, os que, com dinheiro ou através de relacionamentos, arranjavam documentos falsos para provar que não eram cristãos. Na verdade, nada eram diante das multidões de mártires que povoam o Martirológio Romano, o livro que nos conta a história de inúmeros cristãos submetidos às maiores torturas e, por fim, à morte. Os apóstatas que se arrependiam sinceramente de sua traição eram submetidos a duras penitências canônicas, após as quais lhes era administrada a absolvição. A todo pecado, misericórdia, havia ensinado Nosso Senhor. Toda fraqueza humana o encontrara pronto para perdoar.

Os cátaros ou novacianos eram os seguidores de Novaciano, um padre romano de grande notoriedade e até de méritos incontestáveis. Novaciano não perdoava a Cornélio ter se eleito papa em seu lugar. Cornélio sustentava a tese de misericórdia e absolvição para os apóstatas, nas condições impostas pela Igreja. Novaciano se tornou o campeão da intransigência, acusando de lassidão condenável aqueles que absolviam os apóstatas. Após muitas discussões o Concílio de Roma o expulsou da

Igreja. Muitos se puseram ao lado de Novaciano. No ano de 251, ele induziu três bispos a consagrá-lo, tornando-se assim,
como chama atenção Fleury, "o primeiro Anti-Papa". Sua indignação se levantou principalmente contra o Papa Cornélio e para subverter a disciplina prevalecente da Igreja, ordenou bispos e os mandou para diferentes lugares do Império como disseminadores de seu erro. Logo que criou o cisma, caiu em heresia, negando que a Igreja tivesse o poder de absolver os que apostataram. É de se observar que Novaciano morreu mártir, mas sua seita continuou até o começo do séc. IV, embora condenada por vários Concílios. Como os Montanistas - seita do fanático Montanus, do séc. II, que pregava o fim do mundo e fazia
do martírio uma obrigação ao encontro do qual todos deviam acorrer - rebatizavam os católicos que se passavam para suas seitas, e rejeitavam totalmente qualquer segundo casamento.
Houve muitas diferenças de opinião entre os entendidos no tocante à posição de corepíscopo na Igreja primitiva. A questão se resume a três definições diferentes: (1) Se os corepíscopos eram sempre sagrados bispos; (2) Se eram algumas vezes, em casos especiais, sagrados bispos; ou (3) Se nunca eram sagrados bispos. A última posição já foi totalmente rejeitada e sobre ela não mais falaremos.
Apoiando a primeira hipótese estão os escritores anglicanos Beveridge, Hammond, Cave e Routh. Binterim e Augusti, também. Estes dizem que eles eram verdadeiros bispos que, por respeito ao bispo da cidade, estavam proibidos de exercer determinadas funções episcopais, a não ser em ocasiões extraordinárias.
Apoiando a segunda hipótese, citamos Thomassinus que afirma que havia "duas espécies de corepíscopos, uma de verdadeiros bispos, outra de pessoas que tinham o título de bispo, mas sem consagração".
3. Pela primeira opinião, ninguém falou com mais fundamento nem com maior autoridade do que Arthur West Haddon, que escreveu a exposição que citamos abaixo, de forma resumida (Haddon, Dict. Christ. Antiq. s. v. Chorepiscopus.):
O corespíscopo foi criado no final do séc. III, primeiramente na Ásia Menor, com o propósito de atender à necessidade da supervisão episcopal em dioceses rurais. Foram mencionados no Concílio de Ancyra e de Néo-Cesaréia, no ano de 314, e de novo no Concílio de Nicéia. Continuaram a existir no Oriente até no mínimo o séc. IX, quando foram suplantados pelos exarcas (em grego "exarkoi").
Foram mencionados pela primeira vez no Ocidente no Concílio de Riez, no ano 439, e continuaram a existir (mas não na África) até perto do séc. X. A função
de corepíscopo, assim como seu nome, era de uma natureza episcopal, não presbiterial, embora limitada a funções menores. Supervisionavam o distrito rural
em lugar dos bispos, ordenando leitores, exorcistas, subdiáconos, mas - como regra - não diáconos nem presbíteros (nunca bispos), exceto por expressa permissão do seu bispo diocesano. Confirmavam em seu próprios distritos e são mencionados como consagrando igrejas.

No Ocidente, principalmente na Gália, esse ministério parece ter se destacado mais largamente, por ter usurpado as funções epicospais sem a devida subordinação aos bispos diocesanos. Em consequência levantaram contra eles um forte sentimento de hostilidade, que se demonstrou numa série de bulas papais, condenando-os. Posteriormente, uma série de decretos conciliares, nos anos 800, 829, 845 e 888, anulava todos os atos episcopais dos corepíscopos e ordenava que seus atos fossem repetidos por bispos verdadeiros. Finalmente foram extintos, tanto no Oriente, substituídos pelos exarcas, como no Ocidente, substituídos pelos arquidiáconos.

4. A segunda opinião foi defendida por Thomassinus. Resumimos o essencial do que disse a respeito (Ancienne et Nouvelle Discipline de l'Eglise, Tom.I.Livre II.chap.1.III):

Pelo cânon LVII do Concílio de Laodicéia, há duas posições: (1) Os bispos não deviam ser ordenados para vilas rurais. (2) Algumas vezes, acidentalmente, o corepíscopo podia ser um bispo, mas somente se fora rebaixado canonicamente para corepíscopo. Esse caso de rebaixamento consta do cânon VIII do Concílio
de Nicéia, para evitar que houvesse dois bispos numa diocese. Também este é o significado do cânon X do Concílio de Antioquia, decretando que, mesmo se o
corepíscopo fora ordenado bispo, deveria se manter dentro dos limites prescritos pelo cânon. Em casos de necessidade poderia ordenar o baixo clero, mas
não, padres ou diáconos, porque esse poder era restrito ao bispo diocesano. O Concílio da Néo-Cesaréia referindo-se (cânon XIV) aos setenta discípulos (dos Evangelhos), mostrou que o corepíscopo eram apenas padres. Se Harmenopoulus, Aristenus, Balsamon e Zonaras dão ao corepíscopo o poder de ordenar padres e diáconos, com a permissão do bispo diocesano, é porque estão expondo uma prática dos primitivos Concílios e não a prática de seu tempo. Enfim,
antes do séc. VII, por diferentes acidentes, houve corepíscopos que eram verdadeiros bispos e que, com o consentimento do bispo diocesano, podiam ordenar padres. Mas no tempo em que aqueles comentaristas escreveram, não havia um único corepíscopo no Oriente, como afirma Balsamon.

Quem quer que for ordenado sem exame deverá ser deposto, se depois vier a ser descoberto que foi culpado de crime.

CÂNON IX - Não se admite que presbítero algum seja ordenado sem exame, ou, se após o exame, fizer confissão de crime, ou se alguém, violando o cânon, impôs-lhe as mãos, pois a Igreja Católica exige que o mesmo seja irrepreensível.

- Nota sobre o Cânon IX: Conforme explica Hefele, tais crimes são aqueles que eram um obstáculo ao sacerdócio - como blasfêmia, bigamia, heresia, idolatria, magia, etc. Essas faltas era punidas nos bispos igualmente como nos padres, e, consequentemente, este cânon se refere tanto aos bispos como aos presbíteros, no sentido mais restrito. Estas

palavras do texto grego: "No caso de alguém ser induzido, contrariamente ao cânon, a ordenar
tais pessoas", se refere ao cânon IX do Sínodo de Néo-Cesaréia. Era necessário transpor esses regulamentos, porque mesmo no séc. V, como testemunha a XXII carta do Papa Inocente I, havia quem opinasse que como o batismo apaga todos os pecados passados, assim também apagaria todos os impedimentos para a ordenação que fossem resultados daqueles pecados.
A regulamentação sobre o Clero se definia nessa época. Assim a idade necessária para ocupar os cargos eclesiásticos foi fixada: 30 anos para ser diácono; 35
anos para se tornar padre; 40 anos para ser sagrado bispo. Igualmente, iniciou-se a preocupação com a educação dos futuros padres e os presbíteros aos poucos deixaram de ser um senado que dava assistência aos bispos. Agora, os presbíteros eram aqueles padres que tinham uma paróquia da qual deveriam cuidar.
Diz Daniel-Rops: "Como nosso Clero moderno, o (padre) do séc. IV assumia todas as funções, tanto litúrgicas como sacramentais, e até as administrativas".

Alguém que apostatou deve ser deposto, tivessem ou não consciência de sua culpa os que o ordenaram.
CÂNON X - Se alguém que apostatou foi ordenado por ignorância, ou mesmo com o conhecimento prévio dos que o ordenaram, isso não muda o cânon da
Igreja porque quando for descoberto o fato aquela pessoa deverá ser deposta.
- Nota sobre o Cânon X: Conforme explicou Hefele, o cânon X difere do IX porquanto ele se refere aos que apostataram e a sua ordenação, não somente
ao sacerdócio, mas a qualquer outra promoção eclesiástica, requerendo sua deposição. A punição de um bispo que conscientemente executava semelhante ordenação não estava mencionada, mas se tornou incontestável que os apóstatas não deviam ser ordenados, mesmo depois de cumprirem penitência, porque, como o cânon precedente estatui, a Igreja exigia somente aqueles que eram irrepreensíveis. Deve-se observar que a palavra grega "prokeirizein" está empregada aqui evidentemente no sentido de "ordenar" e é usada sem qualquer distinção de "keirizein", enquanto
na carta sinodal do Concílio de Nicéia, a respeito dos Melecianos, há uma distinção entre essas duas palavras gregas, sendo "prokeirizein" empregada para significar "eleger".
Convém salientar aqui que a Igreja sempre manteve equilíbrio em suas exigências de moral. Com muita firmeza sempre se preservou dos excessos. As lutas

que através dos séculos teve de realizar contra os fanáticos, de qualquer espécie, são disso demonstrações suficientes. Assim, a integridade que exigia do
Clero estava de acordo com a vida cristã do séc. IV, quando os cristãos recém-saídos das perseguições tinham sempre como propósito uma existência voltada
para Deus.
Como diz Daniel-Rops, aqui apresentado de forma sucinta, estamos na época de um fervor incomum, época dos Padres da Igreja, de um desenvolvimento considerável da vida sacramental, principalmente da Eucaristia. Não era somente no Domingo que se desejava comungar. Na Igreja de Cesaréia era costume
se receber a Eucaristia quatro vezes por semana, e São Basílio louvava a prática da comunhão quotidiana. Então, o dogma da presença real demonstrou uma
força extraordinária. As devoções se desenvolviam. A Sexta-Feira Santa tornou-se um dia de festa comovente. O oficio divino das horas, há muito tempo em
uso, passou a ser rezado associado às horas da Paixão. A devoção a Maria, Mãe de Deus, se firmava numa posição privilegiada.
Os santos dessa época foram muitíssimos para enriquecer a vida da Igreja. Mas o povo comum não ficava atrás, ficava apenas à sombra deles!

Os que caíram sem necessidade, ainda que, portanto, indignos de indulgência, no entanto lhes será concedida alguma indulgência, e eles deverão ser
"genuflectores" por doze anos.

CÂNON XI - O Sínodo declara, em relação àqueles que apostataram sem serem obrigados, sem desapropriação de suas propriedades, sem perigo ou de forma semelhante, como aconteceu durante a tirania de Licínio, que embora não merecessem clemência, deverão ser tratados com misericórdia. Como se estivessem em comunhão conosco, se estão contritos de coração, deverão passar três anos entre os "ouvintes"; por sete anos deverão ser "genuflectores" e
por dois anos deverão estar em comunhão com o povo em orações, mas sem fazer oblações.

- Nota sobre o Cânon XI: Diz Lambert que a posição dos "ouvintes" era ao pé da porta, dentro da igreja. Mas Zonaras e Balsamon concordam, em seus comentários sobre este cânon: "Eram-lhes impostos por três anos serem 'ouvintes', ou se colocarem fora da igreja, no vestíbulo".
Alguns comentaristas interpretam diferentemente a primeira expressão do Cânon em grego como "oi-pistoi" (="mesmo se estavam em comunhão") ou "ei-
pistoi" (="mesmo se eram fiéis"), o que é muito mais simples e faz mais sentido.

Os "genuflectores" se posicionavam dentro da igreja, diante do ambão (ou seja, da estante de leitura) e saíam juntos com os catecúmenos.

Aqueles que sofreram violência e indicaram que resistiram, mas depois caíram na maldade e voltaram ao exército, deverão ser excomungados por dez anos.
Mas, de qualquer modo, a maneira de fazerem penitência deve ser examinada. O bispo poderá tratar mais brandamente alguém que está fazendo penitência
e se mostrou zeloso em seu cumprimento do que quem foi frio e indiferente.

CÂNON XII - Os que foram chamados pela graça e mostraram um primeiro zelo, pondo de lado os cintos militares, mas depois retornaram como cães ao seu próprio vômito (e com dinheiro ou por meio de presentes recuperaram suas posições militares), depois de passarem o espaço de três anos como "ouvintes", fiquem dez anos com "genuflectores". Mas em todos estes casos é necessário examinar bem seus propósitos e que seu arrependimento se mostre como tal. Aqueles que dêem evidência de sua conversão, não com simulação, mas por ações, com temor, lamentações, perseverança e boas obras, quando cumprirem
seu tempo prescrito de "ouvintes", podem apropriadamente entrar em comunhão nas preces. Depois disso, o bispo pode se dispor mais favoravelmente para
com eles. Mas aqueles que tratam o assunto com indiferença e aqueles que pensam que entrar para a Igreja é suficiente para sua conversão, devem cumprir
todo o tempo da pena.
 Nota sobre o Cânon XII: Resumimos a seguir comentários feitos sobre este cânon. Devemos considerar a situação do momento. Nas lutas entre Constantino, imperador romano do Ocidente, e Licínio, imperador romano do Oriente, Licínio se fez representante do paganismo. Estava em jogo, portanto, o triunfo do Cristianismo, com Constantino, ou o prosseguimento de sua perseguição, com Licínio. Um cristão que lutasse por Licínio era, portanto, considerado apóstata, mesmo se formalmente não caísse no paganismo. Com muito maior razão, os cristãos que haviam renunciado ao exército e, depois, voltavam atrás, a ponto de comprarem sua readmissão em suas funções anteriores, em busca de vantagens que lhes eram concedidas, caíam em apostasia. Aliás, Licínio exigia de seus soldados essa apostasia formal, exigindo deles que sacrificassem aos deuses. Observe-se
que, normalmente, a vida militar não era considerada indevida ao cristão, embora houvesse cristãos que, como Maximiliano, do Martirológio Romano,
se recusaram a prestar o serviço militar. Os antigos cânones não condenavam a vida militar. É verdade que havia sempre o perigo latente

de serem os cristãos obrigados a apostatarem, se não quisessem sofrer a perda da vida, do cargo ou do serviço.
Note-se que os bispos tinham o poder de abrandar as penas dos que voltaram ao exército de Licínio, apostataram, mas depois mostraram real arrependimento e cumpriram, com convicção, a penitência que lhes foi imposta. Este poder discricionário do bispo está reconhecido no quinto cânon de Ancira
e no décimo sexto de Calcedônia, mencionado por Basílio (Epist.217, c.74). Esse poder fundamentou "as indulgências" em sua forma original.

Os moribundos devem receber a comunhão. Mas se alguém se recupera, deve ser posto no número daqueles que participam das preces, e somente com eles.

CÂNON XIII - Com relação aos agonizantes, a antiga lei canônica ainda é mantida, a saber: se alguém estava na hora da morte não poderá ser privado do último e do extremamente indispensável Viático. Mas, se alguém se recupera, tendo recebido a comunhão quando estava desenganado, deverá ser-lhe concedido permanecer em comunhão apenas nas preces. Mas, em geral, no caso em que alguém se ache moribundo e, seja como for, peça para receber a Eucaristia, fica a critério do bispo concedê-la.
 Nota sobre o Cânon XIII: Segundo comenta Van Espen, não se pode negar que a primitiva Igreja usou o nome de "Viático" não somente para denominar a Eucaristia que era dada aos agonizantes, mas também para denominar a reconciliação e imposição da penitência, e, em geral, tudo o que
pudesse conduzir alguém a uma boa morte. Isso é demonstrado por Aubespine (lib.1, obs.cap.II).
Embora tivesse tal significado, o sentido mais comum da palavra se referia simplesmente à Eucaristia, pois que, não se pode negar, os fiéis dos primeiros tempos da Igreja olhavam a Eucaristia como um complemento da perfeição cristã, e como o último selo da esperança e da salvação. Foi por razões precipitadas que depois do batismo e da confirmação, a Eucaristia foi dada até mesmo aos meninos em início de vida.
No final da vida, a Eucaristia acompanhava a reconciliação e a extrema-unção, de forma que apropriada e literalmente era denominada "o último Viático".
Ainda mais, era considerada especialmente necessária aos penitentes porque por ela podiam voltar à paz da Igreja, pois que a paz perfeita era concedida por
essa perfeita comunhão com a Eucaristia. Citam-se, a respeito, várias instâncias e várias versões antigas deste cânon.
Balsamon e Zonaras também entendem o cânon assim como citado, e assim está evidente nos comentaristas, como o egípcio José, que em sua Paráfrase Arábe deu ao cânon este título: "Com relação aos excomungados

e aqueles que tenham cometido algum pecado mortal, mas desejam que lhes seja dada a Eucaristia."

Se alguns dos catecúmenos caíram em apostasia, deverão ser somente "ouvintes" por três anos; depois poderão orar com os catecúmenos.

CÂNON XIV - O santo e grande Sínodo decreta com relação aos catecúmenos que apostataram que, após terem passado três anos como "ouvintes", poderão rezar com os catecúmenos.

 Nota sobre o Cânon XIV: Damos a seguir um resumo de comentários diversos sobre o cânon XIV.

Formalmente, havia três classes de fiéis na igreja : "os catecúmenos" (que se preparavam para o batismo); "os fiéis" (que estavam em comunhão total e podiam receber a Eucaristia); e "os penitentes" (que estavam em algum estágio da Disciplina Penitenciária).

Por este cânon, vemos que havia duas espécies de catecúmenos:

5. Os que ouviam a palavra de Deus, desejando tornar-se cristãos, mas não queriam ainda receber o batismo ("os ouvintes").

6. Os que há longo tempo vinham sendo instruídos apropriadamente e desejavam receber o batismo ("os competentes").

Os comentaristas discutem se não haveria uma terceira ou até mesmo uma quarta espécie de catecúmenos. Bingham e o Cardeal Bona apresentam quatro espécies:

3. "Os não autorizados a entrarem na igreja" (em grego: "exwqoumenoi").

4. "Os ouvintes" (em latim: "audientes"). Estes não estavam autorizados a permanecer na igreja na hora da celebração dos Santos Mistérios. Daí ter se
feito uma distinção entre a "Missa dos Catecúmenos" e a "Missa dos Fiéis." Os catecúmenos não rezavam ainda o Credo nem o Pai Nosso.

5. "Os competentes" eram aqueles que tinham passado pelos estágios anteriores, com suas respectivas instruções, e tinham dado seu nome como candidatos ao batismo. Isso acontecia no início do jejum Quadragesimal. A instrução ministrada nesse período era mais completa e mais pública (Cyril Hieros. Catech.I.5; Hieron. Ep.61, ad Pammach. C.4). Eram-lhes explicados os grandes artigos do Credo, a natureza dos Sacramentos, a Disciplina Penitencial da Igreja, bem como as Leituras Catequéticas de Cirilo de Alexandria, com precisão dogmática. Eram feitos exames especiais e investigações sobre o caráter dos candidatos a intervalos, durante os quarenta dias. Havia um tempo para jejuar, assistir e rezar (Const. Apost. VIII. 5;
4 C. Carth. C.85; Tertull. De Bapt. C.20; Cirilo 1.c.) e, no caso daqueles que eram casados, para continência estrita (August. De fide et oper. V.8).

6. "Os mais perfeitos" (em grego: "teleiwterot"), os eleitos ou, na nomenclatura da Igreja do Oriente, em grego: "baptizomenoi" ou "fwtizowenoi" (os que deveriam ser batizados). Os nomes deles eram inscritos como tais no álbum ou registro da igreja. Eles eram instruídos, mas apenas alguns poucos dias antes do batismo, no Credo e na Prece do

Senhor, que passariam a rezar depois disso. Os períodos para registro variavam bastante, é certo, em igrejas diferentes. Em Jerusalém, era feito no segundo domingo (Cyril. Catech.III), na África no quarto domingo da Quaresma (August.Serm. 213), e esse era o tempo no qual o candidato, se assim fosse determinado, podia deixar de lado seu nome pagão ou judeu, e tomar um mais especificamente cristão.

Bispos, presbíteros e diáconos não se transferirão de cidade para cidade, mas deverão ser reconduzidos, se tentarem fazê-lo, para a igreja para a qual foram ordenados.

CÂNON XV - Decreta-se que, por causa dos grandes distúrbios e discórdias que estão ocorrendo, o costume de transferências existente em certos lugares, contrário ao cânon, deve ser totalmente abandonado, de modo que nem bispo nem presbítero nem diácono se transfira de cidade em cidade. Se alguém, depois deste decreto do santo e grande Sínodo tentar tal coisa, ou continuar com tal costume, seus procedimentos serão totalmente nulos e ele deverá ser reconduzido para a igreja para a qual foi ordenado bispo ou presbítero.

 Nota sobre o Cânon XV: A Igreja primitiva já tinha proibido tal procedimento.

Uma prova de que essa norma não era seguida podia ser vista no próprio Concílio, no qual estavam presentes bispos que se tinham transferido, como Eusébio, bispo de Nicomédia, que fora antes bispo de Berilo; Eustáquio, bispo de Antioquia, que fora bispo de Berrhoea, na Síria.

A Igreja considerava que o bispo mantinha um casamento místico com sua sede, valendo o mesmo para qualquer clérigo. Mas, além disso, tinham surgido irregularidades e disputas na luta pela ocupação de sedes superiores.

No Sínodo de Antioquia, em 341, a proibição do presente cânon foi renovada por seu cânon XXI.

Havia, porém, casos em que uma exceção se impunha, como aconteceu com a transferência de São João Crisóstomo.

O que aconteceu foi que tais exceções foram crescendo sempre. Em 382, São Gregório Nazianzeno considerava que essa lei tinha sido ab-rogada pelo costume.

O mesmo não aconteceu na Igreja Latina, pois que o Papa Dâmaso, contemporâneo de São Gregório, decidiu a favor da norma de Nicéia.

Os presbíteros ou diáconos que desertarem de sua própria igreja não devem ser admitidos em outra, mas devem ser devolvidos à sua própria diocese. A
ordenação deve ser cancelada se algum bispo ordenar alguém que pertence a outra igreja, sem consentimento do bispo dessa igreja.

CÂNON XVI - Nem presbíteros, nem diáconos, nem qualquer outro registrado no Clero, que não tenha ante si o temor de Deus, nem atenda ao Cânon Eclesiástico, poderá temerariamente retirar-se de sua própria igreja, conseguindo por qualquer meio ser aceito por outra igreja. Toda

persuasão deverá ser aplicada para reconduzi-los a suas próprias paróquias; e, se não voltarem, deverão ser excomungados. Se alguém atrever-se, sub-repticiamente, para levar
isso à frente, ordenar em sua própria Igreja pessoa pertencente a outra, sem o consentimento do bispo dessa da qual se separou, embora por este tenha sido incluído no Clero, deve ter sua ordenação tida por nula.

- Nota sobre o Cânon XVI: "Paróquia", neste cânon, como freqüente e amplamente ocorre, quer dizer "diocese".

A respeito do assunto, explica Balsamon: "Pelo que se deduz, o clérigo não podia sair de uma cidade para outra, mudando sua residência, sem a posse de
uma carta demissória do bispo que o ordenara. Deveria ser chamado pelo bispo de volta e se não o fizesse, deveria ser separado da comunhão, ou seja, era proibido de concelebrar (em grego: "sunierourgein") com ele. Este é aqui o significado de "excomungado" e não que ele não pudesse entrar na igreja, nem pudesse receber os sacramentos. Este decreto concorda com o cânon XV dos Cânones Apostólicos, que diz que tais pessoas não podiam celebrar a liturgia.

Mais adiante o cânon XVI dos mesmos Cânones Apostólicos determina que se um bispo receber um clérigo vindo de outra diocese sem a carta demissória de
seu bispo, e o ordenar, esse bispo deverá ser afastado. Por tudo isso, é evidente que o Manual da Igreja para esse tempo agia corretamente, recusando a permissão de ordenar padres de outras dioceses para oferecer o Sacrifício, exceto se trouxessem consigo cartas de recomendação e demissionárias daqueles bispos que os tinham ordenado".

Zonaras concorda com Balsamon a respeito deste cânon.

Se alguém do clero praticar usura ou receber 50% de juros sobre o que emprestou, deve ser excluído e deposto.

CÂNON XVII - O sagrado e grande Sínodo julga que doravante, após este decreto, quem quer que esteja registrado no Clero e pratique a cobiça e o desejo irrefreável do lucro, esquecido da Divina Escritura que diz: "Não dê seu dinheiro sob usura", e emprestando dinheiro exigindo 50% de juros, ou quem quer
que pratique usura, seja se o faz como transação secreta ou de outro modo, exigindo o total e mais uma parte, seja usando outra persuasão qualquer para ganhar lucro imoral, deve ser deposto do Clero e seu nome retirado do registro.

- Nota sobre o Cânon XVII: Se levarmos em consideração o ambiente em que foi redigido este cânon, veremos que proíbe aos clérigos quaisquer tipos de usura, seja de um percentual sobre o empréstimo, seja de obtenção de um lucro qualquer, sob quaisquer circunstâncias. Embora o cânon se refira a

apenas dois casos de usura, ele pretende abranger todo o ganho adquirido com empréstimos feitos pelos clérigos. A Igreja tinha em mente a regra de perfeição de Jesus quando ensinou que: "Dá a quem te pede e não voltes as costas a quem quer pedir emprestado" (Mt 5,42), para que ajudássemos a quem necessitasse sem receber nada em troca. Essa regra de perfeição deveria nortear o procedimento dos clérigos. Ao bom moço que queria ser perfeito ele exigiu que renunciasse a todos os seus bens (Lc 10,17-22).
O Sexto Concílio de Cartago não expressou o verdadeiro sentido deste decreto. Em sua tradução não generalizou a proibição da usura ao Clero, em qualquer
caso, de qualquer modo, mas penalizou os clérigos "que eram flagrados, após este decreto, recebendo usura", não mencionando outras formas de obtenção
de lucro imoral.
Os diáconos devem permanecer dentro de suas atribuições. Não devem administrar a Eucaristia a presbíteros, nem tomá-la antes deles, nem sentar-se entre
os presbíteros. Pois que tudo isso é contrário ao cânon e à correta ordem.

CÂNON XVIII - Chegou ao conhecimento deste santo e grande Sínodo que, em alguns distritos ou cidades, os diáconos administram a Eucaristia aos presbíteros, quando nem regra nem costume permite que aqueles que não têm direito a oferecer (o sacrifício) dêem o Corpo de Cristo àqueles que podem oferecer. E também ficamos sabendo que certos diáconos agora tomam a Eucaristia antes mesmo dos bispos. Todas essas práticas, doravante, sejam postas
de lado e os diáconos fiquem em seus próprios limites, sabendo que são ministros dos bispos e inferiores aos presbíteros. Recebam a Eucaristia de acordo
com a ordem, após os presbíteros e sejam os bispos ou os presbíteros que a administrem a eles. Para o futuro, os diáconos não se sentem entre os presbíteros porque isto está contrário ao cânon e à ordem. Se, após este decreto, algum deles se recusar a obedecer, seja deposto do diaconato.
 Nota sobre o Cânon XVIII: Assim esquematizamos os diversos comentários de Van Espen sobre este Cânon:
I. SANTO SACRIFÍCIO
7. Deduz-se deste Cânon que "oferecer" na Igreja, palavra pela qual no Novo Testamento era designado "sacrifício", tinha, nesse tempo, uma tradição firmada de constituir um sacrifício no qual o Corpo de Cristo era a oferta.
8. Deduz-se também que somente os bispos e presbíteros tinham o poder de oferecer, e de maneira alguma os diáconos. Do mesmo modo, já era reconhecida uma hierarquia firmada na Igreja, constituída de bispos, presbíteros e diáconos, nessa ordem subordinados.
II. A PRESENÇA REAL
7. O erudito Van Espen concordou com toda convicção sobre um ponto neste assunto. Ele disse que a expressão do Cânon mostra "que os Padres

de Nicéia acreditavam, sem dúvidas, que o fiel recebia na Santa Comunhão, verdadeiramente, 'o Corpo de Cristo'". Esta proposição é, de fato, verdadeira porque está evidente no que o Cânon diz e a afirmação doutrinal que está inegavelmente contida no cânon é que "o Corpo de Cristo é dado" pelo ministro ao fiel. Esta doutrina é a fé de todos os Católicos e Luteranos, mas é negada por todos os outros Protestantes. Os Calvinistas que conservam a
mais próxima fraseologia da usual Católica, admitem somente que "o sacramento do Corpo de Cristo" foi dado na ceia pelo ministro, enquanto "o
Corpo de Cristo", dizem eles, estava presente somente na alma dos comungantes dignos, de forma alguma ligado com a forma do pão, que era apenas
um sinal divino dado e uma segurança da dádiva celeste, e, portanto, não podia ser "dada" pelo Padre.

8. Mesmo nos dias mais primitivos, certamente, nada era diferente quanto à doutrina da Eucaristia. Santo Inácio, um século e meio antes, escreveu: "Observem, também, aqueles que criam doutrina diferente ao examinarem a graça de Jesus Cristo que vem a nós, como são contrários ao pensamento de Deus. Eles não cuidam do amor, nem das viúvas, nem dos órfãos, nem dos aflitos, nem dos prisioneiros, nem dos famintos e sedentos.
Eles se abstêm da Eucaristia (Ação de Graças) e da oração porque não concordam que a Eucaristia é a Carne de Nosso Senhor Jesus Cristo, Carne que sofreu por nossos pecados e que o Pai Bondoso ressuscitou".

III. ORDEM HIERÁRQUICA

Este Cânon condena 4 excessos dos diáconos, no mínimo indiretamente:

1. Davam a Santa Comunhão aos presbíteros. Para entender mais facilmente o significado do cânon, devemos nos lembrar que a referência aqui não é
feita aos presbíteros que ofereciam o Sacrifício no Altar, mas àqueles que estavam concelebrando com o bispo. Era um rito não diferente do que hoje existe, quando os presbíteros ou bispos recém-ordenados celebram a missa com o bispo que faz a ordenação. Esse rito nos velhos tempos era um acontecimento diário (para um completo esclarecimento sobre isto, veja Morinus - De SS. Ordinat. P. III. Exercit. VIII). Este Cânon não retira dos diáconos a autoridade de distribuir a Eucaristia aos leigos ou ao clérigo menor, mas reprova somente sua insolência e audácia, assumindo com presunção a administração ao presbítero que estava concelebrando com o bispo ou outro padre.

2. Outro abuso era que certos diáconos tomavam os Dons Sagrados antes do bispo. A versão vulgar de Isidoro compreende por "tocar": "receber", entendimento que Balsamon e Zonaras também adotam, diferentemente da palavra grega que significa "tocar". Parece, no entanto, essa estar inadequada ao contexto do Cânon.

3. "Recebam a Eucaristia de acordo com a ordem, após os presbíteros, e que o bispo ou o presbítero administrem-na a eles". Nessas palavras está implícito que alguns diáconos tinham tido a presunção de receber a Santa

Comunhão antes dos presbíteros. Este é o terceiro excesso dos diáconos, condenado pelo Sínodo.
4. Por fim, o quarto abuso dos diáconos era tomarem lugar entre os presbíteros, durante o Sacrifício ou "no Santo Altar", como Balsamon observa.

Os Paulianistas devem ser rebatizados. Se alguns são clérigos e isentos de culpa devem ser ordenados. Se não parecem isentos de culpa, devem ser depostos.
As diaconisas que se desviaram devem ser colocadas entre os leigos, uma vez que não compartilham da ordenação.

CÂNON XIX - Decreta-se que os Paulianistas que vieram se acolher na Igreja Católica sejam, de qualquer modo, rebatizados. Se alguns deles, que no passado foram listados em seu Clero, forem considerados sem culpa e sem reprovação, devem ser rebatizados e ordenados pelo bispo da Igreja Católica. Mas se o exame descobrir que são indignos, devem ser depostos. Semelhantemente, a mesma medida deve ser tomada no caso de suas diaconisas, e, de modo geral, daqueles que foram listados em seu Clero. Chamamos diaconisas aquelas que tomaram o hábito mas que devem ser colocadas apenas entre os leigos, uma
vez que não recebem imposição das mãos.
 Nota sobre o Cânon XIX: Resumimos ordenadamente o que disseram os diversos comentaristas sobre este assunto:
9. Os Paulianistas eram os seguidores do anti-Trinitário Paulo de Samósata que, cerca do ano 260, fora feito bispo de Antioquia, mas fora deposto pelo grande Sínodo do ano de 269. Como Paulo de Samósata se tornara herege no ensinamento sobre a Santíssima Trindade, o Sínodo de Nicéia aplicou-lhe
o decreto passado pelo Concílio de Arles, no Cânon VIII: "Se alguém cair em heresia na Igreja, deve ser-lhe solicitado rezar o Credo. E no caso de se perceber que foi batizado em nome do Pai e do Filho e do Santo Espirito, deve-se apenas impor-lhe as mãos, porque ele pode receber o Santo Espírito. Mas se na resposta à sua inquirição ele não citar a Trindade, deve ser batizado".
10. Os Samosatianos, de acordo com Santo Atanásio, nomeavam o Pai e o Filho e o Santo Espírito ao administrarem o Batismo (Oral. II, Contra Arian. No.
XLIII), mas como davam um sentido falso à formula batismal e não usavam as palavras Filho e Santo Espírito no sentido da doutrina usual, o Concílio de Nicéia, bem como o próprio Santo Atanásio, considerava seu batismo inválido.
11. Há grande dificuldade em explicar o texto da cláusula que inicia com " "Semelhantemente, ... no caso de suas diaconisas...":
 Gelásio, a versão Prisca, Teilo e Tearisto (que no ano de 419 traduziu os Cânones de Nicéia para os bispos africanos), o pseudo-Isidoro e Graciano, todos fizeram uma leitura de, em grego, "diakonum", em vez de

"diakonisspn". Essa mudança torna tudo claro, mas muitos canonistas conservam o
texto comum, inclusive Van Espen, interpretação com a qual Hefele não concorda.

- Aristenus faz a seguinte leitura: "Também suas diaconisas, se voltam para a Igreja Católica e são batizadas, uma vez que elas não têm imposição de mãos, são listadas entre os leigos". Com esta leitura concordam Zonaras e Balsamon.
- Explica Justellus que... nem diaconisas, nem subdiáconos, nem ouvintes eram ordenados, mas apenas uma bênção era pronunciada sobre eles com
uma prece e imposição das mãos.
- Mais discussões sobre as "diaconisas" são explanadas nas "Digressões sobre as Diaconisas da Primitiva Igreja". Nos dias do Senhor e de Pentecostes, todos devem rezar de pé e não ajoelhados.

CÂNON XX - Doravante, com o intento de que todas as coisas sejam uniformemente observadas em todo lugar (em cada paróquia), como há pessoas que se ajoelham no Dia do Senhor e nos dias de Pentecostes, pareceu correto a este santo Sínodo que as preces sejam feitas a Deus, ficando todos de pé.

- Nota sobre o Cânon XX: Embora na Igreja Primitiva a posição ajoelhada fosse a comum para rezar, contudo, prevaleceu um costume dos tempos mais primitivos, de ficar de pé para rezar, no dia do Senhor e durante os 50 dias entre a Páscoa e Pentecostes. Tertuliano, numa passagem de seu tratado
"De Corona Militis", freqüentemente citado, menciona esse costume entre outras regras que, embora não ordenadas expressamente pelas Escrituras, eram praticadas universalmente, fundamentadas na autoridade da Tradição. "Consideramos contra as normas" - disse ele - jejuar ou rezar ajoelhado
no dia do Senhor; temos a mesma liberdade nos dias da Páscoa ao de Pentecostes" (De Cor. Mil. S.3,4). Muitos outros Padres da Igreja citam a mesma prática, porque, como disse Agostinho e outros, assim se devia comemorar a ressurreição de Nosso Senhor, significando o descanso e a alegria de nossa própria ressurreição, assegurada por Nosso Senhor. Este Cânon, como observa Beveridge, é uma prova da importância formal dada à uniformidade dos ritos sagrados na vida da Igreja, e levou os Padres de Nicéia a emitirem esta ordem para fortalecer, com sua autoridade, uma prática
que, em si mesmo, era indiferente e não prescrita, direta ou indiretamente, pelas Escrituras, mas "para que todas essas coisas sejam observadas da mesma maneira em cada paróquia ou diocese".

Hefele comenta: Nem todas as igrejas, contudo, adotavam essa prática, porque lemos no Atos dos Apóstolos (20,36 e 21,5) que São Paulo se ajoelhava durante o tempo entre a Páscoa e Pentecostes.

9. Outros Cânones de Nicéia segundo a versão Árabe

vimos que a conclusão mais sólida foi a de que o referido Concílio emitiu tão somente 20 cânones.
Autores há que discordam desse número, apresentando as paráfrases árabes, em números variados, tidas como do Concílio de Nicéia I. Beveridge, porém, afirma que os excedentes cânones são falsas atribuições, explicando Hefele que são cânones de origem posterior, alguns sendo leis do tempo de Teodósio e Justiniano.
Como o material de que dispomos é muito incompleto, em sua maioria apenas referências do assunto de que tratam esses cânones, vamos expor somente matérias novas, não repetindo as de Nicéia, e quando essas referências apresentam interesse e um mínimo de afirmação da decisão tomada. Nossa redação, quando é claramente induzida a norma subjacente, é feita de forma positiva; por exemplo: "Sobre o hospital que deve ser criado em cada cidade...", redigimos: "Um hospital deve ser criado em cada cidade..." Observe-se que o resumo dos comentários a esses cânones, a seleção dos cânones aqui apresentados e esta redação de forma positiva, são de responsabilidade do Tradutor.

I. Pessoas insanas e energúmenos não devem ser ordenados.
II. Escravos não devem ser ordenados.
III. A coabitação de mulheres com bispos, presbíteros e diáconos é proibida por causa do celibato desses. Decretamos que nem bispos nem presbíteros viúvos devem viver com mulheres. Não podem eles acompanhá-las, nem se familiarizarem com elas, nem contemplá-las insistentemente. O mesmo decreto é
dado em relação a cada padre em celibato, incluídos os diáconos que não têm esposas. Isto deve ser assim, seja a mulher bonita ou não, seja adolescente ou mulher mais velha, seja de elevado status ou órfã acolhida em caridade com o propósito de ajudá-la; pois que o demônio faz o mal, com tais armas, aos religiosos, bispos, presbíteros e diáconos, e os incita ao fogo do desejo. Mas se a mulher é de idade avançada, uma irmã ou mãe, ou tia, ou avó, será permitido viverem com elas porque essas pessoas estão livres de qualquer suspeita de escândalo.
XIV. Ninguém pode se tornar monge sem a licença do bispo.
XX. Deve-se evitar a conversa com trabalhadores do mal e feiticeiros, atribuindo-se penalidade aos que assim não procederem.
XI. Casamentos incestuosos são contrários à lei do relacionamento espiritual.
(Nota: o tempo de pena é fixado em 20 anos; somente padrinhos e madrinhas são mencionados; nada se diz de separação).
XXII. Quanto aos padrinhos de batismo, os homens não conduzam as mulheres à fonte, nem as mulheres, os homens. Mas as mulheres, as mulheres e os homens, os homens.
XXIV. Seja punido aquele que casou com duas viúvas ao mesmo tempo, ou que por luxúria tomou mais uma mulher, além da esposa.

(Parte do cânon: "Se é padre fica proibido de celebrar e é separado da comunhão dos fiéis até que afaste de sua casa a segunda mulher, podendo ficar com a primeira").
XXV. Ninguém deve ser proibido de receber a Santa Comunhão, exceto se estiver cumprindo pena.
XXVI. Os clérigos são proibidos de afiançar ou prestar testemunho em causas criminais.
XXVII. Deve-se evitar os excomungados e não receber oblações deles. São também excomungados aqueles que não evitam os já excomungados.
XXVIII. Os padres não devem guardar rancor, indignação ou ódio, especialmente porque têm o poder de excomungar os outros.
XXX. Deve-se dar nomes cristãos aos que vão ser batizados.
XXXIX. O Patriarca deve ter cuidado e autoridade sobre os bispos e arcebispos de seu Patriarcado. A primazia do Bispo de Roma cabe sobre todos. Considere
o Patriarca o que devem fazer os arcebispos e bispos em suas províncias. Se encontrar algo feito por eles em desacordo com o que deveria ter sido feito, que
o troquem ou lhes imponham o que deve ser feito, se lhe parece que eles irão obedecer. Pois que ele é o pai de todos, e eles, seus filhos. Embora o arcebispo
seja entre os bispos um irmão mais velho, que cuida de seus irmãos, e os mantenha em obediência porque tem autoridade sobre eles, contudo o Patriarca
está acima deles todos. Do mesmo modo o que ocupa a sede de Roma é a cabeça e o príncipe de todos os Patriarcas, pois que é o primeiro, como foi Pedro, a quem foi dado o poder sobre todos os príncipes cristãos, sobre todos os povos, sendo o Vigário de Cristo Nosso Senhor sobre todos os povos e sobre toda a Igreja Católica. Quem contradisser isto, seja excomungado pelo Sínodo.
(O comentarista acrescenta o Cânon XXXVII - nova versão LXXXIV de Abraão Echellensis - para o leitor comparar: "Deve haver somente quatro Patriarcas em
todo o mundo, como há quatro escritores dos Evangelhos, e quatro rios etc. E deve haver um príncipe e chefe deles, o Senhor da sede do sublime Pedro de Roma, como ordenaram os Apóstolos. Após ele, o Senhor da grande Alexandria, que foi a sede de Marcos. O terceiro, o Senhor de Éfeso, que foi a sede do sublime João que disse coisas divinas. E o quarto e último é o meu Senhor de Antioquia, que é a outra sede de Pedro. Os bispos sejam divididos pelas mãos destes quatro Patriarcas. Os bispos das pequenas cidades que estão sob a autoridade de grandes cidades fiquem sob autoridade dos respectivos metropolitas. Cada metropolita das grandes cidades designe os bispos das províncias, mas nenhum bispo o designe, pois que o metropolita é maior do que os bispos. Portanto, cada um conheça o seu lugar e um não usurpe o lugar do outro. Quem contradisser esta lei que foi estabelecida pelos Padres do Sínodo, fica sujeito à anátema.").

XLI. Um Sínodo dos Arcebispos se reúna uma vez por ano com o Patriarca. Também uma coleta deve ser feita para permitir ao Patriarca viajar através das províncias e lugares sujeitos a seu patriarcado.
XLIX. Nenhum bispo pode escolher seu sucessor.
XLVIII. Não deve ser feita ordenação simoníaca.
LI. Os bispos não devem conceder separação de esposa e marido por causa de incompatibilidade de temperamento.
LII. A usura e a procura de trabalho lucrativo é proibida ao clérigo, assim como a conversação e a amizade com os judeus.
LIII. Devem ser evitados casamentos com infiéis.
LVI. Os presbíteros das cidades e vilas devem ir duas vezes ao ano, juntamente com seu corepíscopo, visitar o Bispo. Os religiosos dos mosteiros, igualmente,
uma vez ao ano. O novo abade de um mosteiro, três vezes.
LIX. As classes de clérigos e seus deveres devem ser publicamente descritas e reguladas.
LXII. O número dos presbíteros e diáconos deve ser adaptado ao trabalho da Igreja e a seus propósitos.
LXVI. Se algum padre ou diácono abandonar sua esposa por causa de adultério, ou por outra causa, como pô-la para fora de casa por causa de bens materiais, ou para trocá-la por uma outra mais bela, ou melhor, ou mais rica, ou para atender à sua luxúria - o que é ofensa a Deus - e depois que ela foi abandonada por algumas dessas causas, contratar matrimônio com outra; ou, sem abandoná-la, passa a ter outra, seja livre ou casada, ficando com ambas,
ou vivendo separadamente, dormindo cada noite com uma, ou conservando-as na mesma casa e leito, deve ser deposto. Se for leigo, deve ser privado da comunhão. Mas, se alguém difama falsamente sua própria esposa acusando-a de adultério, para pô-la fora de casa, o assunto deve ser diligentemente examinado. Se a acusação for falsa e ele for clérigo, deve ser deposto do Clero. Se for leigo, deve ser proibido de entrar na igreja e de participar da comunhão
dos fiéis e deve ser compelido a viver com aquela a quem difamou, mesmo se ela for deformada, pobre ou louca. Quem quer que não obedeça seja excomungado pelo Sínodo.
(Nota: o leitor toma conhecimento, por este cânon, que o marido é deposto ou excomungado, conforme o caso, se contrata casamento com outra mulher,
após abandonar sua esposa por conta de adultério. É curioso que em paralelo com o cânon da coleção de Abraão Echellensis, de número LXXI, a redação deste último é completamente diferente, embora seja muito sem propósito e inconsequente. Mais ainda, deve ser lembrado que em alguns códices e edições ele
está faltando, e um outro toma seu lugar sobre o direito de apelar para o Papa. Como esse cânon é de considerável tamanho, cita-se aqui as partes que interessam: "Qualquer presbítero ou diácono pode abandonar sua esposa sem acusação de fornicação, ou por outra qualquer causa, citada acima, e pô-la

para fora de casa... mas deverá ser expulso do Clero, se for clérigo, e ser interditado da comunhão dos fiéis se for leigo... Mas se a mulher, ou seja, a esposa (caluniosamente acusada por seu marido de adultério) rejeitar seu casamento por causa da injúria e da acusação que lhe foram feitas, das quais é inocente, permita-se que livremente se vá e lhe seja expedido um documento de repúdio, declarando falsa a acusação que lhe foi feita. E, então, se ela quiser se casar
com outro homem cristão, estará no seu direito e a Igreja não pode proibi-la. A mesma permissão se estende tanto aos homens como às mulheres, desde
que haja a mesma razão para cada um deles. Mas se ele retornar a um melhor procedimento e se reconciliar com o amor e a benevolência da esposa, tiver
boa vontade para retomar os laços de amor anteriores, sua falta deve ser tolerada, depois que cumpra uma penitência satisfatória e suficiente. E quem quer
que fale contra este decreto deve ser excomungado pelos Padres do Sínodo").
LXVII. Se uma mulher cristã se casar com um infiel, a sua volta à comunhão da Igreja estará condicionada a ela deixar o homem infiel.
LXVIII. Se um cristão abandona sua fé por luxúria ou amor por uma infiel, será recebido de volta e admitido mediante penitência.
LXX. Um hospital deve ser criado em cada cidade e ser escolhido um superintendente com seus deveres.
(É interessante notar que um dos deveres do superintendente é que: "Se os bens do hospital não forem suficientes para suas despesas, ele deve coletar, a qualquer tempo, provisões de todos os cristãos, de acordo com sua habilidade").
LXXIII. O leigo não deve escolher padres nas cidades e vilas, sem a autoridade do corepíscopo, nem um abade para o mosteiro. Ninguém deve determinar como eleger seu sucessor após sua morte, quando o legal é que isso seja feito pelo superior.
LXXVI. A veste, os nomes e a conversa dos monges e freiras devem ser adequados.
LXXVIII. O bispo culpado de adultério ou de outro crime semelhante deve ser deposto sem expectativa de vir a ser readmitido no mesmo grau, mas não deve
ser excomungado.
LXXIX. Todo cristão, quando seu pecado ainda não é público, deve ser emendado por exortação privada e advertência. Se não tirar proveito disso, deve ser excomungado.
LXXX. Deve haver a eleição de um procurador para os pobres e suas dívidas.

10. Carta de Constantino sobre a Celebração da Páscoa
Fonte: Eusébio de Cesaréia ("Vida de Constantino" III,18-20)
Carta do Imperador Constantino ao Clero Presente no Concílio de Nicéia I:

Quando a questão relativa à sagrada celebração da Páscoa surgiu, universalmente se considerou que seria conveniente que todos mantivessem a celebração
num mesmo dia, porque o que seria mais belo e mais desejável do que ver essa Festa, pela qual recebemos a esperança da imortalidade, ser celebrada por todos, em comum acordo, de uma mesma forma?
Chegou-se à conclusão de que era particularmente indigno que a mais sagrada das festas seguisse o costume (e o cálculo) dos judeus, que haviam manchado
suas mãos com o mais terrível dos crimes e cujas mentes estavam cegas. Rejeitando o seu costume, nós poderemos transmitir aos nossos descendentes o modo legítimo de celebrar a Páscoa, que temos desde o tempo da Paixão de nosso Salvador até o presente (de acordo com o dia da semana).
Não podemos, portanto, ter nada em comum com os judeus, porque o Salvador nos mostrou um outro caminho; nosso trabalho segue um curso mais legítimo e mais conveniente (a ordem dos dias da semana): e, consequentemente, deste modo, numa adoção unânime, desejamos, caros irmãos, separar-nos
da imprópria companhia dos judeus, porque nos é verdadeiramente vergonhoso os ouvirmos se vangloriarem de que, sem sua orientação, não podemos guardar essa Festa. Como podem eles estar corretos, se após a morte do Senhor, não se apóiam mais na razão, senão na violência, já que a ilusão é quem os impele?
Eles não possuem a verdade na questão da Páscoa, porque, em sua cegueira e aversão a todas as provas, freqüentemente celebram duas Páscoas no mesmo
ano. Não podemos imitar aqueles que estão abertamente em erro. Como, então, podemos segui-los se estão, de fato, muito errados? Ora, celebrar a Páscoa
duas vezes no ano é totalmente inadmissível. Mas, mesmo que não fosse assim, ainda permaneceria como vosso dever não manchar vossas almas tendo comunicação com aquele povo.
Além disso, considerem bem que, em tão importante questão, a respeito de solenidade de suma importância, não deveria haver divisão entre nós.
Nosso Salvador nos deixou somente um dia festivo de nossa redenção, ou seja, o dia de sua santa Paixão e ele quis estabelecer uma única Igreja Católica. Pensem, então, quão irregular é que no mesmo dia alguns estejam jejuando, enquanto outros estão sentados num banquete. E que após a Páscoa, alguns estejam se regozijando em festas, enquanto outros ainda estão observando um rigoroso jejum.
Por esta razão, a Divina Providência quer que este costume seja retificado e regulado de maneira uniforme. Todos, eu espero, irão concordar neste ponto. Se,
de um lado, é nosso dever nada fazer em comum com os que condenaram Nosso Senhor, e, por outro lado, se dentre os costumes agora observados pelas

Igrejas do Ocidente, do Sul e do Norte e algumas do Oriente, há um mais recomendado, que seja ele aceito por todos. Eu estou seguro de vosso acordo, de
que o que parecer bom para todos e que tenha sido combinado por vosso consenso seja aceito, com alegria, como o que será seguido por Roma, África, toda
a Itália, Egito, Espanha, Gálias, Bretanha, Líbia, toda a Grécia, as dioceses da Ásia, do Ponto e da Cilícia. Vós devereis considerar não somente que o número
de igrejas nessas Províncias sejam a maioria, mas também que se procure a solução que nossa razão aprova e a que não tenha nada em comum com os judeus.
Para resumir em poucas palavras: Por unânime julgamento de todos, que se decida que a sacratíssima Festa da Páscoa seja, universalmente, celebrada num
mesmo dia. Está claro que em tão sagrado assunto não deverá haver nenhuma divisão. E é o caso de aceitar, alegremente, o favor divino e esta verdadeira ordem. Todos os que participam das assembléias de bispos devem considerá-la procedente da vontade de Deus. Façam saber a vossos irmãos que o que for decretado, seja obedecido na celebração do santíssimo Dia. Poderemos assim celebrar a santa Páscoa simultaneamente. Se isso me for concedido, como espero para unir-me a vós, poderemos alegrar-nos juntos, considerando que o Poder Divino fez uso de nós como instrumento para destruir os desígnios malignos e, assim, trazer fé, paz e unidade para que floresçam em nosso meio. Possa Deus, meus irmãos, vos proteger com sua Graça.

11. Carta Sinodal à Igreja de Alexandria

CARTA SINODAL À IGREJA DE ALEXANDRIA
Fontes: Gelásio ("História do Concílio de Nicéia" 23), Sócrates ("História da Igreja" I,6) e Teodoro ("História da Igreja" 9)

À Igreja de Alexandria, pela graça de Deus, Santo e Poderoso; e a todos nossos muito queridos irmãos, o Clero Ortodoxo e o Laicato do Egito, Pentápolis e
Líbia, e a cada nação sob o céu, o grande e santo Sínodo de Bispos reunidos em Nicéia, deseja a salvação no Senhor.
Pois que, como o grande e santo Sínodo que se reuniu em Nicéia, pela graça de Cristo, e com ajuda de nosso muito religioso soberano Constantino, que nos trouxe de nossas várias Províncias e cidades, tratou de assuntos que concernem à fé de Cristo, pareceu-nos necessário que certas coisas fossem por nós comunicadas a vós, por escrito, de maneira que pudésseis tomar conhecimento do que foi debatido e investigado, e, também, do que foi decretado e confirmado.

Antes de tudo, na presença de nosso tão religioso soberano Constantino, foi feita uma investigação de matérias relativas à impiedade e à transgressão de
Ário e seus adeptos; e foi unanimemente decretado que ele e seu ímpio modo de pensar deveriam ser anatemizados, juntamente com as palavras blasfematórias e as especulações às quais se entregou, ultrajando o Filho de Deus, afirmando que Ele pertence às criaturas que não existiam, que antes de ter
sido gerado, não existia, que houve um tempo em que não existia, e que o Filho de Deus é por sua livre vontade capaz de pecado e virtude, afirmando
também que Ele é uma criatura.
Todas essas coisas o Santo Sínodo anatemizou, nem mesmo suportando ouvir sua doutrina ímpia e palavras loucas e blasfemas. E sobre as penalidades contra ele e os resultados que tiveram, nós sequer quisemos ouvir, nem quisemos ouvir os pormenores, pois nos pareceu que estaríamos oprimindo um homem que recebeu, verdadeiramente, um completo castigo por seu próprio pecado. Tão longe, de fato, foi a sua impiedade, que ele mesmo levou a destruição Theonas de Marmorica e Secundes de Ptolomaica; de modo que eles também receberam a mesma sentença como os demais.
Mas quando a graça de Deus livrou o Egito dessa heresia e blasfêmia e de pessoas que ousaram fazer perturbações e divisões entre o povo até então em paz, ainda nos restou o assunto da insolência de Melécio e daqueles que foram ordenados por ele.
Quanto ao nosso trabalho, nós agora, queridos irmãos, vimos informar-vos os decretos do Sínodo. O Sínodo, pois, estando disposto a tratar gentilmente com Melécio (porque por justiça estrita, ele não merecia leniência), decretou que ele possa permanecer em sua própria cidade, mas não terá autoridade nem para ordenar, nem para administrar os ofícios ou fazer inscrições; e que ele não deve aparecer no país ou em alguma cidade com este propósito, mas gozará apenas o título de sua classe. Para aqueles que foram congregados por ele, depois foram confirmados pela santíssima imposição das mãos, serão nessas condições admitidos à comunhão: eles se manterão tanto na sua classe como no direito de oficiar, mas ficarão como inferiores àqueles que estão inscritos
em alguma igreja ou paróquia e foram inscritos por nosso muito digno irmão Alexandre. De modo que aqueles homens não tenham autoridade para fazer registros de pessoas que sejam de seu agrado, nem sugerir nomes, nem fazer nada que seja, sem o consentimento dos bispos da Igreja Católica e Apostólica,
que estão servindo sob o governo do santo colega Alexandre. Ao mesmo tempo aqueles que, pela graça de Deus e através de preces, não se encontravam
entre os cismáticos, mas, pelo contrário, estavam sem mancha na Igreja Católica Apostólica devem ter autoridade de fazer registros e nomeações de pessoas dignas entre o clero, e, em resumo, fazer todas as coisas de acordo com a lei e ordenação da Igreja. Mas se acontecer que alguns do clero que estão agora na Igreja venham a morrer , então aqueles que

foram os últimos recebidos serão sucessores do oficio dos que morreram; sempre se providenciado que eles sejam dignos, que o povo os eleja e que o bispo de Alexandria concorde com a eleição e a ratifique. Esta concessão foi feita a todos os restantes. Mas por causa de sua conduta desordenada e da ousadia e precipitação do seu caráter, o mesmo decreto não será aplicado a Melécio. Já que ele se mostrou um homem capaz de cometer de novo as mesmas desordens, não lhe será concedida nem autoridade nem privilégio.
Estes são os pormenores que são de especial interesse do Egito e da santíssima Igreja de Alexandria. Assim, se na presença de nosso digníssimo senhor, nosso colega e irmão Alexandre nada mais foi decretada pelo Cânon ou por outro decreto, ele mesmo levará a vós tudo com maiores detalhes, pois foi um guia e companheiro de trabalho no que fizemos. Nós, por fim, vos anunciamos as boas novas dos acordos relativos à Santa Páscoa, porque este pormenor também
foi através de nossas preces corretamente firmado, de modo que todos nossos irmãos no Oriente, que anteriormente seguiam o costume dos judeus, doravante, celebrarão a sacratíssima festa da Páscoa simultaneamente com os romanos, convosco e com todos aqueles que observam a Páscoa desde o início.
Portanto, alegrando-nos com todos esses resultados e em nossa paz e harmonia usuais, tendo cortado toda heresia, recebam vós, com a maior honra e com aumentado amor, nosso colega, vosso Bispo Alexandre, que nos alegrou com sua presença e que, em idade tão avançada, sofreu tão grande fadiga.
Que a paz seja restabelecida entre vós e entre todos nós. Rezai por nós todos para que as decisões que foram consideradas acertadas possam ser resolvidas rapidamente, porque elas foram feitas, acreditamos, segundo o beneplácito do Deus Todo-Poderoso, de seu único Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, e do Santo Espírito, ao qual seja dada glória para sempre. Amém.

Fonte: Hefele ("História dos Concílios" vol. 1, pp. 436 e seguintes)
Sócrates, Sozomen e Gelásio afirmam que o Sínodo de Nicéia, bem como o de Elvira (cân. 33), quiseram decretar uma lei com respeito ao celibato. Essa lei proibiria todos os bispos, padres e diáconos (Sozomen acrescenta os subdiáconos) que estavam casados ao tempo de sua ordenação, de continuarem a viver
com suas esposas. Mas, dizem esses historiadores, à lei se opôs, pública e decididamente, Pafúncio, bispo da cidade de Tebas Superior, no Egito, um homem
de alta reputação, que tinha perdido um olho durante a perseguição de Maximino. Ele era célebre, também, por seus milagres e mereceu um grande respeito
do Imperador, o qual freqüentemente beijava a órbita vazia do olho perdido. Pafúncio declarou com alta voz que "não devia ser imposto ao Clero um jugo demasiado pesado, porque o casamento e as relações matrimoniais eram em si mesmas honráveis e puras, porque a Igreja não devia ser prejudicada por uma severidade extrema, porque nem todos

podiam viver em absoluta continência. Dessa maneira, não proibindo as relações matrimoniais, a virtude da esposa
seria muito mais preservada, certamente. Ou seja, porque a esposa de um clérigo poderia ser levada ao mal em algum outro lugar, se seu marido deixasse de
ter seu relacionamento matrimonial. A relação de um homem com sua mulher legal pode ser também uma relação casta. Seria suficiente, pois, de acordo com
a antiga tradição da Igreja, que aqueles que são ordenados sem estarem casados, fossem proibidos de no futuro se casarem, mas aqueles clérigos que se casaram somente uma vez, ainda leigos, não deviam ser separados de suas esposas" (Gelásio acrescenta ainda: "ou que fosse leitor ou cantor").

O discurso de Pafúncio fez enorme impressão porque ele nunca fora casado e não tinha tido relações conjugais. Pafúncio, de fato, tinha vindo de um mosteiro, e sua grande pureza de modos o tinha tornado especialmente notável. O Concílio, portanto, tomou em consideração as sérias palavras do bispo egípcio, suspendeu toda a discussão sobre a lei, e deixou a cada clérigo a responsabilidade de decidir o assunto como quisesse.

Se tal fato foi verdadeiro, podemos concluir que uma lei fora proposta ao Concílio de Nicéia, a mesma que fora posta em questão 20 anos antes, em Elvira, Espanha. Esta coincidência leva-nos a crer que foi Hosius, o espanhol, que propôs a lei relativa ao celibato, em Nicéia. O discurso dado como de Pafúncio e a conseqüente decisão do Sínodo concorda exatamente com o texto das Constituições Apostólicas, e com toda a prática da Igreja Grega relativa ao celibato. A Igreja Grega, bem como a Latina, aceitou o princípio de que quem quer que tivesse recebido as santas ordens antes de casar, não deveria casar-se depois. Na Igreja Latina, bispos, padres, diáconos, e mesmo subdiáconos, eram considerados sujeitos a essa lei, esses últimos porque primitivamente eram classificados
entre os mais altos servos da Igreja. Isso não era o caso na Igreja Grega. A Igreja Grega foi a tal ponto que permitiu os diáconos casarem-se após a ordenação,
se antes da ordenação tivessem obtido do Bispo, expressamente, permissão para fazê-lo. O Concílio de Ancira afirma o mesmo (cân. 10). Vemos, portanto,
que a Igreja Grega deseja que o bispo seja livre para decidir sobre a matéria. Mas, em referência aos padres, também é-lhes proibido casarem-se após a ordenação.

Portanto, enquanto a Igreja Latina exigia aos que se apresentavam para ordenação, mesmo os subdiáconos, que não continuassem a viver com suas esposas
se fossem casados, a Igreja Grega não fez tal proibição. No entanto, se a esposa do clérigo ordenado morria, a Igreja Grega não permitia um segundo casamento. As Constituições Apostólicas decidiram do mesmo modo. Aos padres gregos era, também, proibido deixar suas esposas sob um pretexto de piedade.

O Sínodo de Gangra tomou a defesa dos padres casados contra os Eustaquianos. Eustáquio, contudo, não esteve sozinho entre os gregos a opor-se ao casamento de todos os clérigos, e a desejar introduzir na Igreja Grega a Disciplina Latina a esse respeito. Santo Epifânio também se inclinou para esse ponto
de vista. A Igreja Grega não adotou, contudo, esse rigor em referência aos padres, diáconos e subdiáconos, mas, progressivamente, chegou a exigir dos bispos e, em geral, da mais alta ordem do Clero, que eles vivessem em celibato.
Contudo, isso não aconteceu senão após a compilação dos Cânones Apostólicos (cân. 5) e das Constituições, porque nesses documentos foi feita menção a bispos vivendo em matrimônio, e a História da Igreja menciona que havia bispos casados, por exemplo, Sinésio, no séc. V. Mas deve-se observar, em relação
a Sinésio, que ele fez da autorização de continuar sua vida de casado, uma condição expressa para aceitar sua eleição ao Episcopado. Thomassinus acredita
que Sinésio não solicitou esta condição seriamente, em sua eleição para o episcopado, mas, somente falou assim para escapar do ministério episcopal. Portanto, isso implica dizer que em seu tempo os bispos gregos já tinham começado a viver no celibato.
No Sínodo de Trullan, a Igreja Grega finalmente estabeleceu a questão do casamento dos padres. Barônio, Valésio e outros historiadores consideraram apócrifo o discurso de Pafúncio. Barônio diz que como o Concílio de Nicéia em seu Cânon III propôs uma lei sobre o celibato, é totalmente impossível admitir
que alterasse essa lei por causa de Pafúncio. Mas Barônio cai em erro, vendo uma lei sobre o celibato no Cânon III. Ele pensou que assim fosse porque, quando menciona as mulheres que podiam viver na casa dos clérigos - sua mãe, irmã, etc - o Cânon nada diz sobre esposa. Não era ocasião para mencioná-la.
O Cânon estava se referindo a, em grego "suneisaktoi", e essa palavra e esposa nada têm em comum.
Alexandre Natal conta esta história sobre Pafúncio porque desejava refutar a Belarmino, que a considerava uma inverdade e uma invenção de Sócrates para agradar aos Novacianos. Alexandre Natal freqüentemente mantinha opiniões erradas e na presente questão não merece confiança. Se, como Santo Epifânio
relata, os Novacianos sustentavam que o clérigo podia ser casado exatamente como o leigo, ele não disse que Sócrates partilhava dessa opinião por fazer
Pafúncio dizer que, de acordo com a tradição antiga, aqueles não casados ao tempo da ordenação, não poderiam fazê-lo subseqüentemente. Mais ainda, se
foi dito que Sócrates tinha uma pequena simpatia pelos Novacianos, ele certamente não fazia parte dos Novacianos, ainda menos podia ser acusado de falsificar uma história a favor deles. Alexandre Natal podia, algumas vezes, propor opiniões erradas, mas havia grande diferença entre este fato e a invenção

de toda uma história. Valésio, especialmente, faz uso do argumento do silêncio contra Sócrates. Primeiramente, Rufino, diz ele, deu muitos particulares sobre Pafúncio em sua História da Igreja. Menciona seu martírio, seus milagres e a reverência do Imperador por ele, mas não diz uma só palavra sobre o assunto do celibato. Em segundo lugar, o nome de Pafúncio não está na lista dos bispos egípcios presente ao Sínodo. Estes dois argumentos de Valésio são fracos. O segundo tem a autoridade de Rufino contra ele, que expressamente diz que o bispo Pafúncio estava presente ao Concílio de Nicéia. Se Valésio quer dizer por
lista somente as assinaturas ao final das atas do Concílio, não prova nada, porque essas listas são muito imperfeitas, e é notório que muitos bispos cujos nomes não estão entre essas assinaturas, estiveram presentes em Nicéia. O argumento do silêncio é, evidentemente, insuficiente para provar que a história sobre Pafúncio deva ser rejeitada como falsa, observando-se que há perfeita harmonia com a prática da antiga Igreja, e especialmente da Igreja Grega, sobre
o assunto do casamento dos clérigos. Por outro lado, Thomassinus pretende dizer que não havia tal prática e esforça-se para provar, por citações de Santo
Epifânio, São Jerônimo, Eusébio, e São João Crisóstomo, que, mesmo no Oriente os padres que estavam casados ao tempo de sua ordenação eram proibidos
de continuar a viver com suas esposas. Os textos citados por Thomassinus provam somente que os Gregos deram especial honra aos padres que viviam em perfeita continência, mas não que essa continência era um dever que recaia sobre todos os padres, e, muito menos, que houvesse o universal costume na Igreja Grega nesse ponto, como os V e XXV Cânones Apostólicos, bem como o IV Cânon de Gangra e o XIII do Sínodo de Turrona, demonstram tão claramente. De acordo com eles, o bispo egípcio não estava se referindo a um modo geral, mas simplesmente desejava que a lei em questão não incluísse os subdiáconos. Mas esta explanação não concorda com os extratos citados por Sócrates, Sozomen e Gelásio, que acreditam que Pafúncio tinha em vista, também, os diáconos e padres.

No cerco de Jerusalém Flávio Josefo está ao lado de Tito e tenta, repetidamente, convencer os sitiados a se renderem. Objetivamente, Josefo é um traidor,
mas não é assim que ele se vê. Diz, por exemplo, aos sitiados que os romanos são os senhores do universo, que ninguém pode escapar deles, e, até mesmo,
que Deus agora está é do lado deles e não com os judeus... Disse Josefo
“Que, se é vergonhoso estar sujeito a um poder desprezível, não o é ter como senhores àqueles que reinam em toda a terra, pois, que país está isento do
domínio dos romanos, senão aquele que um excessivo calor ou um frio insuportável o teria tornado inútil? Que se via que de todos os lados a

fortuna lhes estendia os braços e que Deus, que tem em suas mãos o império do mundo, depois de tê-lo, no correr dos séculos, dado a diversas nações, tinha então estabelecido a sua sede na Itália?”1[27].

Além desse argumento “teológico”, oferecido aos sitiados, Josefo fornece ao leitor outras razões para explicar a derrota de Jerusalém. Segundo ele, a cidade estava tão dividida em facções em luta que os próprios judeus foram os maiores responsáveis por sua derrota. Em suas palavras:

“Podemos dizer com verdade que uma guerra tão cruel em seu interior, não lhes era menos funesta que uma guerra externa e que Jerusalém não sofreu mais
da parte dos romanos, do que o furor dessas infelizes divisões, que já lhe havia feito experimentar males ainda maiores. Assim não tenho receio de afirmar que é principalmente a esses inimigos de sua pátria e não aos romanos, que devemos atribuir a ruína dessa poderosa cidade e que a única glória que lhes
pode caber é ter exterminado esses malfeitores, cuja impiedade unida a tantos outros crimes que nem poderíamos imaginar, lhe tinha destruído a união que
lhe dava muito mais força que suas mesmas muralhas. Não podemos pois dizer, com razão, que os crimes dos judeus são a verdadeira causa de suas desgraças e que, o que os romanos lhes fizeram sofrer, não foi um justo castigo? Deixo, porém, a cada qual, que julgue como lhe aprouver”2[28].

E o pior é que, em sua frase final, ele instala, no leitor, a dúvida: você deve decidir... Não terá sido merecido o “castigo” infligido aos judeus? E é preciso acrescentar o seguinte: em toda esta parte de A Guerra Judaica, Tito sempre aparece como bom e compassivo, enquanto os líderes da revolta são terríveis e sanguinários. Se no acampamento romano acontece algo de cruel com judeus desertores ou capturados – como o caso dos dois mil que tiveram suas barrigas abertas pelos soldados que procuravam o pretenso ouro que teriam engolido ao sair de Jerusalém – jamais é com a aprovação do “justo” Tito. São “excessos” cometidos por tropas auxiliares...3[29].

Creio que aqui será o momento certo para colocarmos a dura avaliação que Giuseppe Ricciotti faz de Flávio Josefo em sua introdução à tradução para o italiano de A Guerra Judaica4[30].

Diz Ricciotti na p. 6: “Josefo (...) tinha tanta ambição e tanto apego à sua carreira política que preferiu curvar-se, como um frágil caniço, em várias direções”. E
na p. 12: “O fator político contava, para Josefo, apenas enquanto era um meio para triunfar, e qualquer ideologia abstrata era afirmada ou negada segundo
as circunstâncias o exigiam”.

Ou na p. 34 da mesma obra: “Julgado como homem, Josefo aparece como um espírito mesquinho, sem caráter, disposto a fazer qualquer negocio desde que alcançasse seus objetivos”. E na p. 41: “Considerando o título Guerra judaica como original e autêntico, temos nele mesmo o ponto de vista a partir do qual
fala o historiador: é o ponto de vista dos romanos, não o dos judeus...”.

Por sua vez, Emil Schürer diz que sobre o caráter de Josefo as opiniões expressas ao longo dos séculos são bastante contraditórias. Supervalorizado na Idade
Média, ele tem sido mais duramente tratado pelos críticos modernos. E acrescenta: “Ninguém vai querer defender o seu caráter. As características básicas de
sua personalidade foram vaidade e complacência. E mesmo que ele não tenha sido o infame traidor que a Autobiografia parece mostrar, a sua passagem
para o lado dos romanos e sua íntima adesão à família imperial Flávia foram feitas com mais ingenuidade e indiferença do que se poderia esperar de alguém
que lamentava a queda da própria nação” 5[31].

6. A Condição Privilegiada em Roma

Após a guerra, Flávio Josefo vai viver em Roma, recebendo de Vespasiano uma casa, pensão, propriedades e a cidadania romana. Casa-se 4 vezes, tem 3
filhos, como vimos, e morre em 102 ou 103 d.C., em Roma.

Nestes cerca de 30 anos morando em Roma, Josefo escreve extensa obra sobre os judeus e a guerra judaica contra Roma: Bellum Iudaicum (A Guerra Judaica)
em 7 livros; Antiquitates Iudaicae (Antigüidades Judaicas) em 20 livros; Contra Apionem (Contra Apião) em 1 livro e Vita (Autobiografia) também em 1 livro.

A Guerra Judaica é escrita primeiramente em aramaico e, em seguida, entre 79 e 81 d.C., traduzida para o grego. Alguns acham que é por remorso - pelo modo suspeito como salva sua vida - que Flávio Josefo escreve esta obra. Mas é mais provável que A Guerra Judaica seja uma obra de encomenda. Sendo
ainda numerosos os judeus tanto no Império Romano quanto nas regiões dos partos, babilônios e árabes, e esboçando-se possibilidades de novas revoltas, é preciso dissuadir qualquer nova tentativa de insurreição. E a melhor dissuasão é o relato da guerra na Judéia. E quem melhor do que Josefo para fazê-lo?6[32]

Ao descrever o poderio do exército romano, como, aliás, já anotamos acima, Josefo diz:

“Meu fim, no que acabo de dizer, não é tanto tecer elogios aos romanos, mas consolar àqueles que eles venceram e fazer os outros perder o desejo de se revoltar contra eles” (sublinhado meu)7[33].

Josefo não faz uma simples crônica dos acontecimentos da guerra. Ele dedica o primeiro livro inteiro às causas remotas da guerra, voltando no tempo até a revolta dos Macabeus no século II a.C.

Seus modelos são os gregos Tucídides e Políbio. Tucídides é um historiador ateniense que vive entre 460 e 400 a.C., aproximadamente. Escreve a história da guerra do Peloponeso, considerada uma das mais importantes obras históricas de todos os tempos por sua imparcialidade e seu método científico.

Políbio nasceu em Megalópolis, na Arcádia em 202 aproximadamente e morreu em 120 a.C. Escreveu, além de outras obras, a “História”, em 40 livros, dos
quais somente os 5 primeiros sobreviveram na íntegra. A obra visa registrar a ascensão rápida e dramática de Roma à supremacia do Mediterrâneo. “Ele teve
a percepção clara, notável num contemporâneo, do posição a que Roma havia chegado no mundo mediterrâneo. Políbio procura sistematicamente as causas
dos eventos (‘nada, seja provável, seja improvável, pode acontecer sem uma causa’), seguindo a evolução das nações e seu declínio, e não se equivocou ao expor as causas da decadência da Grécia. Sua narrativa é clara e simples, sem artifícios de retórica, escrita no dialeto comum baseado no ático, predominante
na Grécia a partir de 300 a.C.”, comenta Paul Harvey8[34].
Mas, como bom judeu, Josefo sempre destaca, em sua história, além das causas humanas, a ação da providência divina que tudo dirige. No prefácio de A Guerra Judaica, o próprio Josefo explica a sua concepção de história:
"Indiscutivelmente, o historiador que merece elogios é aquele que consigna acontecimentos cuja história nunca foi escrita e que elabora a crônica de seu tempo, tendo em vista as gerações futuras"9[35].
Antiguidades Judaicas, publicada em grego, é sua segunda obra e fica pronta em 93 d.C.
Josefo, como qualquer judeu da época, sofre muito com a ignorância do mundo greco-romano acerca dos judeus e de seus costumes, tradições e crenças. Os judeus são vistos e julgados a partir dos padrões culturais e civilizatórios gregos, transformando-se assim a sua história em uma história muitas vezes mítica e absurda porque a diferença cultural não é respeitada. Os costumes alimentares e cultuais judaicos, em geral causam profunda estranheza ao mundo grego.
Além do que, as origens de Israel são freqüentemente desfiguradas por feroz anti-semitismo que tem sua origem nos conflitos da época, e que não deveria
ser assim retroprojetado, pelos autores gregos que escrevem sobre os judeus, para o fim do II milênio.
Antiguidades Judaicas não tem, portanto, apenas o objetivo de informar, mas Josefo quer, através de uma história de milênios, defender seu povo e impressionar os romanos. Mostrar a antiguidade das origens é, na sua época, fundamental para qualquer povo que queira ser respeitado.
Para nós, Antiguidades Judaicas é importante, especialmente quando trata da história dos Macabeus e do governo de Herodes Magno.
Como dissemos acima, o anti-semitismo está em pleno florescimento no século I d.C. e se manifesta sobretudo entre escritores egípcios helenizados de
Alexandria. É contra este anti-semitismo que Josefo escreve o Contra Apião em 95 d.C., contestando como falsas várias idéias bastante difundidas em Roma
por esse popular autor10[36].

Apião (Apíôn), que pode ser situado na primeira metade do século I d.C., "era um escritor e professor grego de origem egípcia, que exerceu um importante
papel na vida cultural e política de seu tempo. Ele ficou famoso como um mestre em Homero e como autor de uma obra sobre a história do Egito"11[37].
Apião não nasce em Alexandria, mas torna-se cidadão alexandrino. Representa os gregos contra os judeus de Alexandria diante de Calígula, enquanto Fílon
de Alexandria representa os judeus, no ano 40 d.C., na questão dos direitos cívicos dos judeus alexandrinos.
Apião é o mais ferrenho dos anti-semitas do mundo helenístico e, como é um escritor muito popular, tem grande influência na formação da opinião pública
culta de sua época, e, por isso, Flávio Josefo o escolhe como alvo entre todos os anti-semitas. Ele fala dos judeus nos livros 3 e 4 de sua Aegyptiaca.
A última obra de Josefo é a Autobiografia, escrita após 95 d.C., não se sabe exatamente em que ano. O livro é motivado por um relato da guerra escrito por
seu velho inimigo Justo de Tiberíades.
Justo é um dos mais ardorosos líderes galileus na revolta contra Roma e confronta-se com o moderado Josefo nos meses que antecedem a chegada de Vespasiano. Em sua obra, infelizmente perdida, Justo, entretanto, descreve Josefo como um nacionalista judeu fanático e destaca o seu papel anti-romano na guerra, deixando o nosso autor em situação perigosa com essa inversão dos fatos.
Josefo critica violentamente a história escrita por Justo, chamando-o ironicamente de o mais genial dos escritores e perguntando-lhe porque não escreveu
sua obra quando ainda estavam vivos Vespasiano e Tito, que conduziram as operações da guerra.
A Autobiografia não é uma grande obra: polêmica, pesada e confusa, deixa o leitor indiferente ou cansado. Mas, por outro lado, traz muitos dados sobre
Josefo, transformando-o no escritor da antigüidade sobre quem mais informações possuímos.